

# Demonstrações Contábeis

2025





1. Demonstrações Contábeis Societárias.
2. Relatório da Administração Societário.
3. Notas Explicativas às Demonstrações Societárias.
4. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.
5. Demonstrações Contábeis Regulatórias.
6. Relatório da Administração Regulatório.
7. Notas Explicativas às Demonstrações Regulatórias.
8. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatório.
9. Termo de Responsabilidade.

# Demonstrações Contábeis Societárias

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	284.418	392.633
Títulos e valores mobiliários	6	68.160	280.634
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.368.140	2.302.250
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	251.408	464.728
Outros tributos a compensar	8	182.169	187.508
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	850.092	850.092
Derivativos	31	-	165.731
Ativo financeiro setorial	9	662.743	-
Estoques		18.655	19.090
Outros ativos	12	648.945	582.995
<b>Total do circulante</b>		<b>5.334.730</b>	<b>5.245.661</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	74.156	78.397
Depósitos judiciais	20	54.777	50.835
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	198.953	198.953
Outros tributos a compensar	8	171.746	225.593
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	949.711	1.614.292
Ativo financeiro setorial	9	242.346	-
Derivativos	31	121.634	-
Ativo financeiro da concessão	11	12.617.237	10.688.700
Outros ativos	12	16.187	23.482
Ativo contratual	13	2.198.723	1.639.665
Intangível	14	974.389	1.363.396
<b>Total do não circulante</b>		<b>17.619.862</b>	<b>15.883.313</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22.954.592</b>	<b>21.128.975</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	1.747.820	1.660.673
Empréstimos e financiamentos	16	1.162.596	917.994
Debêntures	17	451.997	392.430
Entidade de previdência privada	18	43.454	231.469
Taxas regulamentares		62.335	13.310
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	95.358	13.674
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	328.498	443.106
Mútuo com partes relacionadas	28	6.299	-
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	418.878	311.209
Obrigações estimadas com pessoal		66.596	61.004
Derivativos	31	210.127	-
Passivo financeiro setorial	9	459.238	528.869
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	622.472	622.472
Outras contas a pagar	21	834.802	707.187
<b>Total do circulante</b>		<b>6.510.470</b>	<b>5.903.396</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	2.214.392	2.585.702
Debêntures	17	5.616.759	5.259.034
Entidade de previdência privada	18	42.974	82.549
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	13.164	12.408
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	953.216	992.608
Débitos fiscais diferidos	10	897.907	641.528
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	326.587	317.795
Mútuo com partes relacionadas	28	1.049.170	-
Derivativos	31	50.029	128.907
Passivo financeiro setorial	9	449.217	412.512
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	963.701	1.688.921
Outras contas a pagar	21	27.393	48.505
<b>Total do não circulante</b>		<b>12.604.509</b>	<b>12.170.469</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>22</b>		
Capital social		1.413.222	1.395.747
Reserva de capital		39.393	56.868
Reserva legal		282.643	279.148
Reserva de lucros a realizar		1.436.905	1.043.738
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		1.660.616	1.021.842
Dividendo		363.701	388.791
Resultado abrangente acumulado		(1.356.868)	(1.131.026)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.839.613</b>	<b>3.055.109</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>22.954.592</b>	<b>21.128.975</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24</b>	<b>16.391.071</b>	<b>15.507.463</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>25</b>	<b>(8.772.071)</b>	<b>(8.499.809)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(1.108.769)</b>	<b>(1.123.366)</b>
Amortização		(461.443)	(415.825)
Outros custos com operação	26	(647.326)	(707.541)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>26</b>	<b>(1.996.155)</b>	<b>(1.914.516)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>4.514.076</b>	<b>3.969.771</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(425.321)</b>	<b>(429.447)</b>
Amortização		(2.118)	(2.401)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(134.036)	(194.828)
Outras despesas com vendas	26	(289.167)	(232.219)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(537.345)</b>	<b>(514.679)</b>
Amortização		(37.136)	(41.292)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(500.209)	(473.387)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(54.544)</b>	<b>(51.174)</b>
Outras despesas operacionais	26	(54.544)	(51.174)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>3.496.866</b>	<b>2.974.470</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>27</b>		
Receitas financeiras		679.080	635.518
Despesas financeiras		(1.687.032)	(1.522.021)
		<b>(1.007.952)</b>	<b>(886.502)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>2.488.914</b>	<b>2.087.968</b>
Contribuição social	10	(167.067)	(178.264)
Imposto de renda	10	(457.496)	(487.292)
		<b>(624.563)</b>	<b>(665.556)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.864.351</b>	<b>1.422.412</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	23	2,12	1,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.864.351</b>	<b>1.422.412</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(225.842)</b>	<b>224.401</b>
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(225.842)	224.401
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>1.638.509</u></b>	<b><u>1.646.813</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.378.272</b>	<b>74.343</b>	<b>275.653</b>	<b>655.724</b>	<b>755.233</b>	<b>445.406</b>	<b>(1.355.427)</b>	<b>-</b>	<b>2.229.206</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.422.412	1.422.412
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	224.401	-	224.401
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	288.504	-	-	(288.504)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	366.118	-	-	-	(366.118)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(445.406)	-	-	(445.406)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	388.791	-	(388.791)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(237.004)	(237.004)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2024; AGE de 30/09/2024 e AGE de 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	(138.500)	(138.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.395.747</b>	<b>56.868</b>	<b>279.148</b>	<b>1.021.842</b>	<b>1.043.738</b>	<b>388.791</b>	<b>(1.131.026)</b>	<b>-</b>	<b>3.055.109</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.864.351	1.864.351
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(225.842)	-	(225.842)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	393.167	-	-	(393.167)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	638.774	-	-	-	(638.774)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(388.791)	-	-	(388.791)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	363.701	-	(363.701)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(156.309)	(156.309)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2025, AGE de 30/06/2025, AGE de 30/09/2025 e AGE 30/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	(308.905)	(308.905)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.413.222</b>	<b>39.393</b>	<b>282.643</b>	<b>1.660.616</b>	<b>1.436.905</b>	<b>363.701</b>	<b>(1.356.868)</b>	<b>-</b>	<b>3.839.613</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>2.488.914</b>	<b>2.087.968</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	500.697	459.518
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	54.246	69.810
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	134.036	194.828
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	684.332	747.668
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	3.412	56.944
Perda (ganho) na baixa de não circulante	48.957	45.663
	<b>3.914.594</b>	<b>3.662.399</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(188.161)	93.612
Tributos a compensar	1.128.837	413.664
Depósitos judiciais	(418)	71.553
Ativo financeiro setorial	(869.724)	158.329
Contas a receber - CDE	(69.419)	(82.385)
Outros ativos operacionais	71.109	200.993
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	87.148	77.545
Outros tributos e contribuições sociais	(320.120)	309.630
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(456.844)	(348.863)
Taxas regulamentares	49.025	(40.599)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(94.761)	(71.923)
Passivo financeiro setorial	(1.099.736)	(196.651)
Contas a pagar - CDE	24.893	-
Outros passivos operacionais	207.161	(35.277)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>2.383.584</b>	<b>4.212.027</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(755.719)	(913.977)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(285.834)	(1.279.041)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.342.031</b>	<b>2.019.009</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(5.960.568)	(6.010.348)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	6.178.437	5.962.096
Adições de ativo contratual	(2.036.312)	(1.900.270)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(1.818.443)</b>	<b>(1.948.522)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	4.581.173	1.763.127
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(4.405.848)	(2.225.446)
Liquidação de operações com derivativos	(143.127)	(176.886)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(700.000)	(524.286)
Captação de mútuo com partes relacionadas	1.036.000	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>368.198</b>	<b>(1.163.491)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(108.214)</b>	<b>(1.093.004)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>392.633</b>	<b>1.485.637</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>284.418</b>	<b>392.633</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de reais)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>25.371.319</b>	<b>23.464.881</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	23.511.998	21.748.342
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.993.358	1.911.367
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134.036)	(194.828)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(12.708.211)</b>	<b>(12.295.635)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(9.843.018)	(9.487.157)
2.2 Material	(1.150.296)	(1.218.256)
2.3 Serviços de terceiros	(1.377.233)	(1.203.143)
2.4 Outros	(337.664)	(387.079)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>12.663.109</b>	<b>11.169.246</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(503.680)</b>	<b>(462.014)</b>
4.1 Amortização	(503.680)	(462.014)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>12.159.428</b>	<b>10.707.232</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>703.411</b>	<b>646.478</b>
6.1 Receitas financeiras	703.411	646.478
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>12.862.840</b>	<b>11.353.710</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>613.517</b>	<b>625.763</b>
8.1.1 Remuneração direta	355.931	325.719
8.1.2 Benefícios	221.597	264.392
8.1.3 F.G.T.S	35.989	35.652
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>8.674.075</b>	<b>7.764.056</b>
8.2.1 Federais	5.400.236	4.408.000
8.2.2 Estaduais	3.262.080	3.345.200
8.2.3 Municipais	11.758	10.856
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>1.710.897</b>	<b>1.541.479</b>
8.3.1 Juros	1.709.524	1.539.692
8.3.2 Aluguéis	1.374	1.787
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>1.864.351</b>	<b>1.422.412</b>
8.4.1 Juros sobre capital próprio	308.905	138.500
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	520.010	625.795
8.4.3 Lucros retidos	1.035.436	658.117
	<b>12.862.840</b>	<b>11.353.710</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

### 1) **Considerações Iniciais**

Em 2025, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 5,1 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma queda de 11,7% em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente das classes industrial e comercial, que registraram quedas de 43,3% e de 23,0%.

A CPFL Paulista, em 2025, foi eleita vencedora no Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor, na categoria Região Sudeste para concessionárias acima de 400 mil consumidores, e no Prêmio Abradee na categoria de Gestão da Inovação. Além de conquistar as posições de 2º lugar em Qualidade de Gestão, 3º lugar nas categorias de ASG e Região Sudeste, para empresas acima de 500 mil consumidores pela Abradee.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

### 2) **Comentário sobre a Conjuntura**

#### **Ambiente macroeconômico**

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização

do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

### **Tarifas de energia elétrica**

#### **Reajuste Tarifário Anual (RTA):**

Em 29 de abril de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.452, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Paulista, em vigor desde 8 de abril de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em -2,19%, sendo 5,85% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -8,05% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,72% e da Parcela B de 2,13%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -3,66%, sendo de -3,06%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de -3,93%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

## **3) Desempenho Operacional**

### **Clientes**

A CPFL Paulista encerrou o ano com 5,1 milhões de clientes, com acréscimo de 93 mil consumidores, representando um crescimento de 1,8%.

### **Vendas de energia**

Em 2025, as vendas para o mercado cativo totalizaram 17.591 GWh, um decréscimo de 11,7% em relação a 2024.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2025 foi de 62,2% para a classe residencial, 14,7% para a classe

comercial e 4,0% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- | Classe Residencial: redução de -3,8%, devido ao aumento de unidades de MMDG (Micro e Minigeração Distribuída) e às temperaturas menores se comparadas com o mesmo período em 2024 compensando parcialmente a melhora na massa de renda real e o incremento das unidades consumidoras em 2025 quando comparado ao ano de 2024;
- | Classe Comercial: redução de -23,0%, refletindo o aumento de migrações ao longo do ano e o impacto referente ao incremento de MMDG (Micro e Minigeração Distribuída);
- | Classe Industrial: redução de 43,3%, refletindo a desaceleração da produção industrial e a migração de clientes cativos para o mercado livre.

## Qualidade dos serviços prestados

### Atendimento ao cliente

A CPFL Paulista obteve em 2025 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 77,4 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, uma oscilação de 2,7 pontos para baixo (-3,4%) em relação à rodada anterior, ou seja, dentro da margem de erro de 4 pontos percentuais. Com isso, a empresa ficou na 11ª posição no ranking nacional da categoria que contou com 33 empresas, e se manteve acima da média nacional, que foi de 68,7 pontos.

### Fornecimento de energia

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2025, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,71 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 2,83 vezes, entre os menores do setor.

## 4) Desempenho Econômico-Financeiro

### Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 25.505 milhões em 2025, representando um crescimento de 7,8% (R\$ 1.846 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de R\$ 1.860 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um ativo de R\$ 124 milhões para um ativo de R\$ 1.984 milhões; (ii) de 13,9% (R\$ 446 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (iii) de 22,6% (R\$ 306 milhões) em outras receitas; (iv) de 175,2% (R\$ 229 milhões) em suprimento de energia elétrica; (v) de 36,3% (R\$ 159 milhões) de atualização do ativo financeiro da concessão; e (vi) de 4,3% (R\$ 82 milhões) na receita com construção de infraestrutura; parcialmente compensados pela redução de 7,5% (R\$ 1.236 milhões) no fornecimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 9.114 milhões em 2025, representando um aumento de 11,8% (R\$ 962 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 16.391 milhões em 2025, representando um aumento de 5,7% (R\$ 884 milhões).

### Geração operacional de caixa (EBITDA)

Em 2025, o EBITDA foi de R\$ 3.998 milhões, representando um aumento de 16,4% (R\$ 564

milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 5,7% (R\$ 884 milhões) na receita operacional líquida; e (ii) redução de 2,1% (R\$ 34 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- └ Aumento de 7,8% (R\$ 43 milhões) nas despesas com pessoal;
- └ Aumento de 2,1% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material;
- └ Aumento de 7,2% (R\$ 40 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- └ Redução de 16,2% (R\$ 65 milhões) em outros custos/despesas operacionais; e
- └ Redução de 94,0% (R\$ 54 milhões) em entidade de previdência privada.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 3,2% (R\$ 272 milhões) no custo com energia elétrica; e (ii) de 4,3% (R\$ 82 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor.

### Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA\*

	2025	2024
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.864.351</b>	<b>1.422.412</b>
Amortização	500.698	459.518
Resultado Financeiro	1.007.952	886.502
Contribuição Social	167.067	178.264
Imposto de Renda	457.496	487.292
<b>EBITDA</b>	<b>3.997.564</b>	<b>3.433.988</b>

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

#### Lucro líquido

A CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 1.864 milhões em 2025, representando um aumento de 31,1% (R\$ 442 milhões), refletindo principalmente o aumento de 16,4% no EBITDA (R\$ 564 milhões), além da redução de 6,2% (R\$ 41 milhões) no imposto de renda e contribuição social. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 13,7% (R\$ 121 milhões) nas despesas financeiras líquidas; e (iii) de 9,0% (R\$ 41 milhões) na amortização.

#### Endividamento

Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 10.640 milhões, representando um aumento de 16,7%.

### 5) Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 2.036 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. A rede de distribuição da CPFL Paulista consistia em 140.437 km de linhas de distribuição, incluindo 238.022 transformadores de distribuição. A concessionária tinha 5.920 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e

138 kV. Nesta data, a distribuidora detinha 275 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 9.769 MVA.

## 6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

**Plano ESG 2030:** aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030:** ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

**Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética:** o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover

atualizações alinhadas as melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

**Relacionamento com a Comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 5.304 crianças e jovens. Além do projeto Carreta Literária, biblioteca itinerante que percorre escolas públicas das cidades, que beneficiou 5.938 pessoas. **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 401 mil pessoas; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 10.500 espectadores; **(iv) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do café filosófico cpfl, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube. **(v) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

**(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL): Eficiência Energética (0,5% da ROL):** em 2025 foram investidos R\$ 23,2 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 7,8 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.409 clientes; substituição de 75.670 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), totalizando 20.327 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 255 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 9.021 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 0,7 milhões investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de pontos de Iluminação por LED e instalação em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R\$ 13,8 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando 1.030 KWp instalados Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a substituição de lâmpadas por LED em 14 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

**Gestão de Recursos Humanos:** em 2025, treinamos 3.939 colaboradores. Foram 146,4 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano: foram 19 turmas, 339 participantes, 310 aprovados 187 contratados.

**Rede de Valor:** Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1, em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.

## 7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero				
	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	94,44%	5,56%	93,75%	6,25%
Gerência	80,00%	20,00%	80,88%	19,12%
Chefia/Coordenação	71,58%	28,42%	74,68%	25,32%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	57,54%	42,46%
Administrativo	56,41%	43,59%	98,59%	1,41%
Operacional	98,55%	1,45%	58,70%	41,30%
Estagiários	46,51%	53,49%	83,80%	16,20%

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

Diversidade no Conselho de Administração		
	2025	2024
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	123,73%	105,97%	113,31%	95,35%
Gerência	81,53%	75,08%	81,46%	75,14%
Chefia/Coordenação	96,21%	91,51%	94,58%	93,86%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administrativo	84,75%	0,00%	83,56%	82,79%
Operacional	91,30%	86,35%	82,29%	85,75%
Estagiários	102,61%	89,87%	107,30%	112,42%

## 8) **Audítores Independentes**

A PriceWaterHouseCoopers Audítores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

---

### **Natureza**

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Assessoria tributária para cálculo do Pilar II

---

A contratação dos audítores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos audítores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus audítores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 9) **Agradecimentos**

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

**A Administração.**

**Ana Paula Peressim de Paulo**  
**Gerente de Contabilidade das Distribuidoras**  
**CRC 1SP217200/O-6**

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,1 milhões de consumidores.

### **1.1 Capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.025.724 (R\$ 657.735 em 31 de dezembro de 2024), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

### **1.2 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil**

Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou, nos termos do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) o requerimento para firmar novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, conforme minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517, de 27 de fevereiro de 2025, com efeitos imediatos das cláusulas contratuais, após assinatura do novo termo aditivo contratual, e efetivação da prorrogação da concessão por mais 30 (trinta) anos a partir de 20 de novembro de 2027. Adicionalmente, informamos que o processo administrativo para apreciação do pedido de prorrogação da Companhia teve nota técnica emitida com parecer favorável e estamos aguardando decisão da Diretoria da ANEEL.

### **1.3 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL**

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193.

### **Iniciativas específicas:**

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

### **Gestão de crises**

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)”) e da Companhia (“[www.cpf.com.br](http://www.cpf.com.br)”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 3 de março de 2026.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de instrumentos financeiros.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e;
- Nota 31 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos

impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **2.5 Segmento operacional**

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## **2.6 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **( 3 )SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

### **3.2 Contratos de concessão**

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### - Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém

um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### **- Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

#### **- Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### **3.4 Intangível e Ativo contratual**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

### 3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

#### - Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### **- Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### **3.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.7 Benefícios a empregados**

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só

é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### **3.9 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

### **3.10 Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

### 3.12 Subvenção governamental – CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

### 3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A** (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B** (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são

inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

### **3.14 Arrendamentos**

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

### **3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis**

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### **3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

#### **(a) CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis**

Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de

“lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51, será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

#### **(b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **(c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis**

Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador

ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

## ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos bancários	42.204	88.228
Aplicações financeiras	242.214	304.405
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	9.390	7.510
Títulos de crédito privado (b)	169.815	284.550
Fundos de investimento (c)	63.009	12.345
<b>Total</b>	<b><u>284.418</u></b>	<b><u>392.633</u></b>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração equivalente, na média de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 2025 e 2024.
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (CDBs) no montante de R\$ 19.456 (R\$ 2.474 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 150.359 (R\$ 282.076 em 31 de dezembro de 2024), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,68% do CDI (100,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

## ( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Através de fundos de investimentos (a)	68.160	158.260
Aplicação direta (b)	-	122.374
<b>Total</b>	<b><u>68.160</u></b>	<b><u>280.634</u></b>

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 68.160 (R\$ 158.260 em 31 de dezembro de 2024), cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 102,43% do CDI em 31 de dezembro de 2024.

## ( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	578.360	401.278	74.946	1.054.584	1.045.654
Industrial	33.283	24.586	40.921	98.790	108.520
Comercial	113.762	54.309	18.276	186.347	194.733
Rural	35.587	15.289	5.088	55.964	58.461
Poder público	51.614	11.863	1.760	65.237	75.179
Iluminação pública	56.845	4.164	1.280	62.289	71.979
Serviço público	38.918	18.782	6.877	64.577	90.844
<b>Faturado</b>	<b>908.368</b>	<b>530.271</b>	<b>149.147</b>	<b>1.587.786</b>	<b>1.645.369</b>
Não faturado	764.880	-	-	764.880	684.284
Parcelamento de débito de consumidores	98.350	28.142	28.902	155.394	151.676
Operações realizadas na CCEE	53.621	-	-	53.621	25.420
Concessionárias e permissionárias	1.761	-	-	1.761	4.850
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(4.213)	-	-	(4.213)	(4.361)
Outros	85	-	-	85	43
	<b>1.822.853</b>	<b>558.412</b>	<b>178.049</b>	<b>2.559.314</b>	<b>2.507.282</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(191.174)	(205.032)
<b>Total</b>				<b>2.368.140</b>	<b>2.302.250</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	74.156	-	-	74.156	78.397
<b>Total</b>	<b>74.156</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.156</b>	<b>78.397</b>

**Parcelamento de débitos de consumidores** – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31(f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(183.175)</b>	<b>(8.582)</b>	<b>(191.757)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(292.051)	(210)	(292.261)
Recuperação de receita	97.433	-	97.433
Baixa de contas a receber provisionadas	172.761	2.218	174.979
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(205.032)</b>	<b>(6.574)</b>	<b>(211.606)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(255.724)	(7.524)	(263.248)
Recuperação de receita	129.212	-	129.212
Baixa de contas a receber provisionadas	140.370	(6.986)	133.384
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>(191.174)</b>	<b>(21.084)</b>	<b>(212.258)</b>

**( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/12/2025	31/12/2024
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	251.408	464.728
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>251.408</b>	<b>464.728</b>
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	14.859	21.586
ICMS a compensar	134.341	133.958
Programa de integração social - PIS	1.622	3.716
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.458	28.110
Outros	23.889	138
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>182.169</b>	<b>187.508</b>
<b>Total circulante</b>	<b>433.577</b>	<b>652.236</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	53.366	53.366
Imposto de renda a compensar - IRPJ	145.587	145.587
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>198.953</b>	<b>198.953</b>
ICMS a compensar	171.668	167.270
Outros	78	58.323
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>171.746</b>	<b>225.593</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>370.700</b>	<b>424.546</b>

**Imposto de renda e Contribuição social a compensar** - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2022 e 2024.

**Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte no circulante:** - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

**ICMS a compensar** – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

**Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante:** Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. A Companhia aguarda a decisão da ação judicial para iniciar a utilização do crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar é de R\$ 198.953.

## 8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	151.638	151.638
COFINS sobre ICMS	698.454	698.454
<b>Total circulante</b>	<b>850.092</b>	<b>850.092</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	169.408	287.955
COFINS sobre ICMS	780.303	1.326.338
<b>Total não circulante</b>	<b>949.711</b>	<b>1.614.292</b>
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	622.472	622.472
<b>Total circulante</b>	<b>622.472</b>	<b>622.472</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	963.701	1.688.921
<b>Total não circulante</b>	<b>963.701</b>	<b>1.688.921</b>

Tendo em vista **(i)** decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS **(ii)** decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e **(iii)** os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e **(iv)** a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de abril de 2022 e na RTE de 13 de julho de 2022, foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880, de igual maneira nos reajustes tarifários de abril de 2023, 2024 e 2025 houve repasse nos montantes de R\$ 1.007.900, R\$ 756.374 e R\$ 871.150 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo de R\$ 1.586.173 atualizado até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.311.393 em 31 de dezembro de 2024).

Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 1.001.007 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2025 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 3.401.753, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.799.803 (R\$ 2.464.384 em 31 de dezembro de 2024).

Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL n° 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores. Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) n° 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei n° 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indêbitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF.

Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

## ( 9 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2024			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Devolução aos consumidores	Recebimento	Saldo em 31/12/2025		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	(30.592)	16.861	(13.731)	633.607	115.704	59.917	-	(14.068)	800.190	(18.761)	781.428
CVA (*)											
CDE (**)	(57.600)	(27.961)	(85.561)	460.906	42.656	12.999	-	(14.068)	435.399	(18.468)	416.931
Custos energia elétrica	(88.285)	(109.765)	(198.050)	164.386	224.299	14.156	-	-	220.081	(15.290)	204.791
ESS e EER (***)	58.274	57.029	115.303	(73.411)	(82.515)	3.409	-	-	(56.660)	19.446	(37.215)
Proinfa	(677)	(2.709)	(3.386)	23.990	(13.516)	2.408	-	-	1.931	7.565	9.496
Rede básica	114.171	93.104	207.275	116.345	(179.063)	17.040	-	-	123.074	38.523	161.597
Repasso de Itaipu	(63.239)	(86.438)	(149.677)	(75.640)	169.314	(5.592)	-	-	(27.867)	(33.727)	(61.594)
Transporte de Itaipu	(879)	17.244	16.365	15.828	(13.742)	(31)	-	-	18.742	(322)	18.420
Neutralidade dos encargos setoriais	(40.240)	(39.633)	(79.873)	49.218	85.140	448	-	-	71.745	(16.812)	54.932
Sobrecontratação	64.504	115.990	180.493	(16.488)	(116.868)	15.080	-	-	61.892	325	62.217
Bandeira Tarifária Faturada	(16.620)	-	(16.620)	(31.527)	-	-	-	-	(48.147)	-	(48.147)
Outros componentes financeiros	(670.028)	(257.623)	(927.651)	(153.162)	1.387.380	(67.720)	(1.023.642)	-	(328.414)	(456.380)	(784.793)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	(328.155)	(211.139)	(539.293)	(127.076)	1.154.890	-	(871.150)	-	(33.974)	(348.665)	(382.639)
Ultrap.Dem.e Exced.Reativos	(268.310)	(41.134)	(309.444)	(118.429)	12.862	(46.575)	-	-	(433.314)	(28.472)	(461.786)
Geração distribuída	-	-	-	-	11.953	(152.492)	-	-	-	(41.139)	(41.139)
Outros	(73.563)	(5.350)	(78.913)	92.343	108.486	(21.145)	-	-	138.874	(38.103)	100.771
<b>Total</b>	<b>(700.619)</b>	<b>(240.762)</b>	<b>(941.381)</b>	<b>480.445</b>	<b>1.503.084</b>	<b>(7.803)</b>	<b>(1.023.642)</b>	<b>(14.068)</b>	<b>471.776</b>	<b>(475.141)</b>	<b>(3.366)</b>
Ativo circulante			-								662.743
Ativo não circulante			-								242.346
Passivo circulante			(528.869)								(459.238)
Passivo não circulante			(412.512)								(449.217)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

**CVA:** referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

**Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Outros componentes financeiros:** (i) **Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.452 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 871.150, que estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2025 (nota 8.1); (ii) **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão (iii) **Geração Distribuída:** Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia injetada pela MMD, com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo 13 da Lei nº 14.300 de 2022. Em 2025 foi considerado o montante de R\$ 152.492 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores e (iv) Outros: (i) CDE GD; (ii) CDE covid e escassez hídrica; (iii) bolha de diferimento, entre outros.

**Recebimento – CDE Eletrobrás:** conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio, cujo valor de R\$ 14.068 foi homologado por meio do Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

## ( 10 ) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 10.1 - Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	8.866	13.492
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(246.547)</u>	<u>(183.308)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>(237.681)</u></b>	<b><u>(169.816)</u></b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	24.628	37.477
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(684.854)</u>	<u>(509.188)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>(660.226)</u></b>	<b><u>(471.712)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>(897.907)</u></b>	<b><u>(641.528)</u></b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

### 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

### 10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras	30.825	85.625	30.003	83.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.553	54.315	19.495	54.152
Provisão energia livre	11.697	32.493	10.362	28.783
Programas de P&D e eficiência energética	8.996	24.989	7.315	20.318
Provisão relacionada a pessoal	3.933	10.926	3.756	10.434
Marcação a Mercado - Derivativos	(4.509)	(12.525)	(263)	(732)
Marcação a Mercado - Dívidas	(5.415)	(15.042)	(1.878)	(5.217)
Derivativos	16.456	45.712	(11.385)	(31.625)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(489)	(1.359)	(745)	(2.069)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(329.353)	(914.868)	(275.739)	(765.941)
Outros	1.757	4.881	35.772	99.368
<b>Total</b>	<b>(246.547)</b>	<b>(684.854)</b>	<b>(183.308)</b>	<b>(509.188)</b>

### 10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

#### Expectativa de recuperação

2026	173.016
2027	103.076
2028	47.489
2029	11.982
2030	11.958
2031 a 2033	28.679
2034 a 2036	9.453
<b>Total</b>	<b>385.653</b>

### 10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>2.488.914</b>	<b>2.488.914</b>	<b>2.087.968</b>	<b>2.087.968</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.055)	(5.055)	(1.995)	(3.190)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	118.429	118.429	120.941	120.941
Despesa Juros sobre o capital próprio	(308.905)	(308.905)	(138.500)	(138.500)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(437.083)	(463.399)	(87.707)	(118.049)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.856.300</b>	<b>1.829.984</b>	<b>1.980.706</b>	<b>1.949.169</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b>(167.067)</b>	<b>(457.496)</b>	<b>(178.264)</b>	<b>(487.292)</b>
Corrente	(99.203)	(268.982)	(151.918)	(414.107)
Diferido	(67.864)	(188.514)	(26.346)	(73.186)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 256.378 (R\$ 99.532 em 2024) refere-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2024); (ii) diferenças temporárias R\$ 238.903 (R\$ 82.057 em 2024).

### 10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas (ganhos) atuariais</b>	<b>175.442</b>	<b>175.442</b>	<b>(675.287)</b>	<b>(675.287)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	50.400	50.400	154.869	154.869
<b>Base de cálculo</b>	<b>225.842</b>	<b>225.842</b>	<b>(520.418)</b>	<b>(520.418)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(20.326)</b>	<b>(56.461)</b>	<b>46.838</b>	<b>130.104</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	20.326	56.461	31.520	87.555
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.357</b>	<b>217.660</b>

### ( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>9.148.138</b>
Transferência - ativo contratual	1.139.005
Transferência - intangível em serviço	(1.178)
Ajuste ao valor justo	469.588
Baixas	(66.853)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>10.688.700</b>
Transferência - ativo contratual	1.383.147
Transferência - intangível em serviço	(3.072)
Ajuste ao valor justo	635.251
Baixas	(86.789)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>12.617.237</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2025, o valor das baixas de R\$ 86.789 (R\$ 66.853 em 2024) refere-se tanto à baixa do ativo de R\$ 47.245 (R\$ 34.393 em 2024) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 39.544 (R\$ 32.460 em 2024).

## ( 12 ) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - fornecedores	12.984	5.251	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	32.962	30.807	-	-
Ordens em curso	95.197	86.368	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	164	164
Serviços prestados a terceiros	11.214	12.347	-	-
Despesas antecipadas	78.496	76.434	8.487	15.648
Contas a receber - CDE	351.229	281.809	-	-
Adiantamentos a funcionários	9.675	7.825	-	-
Arrendamentos e alugueis	46.190	41.748	-	-
Outros	32.083	46.979	7.537	7.671
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(21.084)	(6.574)	-	-
<b>Total</b>	<b>648.945</b>	<b>582.995</b>	<b>16.187</b>	<b>23.482</b>

**Cauções, fundos e depósitos vinculados** - garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento da Companhia.

**Ordens em curso** – compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

**Despesas antecipadas** - refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*.

**Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 33.876 (R\$ 21.660 em 31 de dezembro de 2024); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 317.353 (R\$ 254.928 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 5.221 em 31 de dezembro de 2024 (nota 24.3).

**Outros:** refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

## ( 13 ) ATIVO CONTRATUAL

<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.056.325</b>
Adições	1.922.196
Transferência - Intangível em serviço	(199.852)
Transferência - Ativo financeiro	(1.139.005)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.639.665</b>
Adições	2.064.193
Transferência - Intangível em serviço	(121.988)
Transferência - Ativo financeiro	(1.383.147)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>2.198.723</b>

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

## ( 14 ) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.634.292</b>	<b>499</b>	<b>1.634.791</b>
Custo histórico	6.258.381	9.723	6.268.104
Amortização acumulada	(4.624.089)	(9.224)	(4.633.313)
Amortização	(459.755)	(202)	(459.957)
Transferência - ativo contratual	199.852	-	199.852
Transferência - ativo financeiro	1.178	-	1.178
Baixa e transferência - outros ativos	(12.468)	-	(12.468)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.363.099</b>	<b>297</b>	<b>1.363.396</b>
Custo histórico	6.332.977	9.723	6.342.700
Amortização acumulada	(4.969.878)	(9.426)	(4.979.304)
Amortização	(502.145)	(141)	(502.286)
Transferência - ativo contratual	121.988	-	121.988
Transferência - ativo financeiro	3.072	-	3.072
Baixa e transferência - outros ativos	(11.780)	-	(11.780)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>974.234</b>	<b>155</b>	<b>974.389</b>
Custo histórico	6.333.572	9.722	6.343.294
Amortização acumulada	(5.359.338)	(9.567)	(5.368.905)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2025 foram capitalizados R\$ 24.900 (R\$ 19.430 em 2024), a uma taxa média de 7,97% a.a. (7,66% a.a. em 2024) (nota 27).

### Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

## ( 15 ) FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de serviço do sistema	2.767	19.632
Suprimento de energia elétrica	839.100	745.778
Encargos de uso da rede elétrica	240.596	239.168
Materiais e serviços	461.498	477.777
Energia livre	203.860	178.317
<b>Total</b>	<b>1.747.820</b>	<b>1.660.673</b>

## ( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
IPCA	1.734.301	-	(197.229)	147.723	-	(71.800)	1.612.996
Gastos com captação	(6.190)	-	-	2.396	-	-	(3.794)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>1.728.111</b>	<b>-</b>	<b>(197.229)</b>	<b>150.119</b>	<b>-</b>	<b>(71.800)</b>	<b>1.609.202</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	723.881	-	(660.317)	9.552	(59.008)	(14.109)	-
Iene	1.072.573	295.000	-	15.278	(143.340)	(14.278)	1.225.233
Renminbi	-	550.136	-	7.599	10.460	(6.977)	561.217
Marcação a mercado	(20.869)	-	-	2.205	-	-	(18.665)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>1.775.585</b>	<b>845.136</b>	<b>(660.317)</b>	<b>34.634</b>	<b>(191.888)</b>	<b>(35.364)</b>	<b>1.767.786</b>
<b>Total</b>	<b>3.503.696</b>	<b>845.136</b>	<b>(857.545)</b>	<b>184.753</b>	<b>(191.888)</b>	<b>(107.163)</b>	<b>3.376.988</b>
Circulante	917.994						1.162.596
Não circulante	2.585.702						2.214.392

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
<b>Moeda nacional</b>						
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós Fixado</b>						
IPCA	1.837.490	(187.652)	161.382	-	(76.918)	1.734.301
CDI	799.669	(650.000)	33.803	-	(183.472)	-
Gastos com captação	(9.331)	-	3.140	-	-	(6.190)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>2.627.828</b>	<b>(837.652)</b>	<b>198.325</b>	<b>-</b>	<b>(260.390)</b>	<b>1.728.111</b>
<b>Moeda estrangeira</b>						
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
Dólar	727.206	(165.049)	26.644	161.523	(26.443)	723.881
Iene	935.432	-	12.158	136.592	(11.610)	1.072.573
Marcação a mercado	(28.470)	-	7.600	-	-	(20.869)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>1.634.169</b>	<b>(165.049)</b>	<b>46.403</b>	<b>298.115</b>	<b>(38.053)</b>	<b>1.775.585</b>
<b>Total</b>	<b>4.261.997</b>	<b>(1.002.702)</b>	<b>244.728</b>	<b>298.115</b>	<b>(298.443)</b>	<b>3.503.696</b>
Circulante	1.149.812					917.994
Não circulante	3.112.185					2.585.702

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 18.665 (R\$ 20.869 em 31 de dezembro de 2024) que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 8.536 (perdas de R\$ 30.590 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram um ganho líquido não realizado de R\$ 10.129 (perda R\$ 9.721 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.612.996	1.734.301	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação		(3.794)	(6.190)		
<b>Total moeda nacional</b>		<b>1.609.202</b>	<b>1.728.111</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Empréstimos bancários (Lei 4.131)</b>					
Dólar	US\$ + 4,84% e US\$ + Sofr + 0,99%	-	723.881	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Iene	Iene + 1,20% a 1,44%	1.225.233	1.072.573	2023 a 2027	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Renminbi	CNH + Shibor 3 meses + 0,98%	561.217	-	2025 a 2031	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>		(18.665)	(20.869)		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>1.767.786</b>	<b>1.775.585</b>		
<b>Total</b>		<b>3.376.988</b>	<b>3.503.696</b>		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 90% a 120% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

#### Ano de vencimento

2027	1.765.806
2028	163.273
2029	140.149
2030	117.024
2031	46.950
<b>Subtotal</b>	<b>2.233.202</b>
Marcação a mercado	(18.810)
<b>Total</b>	<b>2.214.392</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2025	2024	2025	2024
IPCA	4,26	4,83	57,15	49,32
CDI	14,90	12,15	42,85	50,68
			<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

#### Adições no exercício:

Modalidade	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2025					
<b>Moeda Estrangeira - Lei 4.131</b>							
Empréstimo bancário	295.000	295.000	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2027	Capital de giro	JPY + 1,44%	CDI + 0,64%
Empréstimo bancário	1.100.271	550.136	Trimestral	8 Parcelas - Set/27, Mar/28, Set/28, Mar/29, Set/29, Mar/30, Set/30, Mar/31	Investimento	RMB + SHIBOR + 0,98%	CDI - 0,14%
	<b>1.395.271</b>	<b>845.136</b>					

#### Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora

CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

### ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	4.772.468	2.400.000	(3.482.857)	584.418	(562.310)	3.711.719
IPCA	184.669	570.000	(65.446)	36.084	(9.637)	715.670
Gastos com captação	(11.380)	(25.963)	-	7.796	-	(29.547)
<b>Total ao custo</b>	<b>4.945.757</b>	<b>2.944.037</b>	<b>(3.548.303)</b>	<b>628.298</b>	<b>(571.947)</b>	<b>4.397.842</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	798.310	792.000	-	162.988	(76.609)	1.676.689
Marcação a mercado	(92.604)	-	-	86.828	-	(5.775)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>705.707</b>	<b>792.000</b>	<b>-</b>	<b>249.816</b>	<b>(76.609)</b>	<b>1.670.914</b>
<b>Total</b>	<b>5.651.464</b>	<b>3.736.037</b>	<b>(3.548.303)</b>	<b>878.115</b>	<b>(648.556)</b>	<b>6.068.756</b>
<b>Circulante</b>	<b>392.430</b>					<b>451.997</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.259.034</b>					<b>5.616.759</b>

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	3.964.089	1.768.000	(968.143)	559.315	(550.794)	4.772.468
IPCA	433.449	-	(254.601)	26.622	(20.801)	184.669
Gastos com captação	(12.027)	(4.873)	-	5.520	-	(11.380)
<b>Total ao custo</b>	<b>4.385.511</b>	<b>1.763.127</b>	<b>(1.222.744)</b>	<b>591.458</b>	<b>(571.595)</b>	<b>4.945.757</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	760.175	-	-	82.075	(43.940)	798.310
Marcação a mercado	(14.952)	-	-	(77.651)	-	(92.604)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>745.223</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.423</b>	<b>(43.940)</b>	<b>705.707</b>
<b>Total</b>	<b>5.130.734</b>	<b>1.763.127</b>	<b>(1.222.744)</b>	<b>595.881</b>	<b>(615.534)</b>	<b>5.651.464</b>
<b>Circulante</b>	<b>279.250</b>					<b>392.430</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.851.484</b>					<b>5.259.034</b>

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 5.775 (R\$ 92.604 em 31 de dezembro de 2024), que acrescido dos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 52.863 (perdas R\$ 59.087 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho não realizado de R\$ 58.638 (R\$ 33.517 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
CDI	CDI + 0,49% a 0,59%	3.711.719	4.772.468	2024 a 2030	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 5,05% a 6,90%	715.670	184.669	2025 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(29.547)	(11.380)		
<b>Total mensuradas ao custo</b>		<b>4.397.842</b>	<b>4.945.757</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
IPCA	IPCA + de 6,18% a 7,71%	1.676.689	798.310	2029 a 2033	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(5.775)	(92.604)		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>		<b>1.670.914</b>	<b>705.707</b>		
<b>Total</b>		<b>6.068.756</b>	<b>5.651.464</b>		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de 0,45% a 1,50% do CDI e IPCA + 5,05%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

**Ano de vencimento**

2027	274.363
2028	296.139
2029	2.366.268
2030	477.989
2031	71.528
2032 a 2036	2.136.247
<b>Subtotal</b>	<b>5.622.534</b>
Marcação a mercado	(5.775)
<b>Total</b>	<b>5.616.759</b>

**Adições no exercício:**

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/Taxa efetiva anual
		Liberado em 2025	Liberado líquido dos gastos de emissão				
<b>Moeda nacional - CDI</b>							
16ª Emissão - 1ª série	2.400.000	2.400.000	2.391.226	Trimestral	5 parcelas - Fev/29, Mai/29, Ago/29, Nov/29 e Fev/30	Gestão de passivos	CDI + 0,59%
<b>Moeda nacional - IPCA</b>							
16ª Emissão - 2ª série	792.000	792.000	792.000	Semestral	5 Parcelas - Fev/33, Ago/33, Fev/34, Ago/34 e Fev/35	Investimento	IPCA + 7,70%
17ª Emissão	570.000	570.000	552.811	Semestral	5 Parcelas - Set/ 33, Mar/34, Set/34, Mar/35 e Set/35	Investimento	IPCA + 6,90%
	<u>3.762.000</u>	<u>3.762.000</u>	<u>3.736.037</u>				

**Pré pagamento**

No exercício de 2025 foram liquidadas antecipadamente R\$ 3.192.000 de debêntures da 12ª emissão, cujo vencimento original era até dezembro de 2026.

**Condições restritivas:**

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente, apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

**Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia**

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

**( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

**18.1 – Características:**

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)

a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível

em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através Bradesco.

## 18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.342.608	5.238.925
Valor justo dos ativos do plano	(5.537.407)	(5.147.907)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>(194.798)</u></b>	<b><u>91.019</u></b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	225.771	156.833
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(30.973)	(57.738)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>190.114</u></b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023</b>	<b>5.988.342</b>	<b>(5.019.755)</b>
Custo do serviço corrente bruto	623	-
Juros sobre obrigação atuarial	559.491	-
Rendimento esperado no exercício	-	(505.134)
Contribuições de patrocinadoras	-	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	34.010
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Benefícios pagos no exercício	(661.642)	661.642
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024</b>	<b>5.181.187</b>	<b>(5.147.907)</b>
Custo do serviço corrente bruto	259	-
Rendimento esperado no exercício	-	(593.754)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	26.765	-
Juros sobre obrigação atuarial	578.369	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(419.368)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	9.482
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(8.066)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	147.261	-
Benefícios pagos no exercício	(614.140)	614.140
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2025</b>	<b>5.311.636</b>	<b>(5.537.407)</b>

### 18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2024</b>	<b>190.114</b>	<b>968.587</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	3.412	56.944
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(419.368)	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(8.066)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	147.261	(647.888)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	9.482	34.010
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	26.765	(57.738)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	50.400	154.869
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2025</b>	<b>-</b>	<b>190.114</b>
Conversão para dívida financeira	79.660	117.122
Outras contribuições	6.768	6.782
<b>Total passivo</b>	<b>86.428</b>	<b>314.018</b>
Circulante	43.454	231.469
Não circulante	42.974	82.549

### 18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2026 estão apresentadas no montante de R\$ 387.407.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<b><u>Ano de pagamento</u></b>	
2026	587.808
2027	597.777
2028	606.286
2029	613.578
2030 a 2034	3.738.991
<b>Total</b>	<b>6.144.440</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 6,8 anos.

### 18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as receita a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas reconhecidas em 2025 e 2024, são como segue:

	2026 Estimativas	2025 Realizadas	2024 Realizadas
Custo do serviço	94	259	623
Juros sobre obrigações atuariais	576.537	578.369	559.491
Rendimento esperado dos ativos do plano	(624.734)	(593.754)	(505.134)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	25.941	18.538	1.964
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(22.162)</b>	<b>3.412</b>	<b>56.944</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,83% a.a.	4,49% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10) UP-84 Modificada suavizada em 60% Masculina	AT-2000 (-10) Mercer Disability, suavizada 50% Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	ExpR 2015 a 2024	ExpR 2013 a 2021
Taxa de rotatividade esperada:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

### 18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2025	2024
<b>Renda fixa</b>	<b>89%</b>	<b>86%</b>
Títulos públicos federais	64%	34%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	21%	51%
<b>Renda variável</b>	<b>6%</b>	<b>8%</b>
Fundos de investimento em ações	6%	8%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>
Fundos imobiliários	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2026
Renda fixa	96,5%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,8%
Investimentos estruturados	0,3%
	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência do plano, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis o fluxo de recebimento os ativos investidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas

estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

### **18.7 - Análise de sensibilidade:**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 90.767 (redução de R\$ 96.058).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 128.468 (redução de R\$ 130.297).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

### **18.8 - Risco de investimento:**

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na *VIVEST*, o “apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência de Riscos e Controle de Investimentos, área que responde ao Diretor Administrativo e de Benefícios da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e entre os ativos dos planos.

**( 19 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	68.619	9.912	4.306	4.059
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	26.739	3.762	8.858	8.350
<b>Total</b>	<b>95.358</b>	<b>13.674</b>	<b>13.164</b>	<b>12.408</b>

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	64.958	216.643	-	-
Programa de integração social - PIS	15.557	11.699	-	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	72.284	54.424	-	-
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	150.617	135.427	953.216	992.608
Outros	25.081	24.913	-	-
<b>Total</b>	<b>328.498</b>	<b>443.106</b>	<b>953.216</b>	<b>992.608</b>

**Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada**

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (atual “Vivest”). A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.025.193.

Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional “PGFN” consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Na ocasião, o acordo firmado estabeleceu que o saldo mencionado seria quitado em 60 (sessenta) parcelas, no entanto, em 2024, foi celebrado um Termo de Aditamento, o qual alterou a condição original, ampliando o número de parcelas para 120 (cento e vinte) mantidos inalterados todos os demais termos e condições da transação. O saldo atualizado do parcelamento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.103.833 (R\$ 1.128.035 em 31 de dezembro de 2024).

Com relação às garantias financeiras (apólice de seguro), cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.116.384 (R\$ 1.139.224 em 31 de dezembro de 2024), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

**Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ:** no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

**( 20 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	113.922	24.785	108.511	22.624
<b>Cíveis</b>	128.597	7.927	105.430	7.457
<b>Fiscais</b>	82.526	22.066	76.338	20.753
<b>Regulatórios</b>	1.543	-	27.516	-
<b>Total</b>	<b>326.587</b>	<b>54.777</b>	<b>317.795</b>	<b>50.835</b>

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
<b>Trabalhistas</b>	108.511	10.881	(4.472)	(13.521)	12.523	113.922
<b>Cíveis</b>	105.430	57.304	(3.442)	(46.338)	15.643	128.597
<b>Fiscais</b>	76.338	6.255	(15)	(25.841)	25.788	82.526
<b>Regulatórios</b>	27.516	821	(20.528)	(9.061)	2.796	1.543
<b>Total</b>	<b>317.795</b>	<b>75.260</b>	<b>(28.457)</b>	<b>(94.761)</b>	<b>56.750</b>	<b>326.587</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e
- Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

**Ações judiciais que impugnam as Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL**

Em 2004, a CPFL Brasil empresa do Grupo CPFL Energia ajuizou ações visando anular os efeitos da aplicação retroativa dos critérios estabelecidos nas Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-

SFF/ANEEL e dos demais atos, para que os preços dos contratos de comercialização de energia elétrica anteriormente firmados permanecessem regidos pelas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) que regem o chamado “valor normativo” por ocasião da celebração dos contratos.

As ações movidas pela CPFL Brasil buscavam afastar a intervenção promovida pela ANEEL em Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado pela CPFL Brasil, vindo a ANEEL a exigir a redução do preço contratado nos termos das Notas Técnicas nº 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL.

Em 02 de julho de 2024, um dos processos judiciais da CPFL Brasil com decisão favorável a CPFL Brasil transitou em julgado. O contrato de energia referente a mencionada ação judicial, cujos efeitos foram restabelecidos pelo Poder Judiciário, tinha como contraparte a Companhia. Por essa razão, o valor a ser recebido pela CPFL Brasil será pago pela Companhia por meio de reajuste tarifário.

Em agosto de 2024, teve início a execução de sentença promovida perante a primeira instância. Em paralelo, a CPFL Brasil busca, pela via administrativa perante a ANEEL, entendimentos para cumprimento da decisão judicial com base em critério adotado pela Advocacia-Geral da União – AGU, que calculou a condenação em R\$ 4.678.104 (atualizado até março de 2025).

Em 11 de abril de 2025, após CPFL Brasil postular em Juízo o prosseguimento da execução, foi concedido prazo à ANEEL para que se manifeste em Juízo com relação às tratativas em curso na esfera administrativa, notadamente com relação aos critérios e a forma pela qual o montante será incluído no processo tarifário da Companhia.

Em reunião de Diretoria da ANEEL, realizada em 29 de abril de 2025, a Agência deliberou por não inserir, neste momento, o valor referente à ação judicial na tarifa da Companhia e determinou que a Procuradoria Federal inicie processo em apartado para verificar a possibilidade de celebração de acordo.

A CPFL Brasil manifestou de forma administrativa seu interesse em prosseguir em tratativas para um acordo e estava aguardando posicionamento da ANEEL. Em outubro de 2025, o Juízo determinou a intimação das partes para informar acerca do andamento das tratativas na via administrativa. Como não houve avanço na composição, em Dezembro de 2025 a CPFL Brasil postulou o prosseguimento da execução em face da ANEEL e aguarda manifestação do juízo.

### **Perdas possíveis**

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	119.796	86.729	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	738.757	695.626	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	225.959	206.593	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	826.587	775.048	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	17.833	56.314	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b><u>1.928.932</u></b>	<b><u>1.820.310</u></b>	

### **Ação Civil Pública – Estação Ecológica de Jataí**

Em 24 de abril de 2025, a Administração tomou conhecimento de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo com vistas a postular reparação por danos ambientais alegadamente causados à Estação Ecológica de Jataí e à Estação Experimental de Luiz Antônio em razão de incêndio ocorrido em 2020.

A parte requer a reparação dos supostos danos ambientais por meio da avaliação e restauração de áreas com vegetação nativa danificadas pelo incêndio ou, alternativamente, caso não seja possível o cumprimento de obrigação de fazer, o pagamento de compensação ambiental no montante de R\$ 978.730. Ainda que se trate de pedido subsidiário, a Companhia atribui, como perda possível, o valor de R\$ 51.712 e como remota, a chance de desembolso do restante do valor atribuído, correspondente a R\$ 927.018.

Em defesa apresentada em maio de 2025, a Companhia defende que não foi a causadora do dano. Para fundamentar sua defesa, apresentou relatórios técnicos que demonstram que o incêndio não teve início em sua rede de distribuição. O processo está atualmente em fase de instrução e não possui decisão de mérito.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## ( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	453.267	318.473	-	-
Bônus Itaipu	-	86.135	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	89.868	73.007	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	70.775	47.157	-	30.459
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	35.096	22.779	-	-
Adiantamentos	7.170	5.723	8.980	1.019
Descontos tarifários - CDE	24.893	-	-	-
Folha de pagamento	10.666	8.568	-	-
Participação nos lucros	44.080	41.943	16.985	15.209
Convênios de arrecadação	70.854	70.412	-	-
Outros	28.132	32.990	1.428	1.817
<b>Total</b>	<b>834.802</b>	<b>707.187</b>	<b>27.393</b>	<b>48.505</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Consumidores e concessionárias:** Referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) de R\$ 345.684 (R\$ 235.389 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa via modicidade tarifária.

**Bônus Itaipu:** refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu.

**Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

**Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

**Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

**Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

**Outros:** refere-se, principalmente ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

## ( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	880.653.030	100,00%	880.653.030	100,00%
Ações em tesouraria	1	-	1	-
<b>Total</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00%</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00%</b>

### 22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,57 vezes o EBITDA em 2025 (2,54 vezes em 2024), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### 22.2 – Capital social

Através da AGO/E de 22 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024, sem emissão de novas ações.

### 22.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 237.004 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 388.791.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025:

- Juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 308.905 (R\$ 262.569 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, aprovados em AGE em (i) AGE de 28 de março de 2025 o montante de R\$ 74.600; (ii) AGE de 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 80.000; (iii) AGE de 30 de setembro de 2025 o montante de R\$ 84.305 e (iv) AGE de 30 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 70.000.
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 363.701 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 156.309, que serão deliberados na AGO de abril de 2026.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 700.000 referente a dividendos e Juros sobre capital próprio.

## 22.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 39.393.

## 22.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.380.164, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 282.643, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 1.436.905 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 1.660.616.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

## 22.6 – Resultado abrangente acumulado

O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.356.868, de acordo com o CPC 33 (R2);

## 22.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2025</u>
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>1.864.351</b>
Reserva legal	(3.495)
Reserva de lucros a realizar	(393.167)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(638.774)
Dividendos adicional proposto	(363.701)
Dividendo mínimo obrigatório	(156.309)
Juros sobre o capital próprio	(308.905)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 638.774 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 393.167, referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão. O montante remanescente de R\$ 3.495 foi destinado à constituição da reserva legal; R\$ 308.905 à Juros sobre o capital próprio e R\$ 363.701 como dividendo adicional, que adicionado ao dividendo mínimo obrigatório totalizou R\$ 520.010.

## **( 23 ) LUCRO POR AÇÃO**

### **Lucro por ação – básico**

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.864.351	1.422.412
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
<b>Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$</b>	<b>2,12</b>	<b>1,62</b>

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## **( 24 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	4.758.978	4.660.241	10.945	11.380	9.643.319	9.916.757
Industrial	21.856	23.684	701	1.235	663.031	1.070.973
Comercial	247.820	251.977	2.585	3.358	2.467.137	3.055.630
Rural	69.487	70.674	834	1.060	613.298	737.657
Poderes públicos	33.107	32.671	761	821	641.147	677.912
Iluminação pública	7.979	7.546	853	936	459.107	490.122
Serviço público	5.790	5.636	874	1.041	693.679	812.976
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>5.145.017</b>	<b>5.052.429</b>	<b>17.553</b>	<b>19.831</b>	<b>15.180.717</b>	<b>16.762.027</b>
Consumo próprio	489	481	21	23	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)					65.904	(279.635)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(8.071.320)	(8.626.869)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>5.145.506</b>	<b>5.052.910</b>	<b>17.574</b>	<b>19.854</b>	<b>7.175.301</b>	<b>7.855.523</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			17	72	16.638	41.646
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(10.678)	(16.705)
Energia elétrica de curto prazo			1.656	1.153	342.483	88.830
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>1.673</b>	<b>1.224</b>	<b>348.443</b>	<b>113.771</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					8.081.998	8.643.574
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					3.668.336	3.221.852
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(42.133)	(42.921)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.993.358	1.911.367
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 09)					1.983.529	123.898
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					595.707	437.128
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários					1.294.627	1.054.218
Outras receitas e rendas					406.189	341.298
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>17.981.611</b>	<b>15.690.414</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>25.505.355</b>	<b>23.659.709</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(3.257.682)	(3.341.483)
PIS					(317.106)	(290.502)
COFINS					(1.462.581)	(1.338.068)
ISS					(291)	(218)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(3.598.432)	(2.797.907)
Programa de P & D e eficiência energética					(138.515)	(132.021)
PROINFA					(182.779)	(145.488)
Bandeiras tarifárias e outros					(136.781)	(35.210)
Outros					(20.116)	(71.349)
					<b>(9.114.284)</b>	<b>(8.152.246)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>16.391.071</b>	<b>15.507.463</b>

### **24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos**

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL n° 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4° ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão

tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

#### **24.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)**

Em 29 de abril de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.452, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em -2,19%, sendo 5,85% referentes ao reajuste tarifário econômico e -8,04% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -3,66%.

Como as tarifas de 2024 foram prorrogadas até 29 de abril de 2025, a diferença de receita auferida entre 8 e 29 de abril de 2025 será compensada no processo tarifário de 2026, através de um passivo financeiro setorial.

Em 02 de abril de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.314, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 3,91%, sendo 2,03% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,88% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,46%.

#### **24.3 – Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários**

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R\$ 1.294.627 (R\$ 1.054.218 em 2024), sendo: (i) R\$ 168.001 (R\$ 120.969 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 871.973 (R\$ 761.174 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 29.231 (R\$ 58.522 em 2024) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 225.422 (R\$ 113.553 em 2024) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

#### **24.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)**

A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente a homologação da cota.

A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024.

**( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	GWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	4.336	4.463	(978.464)	(1.023.741)
PROINFA	400	442	(228.624)	(180.683)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	17.976	19.824	(6.048.340)	(5.590.418)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	648.819	592.824
<b>Subtotal</b>	<b>22.712</b>	<b>24.729</b>	<b>(6.606.609)</b>	<b>(6.202.017)</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			(1.770.097)	(1.784.294)
Encargos de transporte de Itaipu			(150.064)	(164.193)
Encargos de conexão			(53.163)	(46.896)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			54.008	(82.464)
Encargos de energia de reserva - EER			(466.866)	(454.151)
Crédito de PIS e COFINS			220.718	234.206
<b>Subtotal</b>			<b>(2.165.462)</b>	<b>(2.297.792)</b>
<b>Total</b>			<b>(8.772.071)</b>	<b>(8.499.809)</b>

(\*) Conta de energia de reserva

## ( 26 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outras despesas operacionais											
	Outros custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(340.800)	(349.622)	-	-	(93.504)	(52.999)	(155.221)	(144.209)	-	-	(589.525)	(546.830)
Entidade de previdência privada	(3.412)	(56.944)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.412)	(56.944)
Material	(83.057)	(90.298)	(1.028)	(1.245)	(12.899)	(1.130)	(5.813)	(7.986)	-	-	(102.797)	(100.659)
Serviços de terceiros	(212.994)	(213.409)	(1.713)	(1.874)	(151.135)	(142.974)	(229.775)	(197.606)	-	-	(595.618)	(555.863)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(1.993.358)	(1.911.367)	-	-	-	-	-	-	(1.993.358)	(1.911.367)
Outros	(7.062)	2.732	(56)	(31)	(31.629)	(35.116)	(109.400)	(123.585)	(54.544)	(51.174)	(202.691)	(207.174)
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	(31.547)	(34.949)	-	-	-	-	(31.547)	(34.949)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	(12.015)	(10.395)	-	-	(12.015)	(10.395)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(3)	-	(71.337)	(91.138)	-	-	(71.340)	(91.138)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.957)	(45.663)	(48.957)	(45.663)
Outros	(7.062)	2.732	(56)	(31)	(79)	(167)	(26.048)	(22.052)	(5.586)	(5.511)	(38.832)	(25.029)
<b>Total</b>	<b>(647.326)</b>	<b>(707.541)</b>	<b>(1.996.155)</b>	<b>(1.914.516)</b>	<b>(289.167)</b>	<b>(232.219)</b>	<b>(500.209)</b>	<b>(473.387)</b>	<b>(54.544)</b>	<b>(51.174)</b>	<b>(3.487.400)</b>	<b>(3.378.838)</b>

## ( 27 ) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	122.546	111.241
Acréscimos e multas moratórias	189.069	191.125
Atualização de créditos fiscais	233.177	251.284
Atualização de depósitos judiciais	3.524	5.957
Atualizações monetárias e cambiais	40.530	35.179
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	28.156	17.805
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	65.056	15.572
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(24.331)	(10.960)
Outros	21.353	18.316
<b>Total</b>	<b>679.080</b>	<b>635.518</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(852.047)	(798.070)
Atualizações monetárias e cambiais	(589.387)	(396.052)
(-) Juros capitalizados	24.900	19.430
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(72.859)	(72.534)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(154.306)	(149.161)
Atualização de Mútuo com Partes Relacionadas (nota 28)	(3.800)	-
Outros	(39.532)	(125.633)
<b>Total</b>	<b>(1.687.032)</b>	<b>(1.522.021)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.007.952)</b>	<b>(886.502)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,97% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 318.473 (ganhos R\$ 12.606 em 2024) (nota 31).

## ( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2025 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. (“SGBP”)

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de

preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

- c) **Contrato de mútuo** - refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 10.509 (R\$ 11.306 em 2024). Este valor é composto por R\$ 8.639 (R\$ 8.729 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 199 (R\$ 197 em 2024) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.671 (R\$ 2.380 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Outras Operações Financeiras referem-se principalmente à emissão de debêntures pela Companhia, adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A, CDI + 0,59% com vencimento a partir de fevereiro de 2029.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

### Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	6.403	5.978	4.196	3.596	-	-	(29.017)	(28.794)
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	155	-	-	-	4.265	3.748	-	-
<b>Contrato de mútuo</b>								
State Grid Europe Limited (“SGEL”)	-	-	1.055.469	-	-	-	(19.469)	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia	-	-	418.878	311.209	-	-	-	-
<b>Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Entidades sob o controle comum	-	-	(359)	-	-	-	(576)	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	1.999	2.135	70.588	129.929	161	226	(416.534)	(359.324)
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	473	1.162	104.414	95.425	7.870	5.710	(879.800)	(839.985)
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	45.255	46.330	-	-	(510.500)	(527.880)
<b>Encargos - Rede básica</b>								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	(166.861)	(168.829)
<b>Outras operações financeiras</b>								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	325.563	1.126.772	-	-	(72.351)	(132.804)
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	(2.366)	(2.223)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	198	32.184	28.654	87	553	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	(548)	-	-

(\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 28.492 no exercício (R\$ 26.664 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## ( 29 ) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos operacionais e riscos de engenharia	417.698
Transporte	Transporte nacional	524.441
Responsabilidade civil	Geral e Risco Ambiental	76.514
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	637.040
Garantia	Seguro Garantia	1.881.583
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	180.800
<b>Total</b>		<b><u>3.718.075</u></b>

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

## ( 30 ) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

### Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

#### **Cabe ao Comitê de Auditoria:**

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

#### **Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:**

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

#### **À Diretoria Executiva cabe:**

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

#### **A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:**

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
  - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
  - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
  - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria/Mensuração	Nível(*)	31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	284.418	284.418
Titulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	68.160	68.160
Derivativos	31	(a)	Nível 2	121.634	121.634
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	905.089	905.089
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	12.617.237	12.617.237
<b>Total</b>				<b>13.996.539</b>	<b>13.996.539</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.609.202	1.612.996
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.767.786	1.767.786
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	4.397.842	4.418.793
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.670.914	1.670.914
Mútuo com partes relacionadas (**)	28	(a)	Nível 2	1.055.469	1.055.469
Derivativos	31	(a)	Nível 2	260.156	260.156
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	908.455	908.455
<b>Total</b>				<b>11.669.825</b>	<b>11.694.569</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 89.033 em 2025 (um ganho de R\$ 83.003 em 2024)

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

### Legenda

#### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros e (v) convênios de arrecadação.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo de arrendamento.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

## a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

## b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>					
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(258.005)	(258.005)	(252.225)	(5.780)	lenc + 1,20% a + 1,44%	CDI + 0,64% a 1,40%	jan/26 a dez/27	1.396.000
Empréstimos bancários - NDB	5.044	-	5.044	7.800	(2.756)	CNH + (Shibor 3 meses + 0,98%)	CDI - 0,14%	mai/31	550.136
Mútuos com partes relacionadas	15.669	-	15.669	21.271	(5.603)	renminbi + 2,33%	CDI - 0,37%	set/28	1.036.000
	<u>20.712</u>	<u>(258.005)</u>	<u>(237.293)</u>	<u>(223.154)</u>	<u>(14.139)</u>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	100.922	(2.151)	98.771	45.908	52.863	IPCA + 6,18% a 7,71%	CDI -0,02% a +0,52%	out/31 a out/35	1.516.289
	<u>100.922</u>	<u>(2.151)</u>	<u>98.771</u>	<u>45.908</u>	<u>52.863</u>				
<b>Total</b>	<u>121.634</u>	<u>(260.156)</u>	<u>(138.522)</u>	<u>(177.246)</u>	<u>38.724</u>				
Circulante	-	(210.127)							
Não circulante	121.634	(50.029)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	126.501	(446.873)	143.127	(177.246)
Marcação a mercado	(89.676)	128.400	-	38.724
<b>Total</b>	<b>36.825</b>	<b>(318.473)</b>	<b>143.127</b>	<b>(138.522)</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>165.731</b>			-
<b>Ativo não circulante</b>	-			<b>121.634</b>
<b>Passivo circulante</b>	-			<b>(210.127)</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(128.907)</b>			<b>(50.029)</b>

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

<b>Risco protegido / operação</b>	<b>Ganho (Perda) no resultado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Variação de taxas de juros	(16.220)	(1.016)
Marcação a mercado	111.949	(136.583)
Variação cambial	(430.653)	147.954
Marcação a mercado	16.451	2.250
<b>Total</b>	<b>(318.473)</b>	<b>12.606</b>

#### c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício em 2025 foi de R\$ 635.251 (R\$ 469.588 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24.

#### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, lene, renminbi, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

## e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(1.222.129)		(136.448)	203.196	542.841
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.225.712		136.848	(203.792)	(544.432)
	<b>3.583</b>	baixa iene	<b>400</b>	<b>(596)</b>	<b>(1.591)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.601.126)		(164.671)	276.779	718.228
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.640.052		168.674	(283.508)	(735.689)
	<b>38.926</b>	baixa renminbi	<b>4.003</b>	<b>(6.729)</b>	<b>(17.461)</b>
<b>Total</b>	<b>42.509</b>		<b>4.403</b>	<b>(7.325)</b>	<b>(19.052)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>			<b>4.403</b>	<b>(7.325)</b>	<b>(19.052)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 0,04 para o iene e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 0,04 e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 11,16% e 10,28%, do iene e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

## e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	343.336				46.865	58.582	70.298
Instrumentos financeiros passivos	(3.711.719)				(506.650)	(633.312)	(759.975)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(4.751.784)				(648.619)	(810.773)	(972.928)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(3.366)				(459)	(574)	(689)
	<b>(8.123.533)</b>	alta CDI/SELIC	<b>14,90%</b>	<b>13,65%</b>	<b>(1.108.863)</b>	<b>(1.386.077)</b>	<b>(1.663.294)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(3.999.580)				(385.160)	(288.870)	(192.580)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.747.498				168.284	126.213	84.142
Ativo financeiro da concessão	12.617.237				1.215.040	911.280	607.520
	<b>10.365.155</b>	baixa IPCA	<b>4,26%</b>	<b>9,63%</b>	<b>998.164</b>	<b>748.623</b>	<b>499.082</b>
<b>Total</b>	<b>2.241.623</b>				<b>(110.699)</b>	<b>(637.454)</b>	<b>(1.164.212)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>					<b>(110.699)</b>	<b>(637.454)</b>	<b>(1.164.212)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

## f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7.

### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<b>Classe</b>	<b>Dias</b>	<b>Período</b>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

#### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

#### Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

#### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

### g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.699.834	47.986	-	-	-	-	1.747.820
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	1.043.543	75.587	285.498	2.098.348	296.785	33.281	3.833.042
Derivativos	31	208.605	621	902	50.029	-	-	260.156
Debêntures - principal e encargos	17	-	301.914	822.823	1.739.317	3.419.631	2.856.474	9.140.158
Taxas regulamentares		62.335	-	-	-	-	-	62.335
Outros	21	32.407	491.714	35.096	-	-	-	559.217
Consumidores e concessionárias		32.407	420.860	-	-	-	-	453.267
EPE / FNDCT / PROCEL		-	-	35.096	-	-	-	35.096
Convênio de arrecadação		-	70.854	-	-	-	-	70.854
<b>Total</b>		<b>3.046.725</b>	<b>917.822</b>	<b>1.144.319</b>	<b>3.887.693</b>	<b>3.716.416</b>	<b>2.889.755</b>	<b>15.602.730</b>

### ( 32 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025, um valor de R\$ 24.900 (R\$ 19.430 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 mesmo período de 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

### ( 33 ) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 2 anos	5.969.355	5.124.270	-	11.093.625
Compra de energia de Itaipu	Até 2 anos	955.042	870.286	-	1.825.328
Encargos de uso do sistema de distribuição	Até 2 anos	2.921.821	2.813.392	-	5.735.213
Projetos de construção de subestação	Até 4 anos	295.535	220.493	964	516.992
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	853.410	965.850	107.165	1.926.424
<b>Total</b>		<b>10.995.162</b>	<b>9.994.291</b>	<b>108.129</b>	<b>21.097.581</b>

### ( 34 ) EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Emissão de Debêntures

Em 9 de janeiro de 2026 foi emitido o montante de R\$ 1.700.000 das debêntures convencionais que foram aprovadas em 19 de dezembro de 2025, com pagamento de juros e amortização em parcela única no dia 19 de dezembro de 2026 e taxa CDI+0,30%. O recurso será destinado para reforço de capital de giro. As condições restritivas são: dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado maior ou igual a 2,25 (índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia).

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**MINGYAN LIU**  
Conselheiro

**TAYON FERNANDO MOURA BRAATZ SANTOS RODRIGUES**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Presidente

**KEDI WANG**  
Diretora Financeira  
e de Relações com Investidores

**GUSTAVO KODAMA UEMURA**  
Diretor Comercial

**ROLANDS SARETTA MENEZES**  
Diretor de Operações

**JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor de Administrativo

**YUNWEI LIU**  
Diretor Executivo

**MINGYAN LIU**  
Diretor Executivo

---

**CONTABILIDADE**

---

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6



# Companhia Paulista de Força e Luz

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Paulista de Força e Luz

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

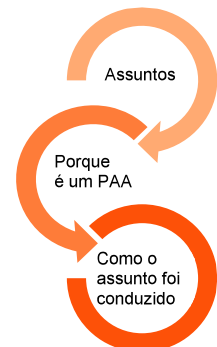
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Companhia Paulista de Força e Luz

---

## Porque é um PAA

### **Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)**

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura.

Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de fornecimento não faturado estimado somava R\$ 764.880 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria..

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

---



Companhia Paulista de Força e Luz

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos montantes de R\$ 12.617.237 mil, R\$ 2.198.723 mil e R\$ 974.234 mil, respectivamente.</p> <p>Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).</p> <p>O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.</p> <p>Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.</p> <p>Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.</p> <p>Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.</p> <p>Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.</p>



Companhia Paulista de Força e Luz

### **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia Paulista de Força e Luz

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Paulista de Força e Luz

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027613/F-1

DocuSigned by  
Lia Fonseca  
Assinado por: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA/33043418838  
CPF: 33043418838  
Emissão: 04 de março de 2026 | 14:01:07  
Lia Rusinque Fonseca  
CNPJ: 06.908.228/0001-09  
Crescer. AC SERTAGAZO v.15  
**Lia Marcela Rusinque Fonseca**  
Contadora CRC 1SP291166/O-4

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz  
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Balancos Patrimoniais em  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>5.338.943</b>	<b>5.250.028</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	284.418	392.633
Consumidores	6	2.316.971	2.276.340
Concessionárias e Permissionárias	6	55.382	30.270
Serviços em Curso		96.698	89.641
Tributos Compensáveis	7	433.577	652.236
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	850.092	850.092
Almoxarifado Operacional		18.655	19.090
Investimentos Temporários	8	101.122	311.441
Ativos Financeiros Setoriais	9	662.743	-
Despesas Pagas Antecipadamente		78.496	76.434
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	-	165.731
Outros Ativos Circulantes	11	440.789	386.118
<b>Ativos de Operações Descontinuadas</b>		<b>282</b>	<b>282</b>
Bens Destinados à Alienação		282	282
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>19.169.991</b>	<b>18.339.952</b>
Consumidores	6	74.156	78.397
Tributos Compensáveis	7	370.700	424.546
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	949.711	1.614.292
Depósitos Judiciais e Cauções	18	54.777	50.835
Ativos Financeiros Setoriais	9	242.346	-
Despesas Pagas Antecipadamente		8.487	15.648
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	121.634	-
Outros Ativos Não Circulantes	11	6.257	6.099
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		49	75
Imobilizado	12	16.588.596	15.552.011
Intangível	12	753.277	598.049
<b>Total do Ativo</b>		<b>24.509.216</b>	<b>23.590.262</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Balancos Patrimoniais em**  
**31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>6.514.683</b>	<b>5.907.757</b>
Fornecedores	13	1.747.820	1.660.673
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	1.621.615	1.311.542
Obrigações Sociais e Trabalhistas		121.342	111.515
Benefício Pós-Emprego	15	43.454	231.469
Tributos	17	423.856	456.780
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	26	418.878	311.209
Encargos Setoriais	16	258.075	156.253
Passivos Financeiros Setoriais	9	459.238	528.869
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	210.127	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	622.472	622.472
Outros Passivos Circulantes	19	587.806	516.976
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>14.730.024</b>	<b>14.667.605</b>
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	8.880.951	7.845.318
Benefício Pós-Emprego	15	42.974	82.549
Tributos	17	953.216	992.608
Provisão para Litígios	18	339.751	330.203
Encargos Setoriais	16	-	30.459
Tributos Diferidos	10	601.641	620.814
Passivos Financeiros Setoriais	9	449.217	412.512
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	50.029	128.907
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	963.701	1.688.921
Outros Passivos Não Circulantes	19	26.763	17.464
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20	2.421.782	2.517.850
<b>Total do Passivo</b>		<b>21.244.707</b>	<b>20.575.362</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social		1.413.222	1.395.747
Reservas de Capital		39.393	56.868
Outros Resultados Abrangentes		487.236	856.871
Reservas de Lucros		3.380.164	2.344.729
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		363.701	388.791
Lucros ou prejuízos Acumulados		(2.419.209)	(2.028.106)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>21</b>	<b>3.264.509</b>	<b>3.014.900</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>24.509.216</b>	<b>23.590.262</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	2025	2024
<b>Receita</b>	22	<b>22.597.172</b>	<b>21.030.355</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		7.175.301	7.855.523
Suprimento de Energia Elétrica		5.960	24.941
Energia Elétrica de Curto Prazo		342.483	88.830
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		11.750.334	11.865.427
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		1.983.529	123.898
Serviços Cobráveis		44.938	17.518
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.294.627	1.054.218
<b>Tributos</b>		<b>(5.035.691)</b>	<b>(4.970.028)</b>
ICMS		(3.257.682)	(3.341.486)
PIS-PASEP		(317.106)	(290.502)
COFINS		(1.460.610)	(1.338.068)
ISS		(293)	27
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(4.076.624)</b>	<b>(3.181.976)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(69.258)	(66.011)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(69.258)	(66.011)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(3.598.432)	(2.797.907)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(20.116)	(18.280)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA		(182.779)	(145.488)
Outros Encargos		(136.781)	(88.279)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>13.484.858</b>	<b>12.878.351</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	23	<b>(8.772.071)</b>	<b>(8.499.809)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(6.606.609)	(6.202.017)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(2.165.462)	(2.297.792)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>4.712.787</b>	<b>4.378.542</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(2.026.369)</b>	<b>(2.081.439)</b>
Pessoal e Administradores	24	(592.937)	(603.919)
Material		(102.797)	(100.659)
Serviços de Terceiros		(595.618)	(555.863)
Arrendamento e Aluguéis		(2.702)	(3.649)
Seguros		(3.925)	(2.715)
Doações, Contribuições e Subvenções		(378)	(339)
Provisões		(53.045)	(68.309)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(134.036)	(194.828)
(-) Recuperação de Despesas		25.326	31.716
Tributos		(15.317)	(13.815)
Depreciação e Amortização		(673.788)	(654.515)
Depreciação		(651.102)	(628.083)
Amortização		(22.686)	(26.431)
Gastos Diversos		(158.693)	(163.711)
Outras Receitas Operacionais		380.724	347.115
Outras Despesas Operacionais		(99.183)	(97.947)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>2.686.418</b>	<b>2.297.103</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	25	<b>(1.007.952)</b>	<b>(887.249)</b>
Receitas Financeiras		951.800	782.457
Despesas Financeiras		(1.959.752)	(1.669.706)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>1.678.466</b>	<b>1.409.854</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(349.011)	(434.997)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>1.329.455</b>	<b>974.857</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	1.329.455	974.857
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, Líquida dos impostos	(225.842)	224.401
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<u>1.103.613</u>	<u>1.199.257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1.329.455</b>	<b>974.857</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Amortização	22.686	26.431
Depreciação	651.102	628.083
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	89.214	89.596
Imposto de renda e Contribuição social	349.011	434.997
Juros e variações monetárias	1.280.039	1.184.796
Obrigações pós-emprego	3.412	56.944
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	134.036	194.828
Provisões para litígios	54.246	69.810
Outros	1.393	2.057
	<b>3.914.594</b>	<b>3.662.399</b>
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(188.161)	93.612
Depósitos vinculados a litígios	(418)	71.553
Tributos compensáveis	1.128.837	413.664
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(69.419)	(82.385)
Ativos financeiros setoriais	(869.724)	158.329
Outros ativos operacionais	71.109	200.993
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Encargos setoriais	49.025	(40.599)
Fornecedores	87.147	77.545
Passivos financeiros setoriais	(1.099.736)	(196.651)
Obrigações pós-emprego	(456.844)	(348.863)
Salários e encargos sociais	7.690	4.465
Tributos e contribuição social	(320.120)	309.630
Provisões para litígios pagos	(94.761)	(71.923)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	24.893	-
Outros passivos operacionais	199.471	(39.742)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>2.383.583</b>	<b>4.212.027</b>
Encargos de dívidas pagos	(755.719)	(913.977)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(285.834)	(1.279.041)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.342.030</b>	<b>2.019.009</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições do imobilizado e intangível	(2.147.635)	(2.057.322)
Participação financeira do consumidor	111.325	157.052
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(5.960.568)	(6.010.348)
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	6.178.437	5.962.096
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento</b>	<b>(1.818.442)</b>	<b>(1.948.522)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	4.581.172	1.763.127
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(4.405.849)	(2.225.446)
Liquidação de operações com derivativos	(143.127)	(176.886)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(700.000)	(524.286)
Captação de mútuo com partes relacionadas	1.036.000	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento</b>	<b>368.196</b>	<b>(1.163.491)</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(108.216)</b>	<b>(1.093.004)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
<b>No início do exercício</b>	<b>392.633</b>	<b>1.485.637</b>
<b>No fim do exercício</b>	<b>284.418</b>	<b>392.633</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Outros Resultados Abrangentes		Reserva de lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total	
			Reserva de Reavaliação	Benefício Pós-Emprego	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro				Reserva de lucros a realizar
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.378.272</b>	<b>74.343</b>	<b>2.149.013</b>	<b>(1.355.427)</b>	<b>275.854</b>	<b>655.724</b>	<b>755.234</b>	<b>445.406</b>	<b>(1.741.666)</b>	<b>2.636.554</b>
<b>Resultado abrangente total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	974.857	974.857
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	224.401	-	-	-	-	-	224.401
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(161.115)	-	-	-	-	-	161.115	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	3.495	-	-	-	(3.495)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	366.118	-	-	(366.118)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	288.504	-	(288.504)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	388.791	(388.791)	-
Juros sobre capital próprio - AGE de 31/03/2024, 30/06/2024, 29/09/2024 e 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	(138.500)	(138.500)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.004)	(237.004)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(445.406)	-	(445.406)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.395.747</b>	<b>56.868</b>	<b>1.987.897</b>	<b>(1.131.026)</b>	<b>279.148</b>	<b>1.021.842</b>	<b>1.043.738</b>	<b>388.791</b>	<b>(2.028.106)</b>	<b>3.014.900</b>
<b>Resultado abrangente total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.329.455	1.329.455
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(225.842)	-	-	-	-	-	(225.842)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(143.793)	-	-	-	-	-	143.793	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	3.495	-	-	-	(3.495)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	638.774	-	-	(638.774)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	393.167	-	(393.167)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	363.701	(363.701)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2024, 30/06/2024, 29/09/2024 e 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	(308.905)	(308.905)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(156.309)	(156.309)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(388.791)	-	(388.791)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.413.222</b>	<b>39.393</b>	<b>1.844.104</b>	<b>(1.356.868)</b>	<b>282.643</b>	<b>1.660.616</b>	<b>1.436.905</b>	<b>363.701</b>	<b>(2.419.209)</b>	<b>3.264.509</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Relatório da Administração Regulatório

Senhores e senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2025 em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia" ou "Concessionária") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**Considerações Iniciais** – A CPFL Paulista atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 113 anos de existência. Em 2025, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 5,1 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo. O volume de energia vendida pela Companhia, em termos percentuais, corresponde a 6,0% de participação no mercado nacional.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 11,7% em relação ao exercício de 2024, redução devido ao aumento de unidades de Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), às temperaturas menores registradas em 2025 e a migração do cliente cativo para o mercado livre.

A CPFL Paulista obteve em 2025 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 77,4 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee. A empresa ficou na 11ª posição no ranking nacional da categoria que contou com 33 empresas, e se manteve acima da média nacional, que foi de 68,7 pontos.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

**Perfil** – A CPFL Paulista distribui energia elétrica para aproximadamente 10,3 milhões de pessoas, numa área que abrange 234 municípios do Estado de São Paulo, incluindo as cidades de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araraquara e Piracicaba. Atende atualmente 5,1 milhões de consumidores cativos e 7.790 consumidores livres. Em 2025, a Concessionária distribuiu 17.570 GWh ao mercado cativo e 16.061 GWh ao mercado livre (com uso D).

**Ligação de consumidores** – No ano de 2025, a CPFL Paulista teve 92.588 unidades consumidoras a mais do que em 2024. O aumento foi observado principalmente na classe residencial (98.737 a mais do que em 2024). Nas classes comercial, industrial e rural houve reduções de 4.157, 1.828 e 1.187 clientes, respectivamente, em relação ao ano passado.

A seguir são apresentados os resultados sobre a quantidade de consumidores faturados e sua variação no período:

Classe	Número de Consumidores				
	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	4.393.554	4.494.016	4.565.496	4.660.241	4.758.978
Industrial	25.463	24.829	25.878	23.684	21.856
Comercial	234.686	234.603	244.044	251.977	247.820
Rural	80.526	73.206	71.973	70.674	69.487
Poderes Públicos	29.252	29.951	31.176	32.671	33.107
Iluminação Pública	6.661	6.819	7.174	7.546	7.979
Serviço Público	5.297	5.312	5.444	5.636	5.790
<b>Total</b>	<b>4.775.439</b>	<b>4.868.736</b>	<b>4.951.185</b>	<b>5.052.429</b>	<b>5.145.017</b>
<b>Varição</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,7%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,8%</b>

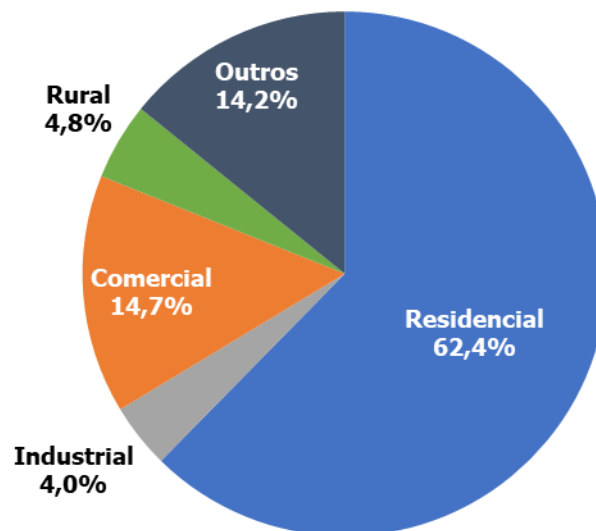
**Comportamento do mercado** – A distribuição de energia da CPFL Paulista, no período de janeiro a dezembro de 2025, totalizou 33.631 GWh, com uma queda de 2,4% em relação ao mesmo período de 2024, sendo 17.570 GWh para o mercado cativo (19.902 GWh em 2024), 15.914 GWh para o mercado livre (14.463 GWh em 2024) e 148 GWh como Uso D (83 GWh em 2024).

Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que apresentou um crescimento de 10% nesse mercado. No mercado cativo, a classe residencial apresentou queda de 3,8%, devido, especialmente à diminuição das temperaturas registradas, do incremento de MMGD no ano de 2025, parcialmente compensados pelo aumento da massa de renda durante o ano. As classes industrial e comercial tiveram uma retração de 43,3% e 23,0%, respectivamente, devido ao incremento de MMGD, da queda nos valores de temperatura (na classe comercial), além da piora na economia (PIM), especialmente no segundo semestre de 2025. A classe rural apresentou desempenho negativo de 21,3% em relação ao ano de 2024, devido à maior pluviometria em 2025. A classe poder público apresentou desempenho negativo de 7,3% em relação a 2024, devido especialmente às menores temperaturas registradas, além de uma parcela referente ao incremento de MMGD. A classe iluminação pública apresentou queda de 8,9% em relação a 2024, devido a troca de luminárias para mais modernas (LED).

A seguir são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
GWh	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Energia Faturada</b>	<b>20.154</b>	<b>19.460</b>	<b>19.701</b>	<b>19.902</b>	<b>17.570</b>
Fornecimento	19.974	19.375	19.627	19.831	17.553
<i>Residencial</i>	<i>10.204</i>	<i>10.043</i>	<i>10.653</i>	<i>11.380</i>	<i>10.945</i>
<i>Industrial</i>	<i>2.009</i>	<i>1.846</i>	<i>1.680</i>	<i>1.235</i>	<i>701</i>
<i>Comercial</i>	<i>3.633</i>	<i>3.657</i>	<i>3.581</i>	<i>3.358</i>	<i>2.585</i>
<i>Rural</i>	<i>1.253</i>	<i>1.025</i>	<i>907</i>	<i>1.060</i>	<i>834</i>
<i>Poderes Públicos</i>	<i>613</i>	<i>682</i>	<i>741</i>	<i>821</i>	<i>761</i>
<i>Iluminação Pública</i>	<i>1.014</i>	<i>1.002</i>	<i>977</i>	<i>936</i>	<i>853</i>
<i>Serviço Público</i>	<i>1.249</i>	<i>1.120</i>	<i>1.088</i>	<i>1.041</i>	<i>874</i>
Suprimento p/ agentes de distribuição	180	85	74	72	17
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	<b>12.102</b>	<b>12.856</b>	<b>12.988</b>	<b>14.546</b>	<b>16.061</b>
<i>Consumidores Livres/Dist./Ger.</i>	<i>12.102</i>	<i>12.856</i>	<i>12.988</i>	<i>14.546</i>	<i>16.061</i>
<i>Consumidores Rede Básica</i>	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>32.256</b>	<b>32.316</b>	<b>32.689</b>	<b>34.448</b>	<b>33.631</b>
<b>Variação</b>	<b>5,7%</b>	<b>0,2%</b>	<b>1,2%</b>	<b>5,4%</b>	<b>-2,4%</b>

### Mercado Cativo Atendido Consumo por classe de consumidores | 2025



**Perdas** – O Plano de Perdas da CPFL Paulista tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

Além disto, a CPFL Paulista está focando na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as

inspeções com equipamentos mais precisos, como *Câmera Borocópio* e ADR. Entre os anos de 2024 e 2025, as perdas reais foram de 10,24% e 9,73%, respectivamente, -com a nova metodologia de cálculo de balanço proveniente da consulta pública CP 09.

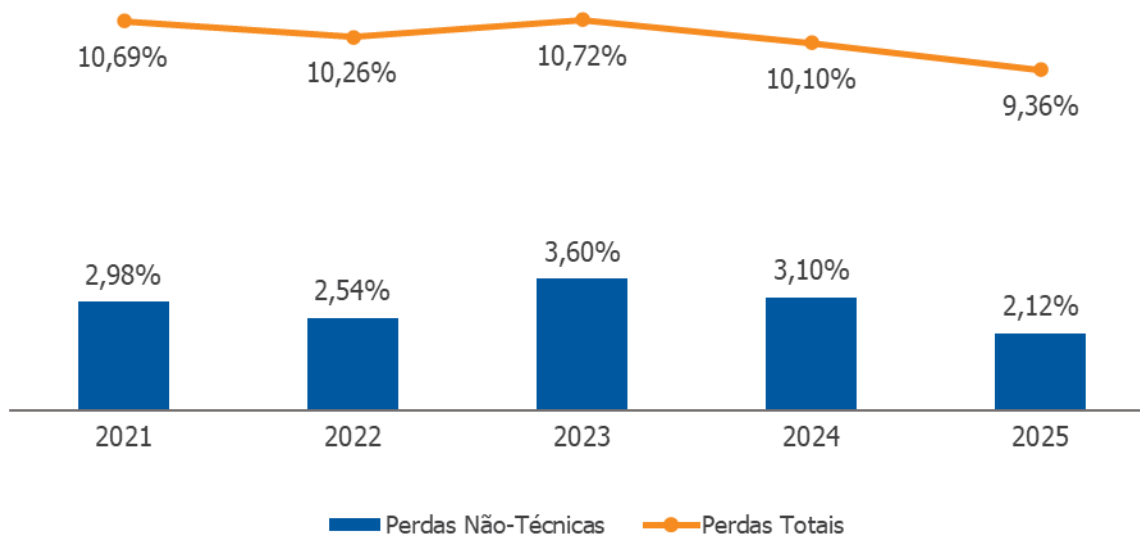
Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2025 recuperou 216,4 GWh, através de inspeções em 167,6 mil unidades consumidoras, corte de 56 mil instalações inativas sem contrato associado, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a CPFL Paulista regularizou mais de 1,9 mil consumidores clandestinos, além de blindar 2,1 mil consumidores em baixa tensão e mais de 582 em média tensão. Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, além da inserção das energias de MMGD, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

<b>Balanço Energético</b>					
<b>Energia Requerida</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Venda de Energia <sup>1</sup>	20.128	19.462	19.723	19.787	17.542
<i>Fornecimento</i>	<i>19.948</i>	<i>19.342</i>	<i>19.601</i>	<i>19.650</i>	<i>17.378</i>
<i>Suprimento p/ agentes de distribuição<sup>2</sup></i>	<i>180</i>	<i>121</i>	<i>122</i>	<i>136</i>	<i>164</i>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	12.215	12.908	13.061	14.655	16.022
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>32.343</b>	<b>32.370</b>	<b>32.784</b>	<b>34.442</b>	<b>33.564</b>
Perdas na Rede Básica	598	584	554	548	558
Perdas na Distribuição	3.275	3.116	3.384	3.320	2.907
<i>Perdas Técnicas</i>	<i>2.196</i>	<i>2.201</i>	<i>2.061</i>	<i>2.132</i>	<i>2.123</i>
<i>Perdas não Técnicas - PNT</i>	<i>1.079</i>	<i>915</i>	<i>1.323</i>	<i>1.188</i>	<i>784</i>
PNT / Energia Requerida %	2,98%	2,54%	3,60%	3,10%	2,12%
<b>Perdas Totais   PT</b>	<b>3.872</b>	<b>3.700</b>	<b>3.938</b>	<b>3.868</b>	<b>3.465</b>
PT / Energia Requerida %	10,69%	10,26%	10,72%	10,10%	9,36%
<b>Total</b>	<b>36.216</b>	<b>36.070</b>	<b>36.722</b>	<b>38.310</b>	<b>37.029</b>
<b>Perdas na D</b>	<b>9,19%</b>	<b>8,78%</b>	<b>9,36%</b>	<b>8,79%</b>	<b>7,97%</b>

Nota: (1) Os números das linhas de Venda de Energia e de Consumidores Livres divergem dos apresentados na tabela Mercado Atendido por estarem na "visão carga"; os clientes do grupo A são faturados no mês seguinte ao consumo. Anos marcados por temperaturas mais amenas que os anteriores impactam a carga e deixam mais evidentes descolamentos de faturamento. Com isso, as perdas verificadas na distribuição no ano tendem a ser menores do que as técnicas. Este é um movimento natural e temporal, podendo ser mais explícito, porém não impactando o ciclo tarifário

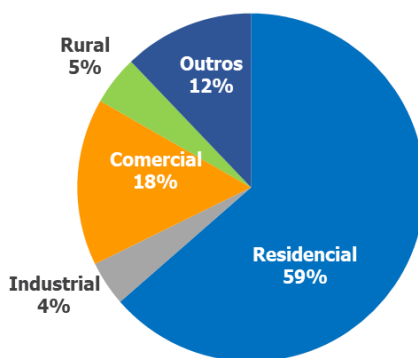
(2) Energia faturada de suprimento conforme critério utilizado para o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP).



**Receita por classe de consumidores** – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 11.959 milhões, conforme quadro a seguir:

<b>Receita Líquida por classe de consumidores   R\$ mil</b>			
<b>Classe</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Residencial	7.603.750	7.912.406	-3,9%
Industrial	498.649	825.597	-39,6%
Comercial	1.856.215	2.356.557	-21,2%
Rural	549.164	671.183	-18,2%
Outros	1.451.612	1.642.352	-11,6%
<b>Total</b>	<b>11.959.390</b>	<b>13.408.095</b>	<b>-10,8%</b>

Receita líquida por classe de consumidores | 2025



**Número de consumidores** – O número de consumidores em dezembro de 2025 apresentou um crescimento de 1,8% sobre o mesmo mês de 2024, como se pode observar no quadro a seguir:

<b>Número de Consumidores</b>			
<b>Classe</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Residencial	4.758.978	4.660.241	2,1%
Industrial	21.856	23.684	-7,7%
Comercial	247.820	251.977	-1,6%
Rural	69.487	70.674	-1,7%
Outros	46.876	45.853	2,2%
<b>Total</b>	<b>5.145.017</b>	<b>5.052.429</b>	<b>1,8%</b>

**Tarifas** – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2025, atingiu R\$ 681,33/MWh, com um aumento de 0,8% com relação a 2024.

Em 29 de abril de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.452, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Paulista, em vigor desde 8 de abril de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em -2,19%, sendo 5,85% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -8,05% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,72% e da Parcela B de 2,13%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -3,66%, sendo de -3,06%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de -3,93%, em média,

para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

<b>Tarifa Média de Fornecimento</b>	
<b>Classe</b>	<b>em R\$/MWh</b>
Residencial	694,74
Industrial	711,39
Comercial	717,99
Rural	658,34
Outros	583,47
<b>Tarifa Média</b>	<b>681,33</b>

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo, a Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item "Comportamento de Mercado".

<b>Tarifa por faixa de consumo</b>	<b>Até 90 kWh</b>	<b>de 91 kWh a 200 kWh</b>	<b>Acima de 200 kWh</b>
Tarifas brutas   R\$	741,62	842,75	904,42

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Paulista, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 91 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

**Qualidade do fornecimento** – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

<b>Ano</b>	<b>DEC   Horas</b>	<b>FEC   Interrupções</b>
2021	6,21	4,24
2022	5,25	3,56
2023	5,14	3,26
2024	4,78	3,01
2025	4,71	2,83

**Atendimento ao consumidor** – A CPFL Paulista, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão da CPFL Paulista, composto de 234 municípios, e é dimensionada para cumprir com qualidade, eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências, além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo

relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Na CPFL Paulista, essa estrutura é composta por 17 agências de atendimento, 221 agentes credenciados e 1.350 imobiliárias, responsáveis por 9,24 milhões de atendimentos (serviços gerados) e R\$ 38,2 milhões em negociações de débitos de contas regulares e de irregularidade em 2025.

Contamos também com 83 totens de autoatendimento e 01 Van móvel, distribuídos nas agências e credenciados com maior volume de clientes, possibilitando uma forma alternativa de atendimento com mais autonomia e agilidade para nossos clientes. Em 2025, foram gerados 3,7 milhões de atendimentos nestes canais.

Além das Agências de Atendimento presencial e credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionarem com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento.

Dados de atendimento da CPFL Paulista:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 17,5 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 11,4 milhões/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL: 41,6 milhões de atendimentos realizados;
- Aplicativo CPFL Energia: 59,5 milhões de atendimentos realizados;
- WhatsApp: 11,0 milhões de atendimentos realizados;
- SMS: 244,7 mil mensagens recebidas;
- E-mail: 52,3 mil atendimentos realizados;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais: 3,7 milhões de atendimentos realizados;
- Mídias Sociais (Facebook, Reclame Aqui e Consumidor.gov): 47,9 mil atendimentos realizados.

**Tecnologia da informação** – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2025, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) [Reforma Tributária] NF3e SP; (ii) CP18 – Resolução 1000; (iii) – Evolução EVI; (iv) Mobilidade da Subtransmissão; (v) Genesys Cloud; (vi) Reforma Tributária; (vii) Caixa Blindada; (viii) Evolução da Gestão de Obras RE; (ix) On Site Printing.

**Desempenho econômico-financeiro** – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui apresentados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2025, a CPFL Paulista alcançou receita líquida de R\$ 13.485 milhões, um aumento de 4,7% (R\$ 607 milhões), em decorrência principalmente dos seguintes aumentos: (i) de R\$ 1.860 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais; (ii) de 285,5% (R\$ 254 milhões) na energia elétrica de curto prazo; (iii) de 22,8% (R\$ 240 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido; e (iv) de 156,5% (R\$ 27 milhões) nos serviços cobráveis. Estes itens foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) aumento de 28,1% (R\$ 895 milhões) nos encargos de parcela A; (ii) redução de 8,7% (R\$ 680 milhões) na receita de fornecimento de energia elétrica; (iii)

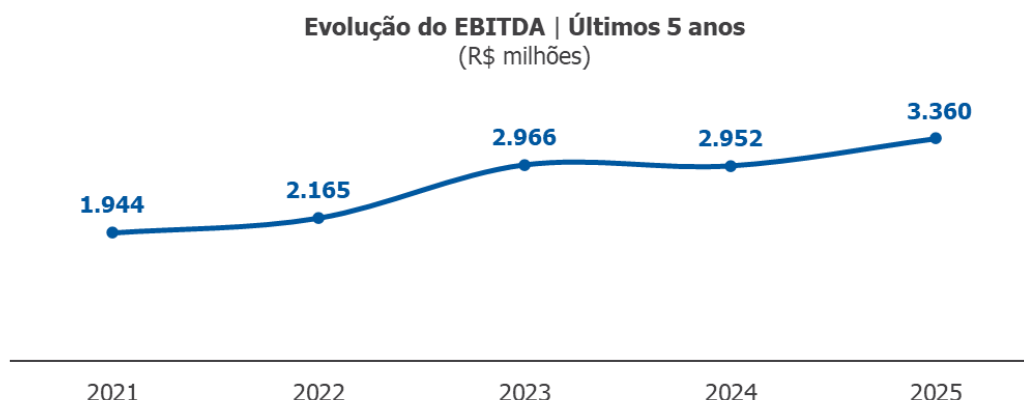
redução de 1,0% (R\$ 115 milhões) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; (iv) aumento de 1,3% (R\$ 67 milhões) nos tributos; e (v) redução de 76,1% (R\$ 19 milhões) em suprimentos de energia elétrica.

Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve um aumento de 3,2% (R\$ 272 milhões), devido ao aumento de 6,5% (R\$ 405 milhões) na energia comprada para revenda, compensado pela redução de 5,8% (R\$ 132 milhões) no encargo de transmissão, conexão e distribuição.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2025 foram de R\$ 2.026 milhões, uma redução de 2,6% (R\$ 55 milhões).

<b>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</b>		
<b>Em R\$ mil</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1.329.455</b>	<b>974.857</b>
Depreciação e Amortização	673.788	654.515
Resultado Financeiro	1.007.952	887.249
Impostos Sobre o Lucro	349.011	434.997
<b>EBITDA</b>	<b>3.360.206</b>	<b>2.951.618</b>

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 3.360 milhões em 2025, um aumento de 13,8% (R\$ 409 milhões) em relação a 2024 e sua evolução pode ser observada conforme gráfico abaixo:



Em 2025, a CPFL Paulista apurou um Resultado Financeiro negativo (despesa financeira líquida) de R\$ 1.008 milhões, um aumento de 13,6% (R\$ 121 milhões). A Receita Financeira foi de R\$ 952 milhões, um aumento de 21,6% (R\$ 169 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 1.960 milhões, um aumento de 17,4% (R\$ 290 milhões).

O Resultado Líquido apurado pela CPFL Paulista em 2025 foi de R\$ 1.329 milhões, um aumento de 36,4% (R\$ 355 milhões).

**Investimentos** - Em 2025, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Paulista totalizaram R\$ 1.552 milhões, um aumento de 7,5% em relação à 2024. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 10.372 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

## Evolução e Projeção dos Investimentos

Plano de Desenvolvimento de Distribuição   R\$ Mil	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
<b>AIS Bruto</b>	<b>1.315.953</b>	<b>1.443.242</b>	<b>1.552.031</b>	<b>2.305.331</b>	<b>2.434.372</b>	<b>1.768.913</b>	<b>1.771.541</b>	<b>2.091.954</b>
Transformador de Distribuição	174.003	207.999	215.125	45.827	47.419	49.089	50.812	50.812
Medidor	70.781	90.281	68.497	97.335	122.779	81.145	86.360	86.360
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	301.730	315.886	442.930	151.309	167.345	163.128	170.106	170.529
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	603.530	631.772	471.165	839.846	999.533	994.170	891.500	870.816
Redes Alta Tensão (69 kV)	1.358	1.969	17.439	30.222	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	25.152	21.665	89.996	219.993	268.274	47.059	11.884	123.661
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	614	4.784	21.492	40.668	38.645	-	-	40.576
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	21.086	6.422	31.063	56.780	58.714	22.054	47.951	38.078
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	34.839	57.674	88.789	823.351	731.664	412.267	512.928	711.122
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	82.859	104.791	105.535	-	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(138.813)</b>	<b>(155.150)</b>	<b>(127.270)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(138.813)	(155.150)	(127.270)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Ultrapassagem de demanda</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Excedente de reativos</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Diferença das perdas regulatórias</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Outros</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

## Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2025R	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P
<b>Plano de Investimentos 2026</b>	1.552.031	2.305.331	2.434.372	1.768.913	1.771.541	2.091.954

R\$ Mil	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P
<b>Plano de Investimentos 2025</b>	1.787.532	1.913.365	2.163.326	1.662.368	1.592.988

<b>Diferença</b>	<b>-13,2%</b>	<b>20,5%</b>	<b>12,5%</b>	<b>6,4%</b>	<b>11,2%</b>
------------------	---------------	--------------	--------------	-------------	--------------

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2025 e de 2024 da CPFL Paulista, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e, devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2025 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD



(Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

**Captações de recursos** – Para reforço de capital de giro a CPFL Paulista realizou captações sob amparo da Lei 4.131 (R\$ 295 milhões), e realizou a emissão de debêntures (R\$ 3.762 milhões) para viabilização do programa de investimentos e realizar a gestão de passivos, além de emitir empréstimo junto ao Banco New Development Bank (R\$ 550 milhões) para viabilização do programa de investimentos. A CPFL Paulista também realizou a emissão de um mútuo (R\$ 1,036 bilhões) para realizar a gestão de passivos.

**Valor adicionado** – Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Paulista foi de R\$ 12.863 milhões, representando 56,9% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

<b>R\$ mil</b>	<b>2025</b>	<b>%</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>613.517</b>	<b>4,8%</b>
Remuneração direta	355.931	2,8%
Benefícios	221.597	1,7%
F.G.T.S.	35.989	0,3%
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>8.674.075</b>	<b>67,4%</b>
Federais	5.400.236	42,0%
Estaduais	3.262.080	25,4%
Municipais	11.758	0,1%
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>1.710.897</b>	<b>13,3%</b>
Juros	1.709.524	13,3%
Aluguéis	1.374	0,0%
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>1.864.351</b>	<b>14,5%</b>
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	308.905	2,4%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	520.010	4,0%
Lucros retidos	1.035.436	8,0%
<b>Total</b>	<b>12.862.840</b>	<b>100,0%</b>

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2025 foi de R\$ 22.597.172 mil.

**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendos mínimos obrigatório no montante R\$ 237 milhões; e (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 388,8 milhões.

Adicionalmente, foram aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 28 de março (o montante de R\$ 74,6 milhões), 30 de junho (o montante de R\$ 80,0 milhões), 30 de setembro (o montante de R\$ 84,3 milhões) e em 30 de dezembro de 2024 (o montante de R\$ 70,0 milhões), as declarações de juros sobre capital próprio, no montante total de R\$ 308,9 milhões (R\$ 262,6 milhões líquido de IRRF), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025.

Será deliberado em AGO, em abril de 2026, dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 363,7 milhões e dividendo mínimo obrigatório no montante R\$ 156,3 milhões.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 700,0 milhões referentes a dividendos e juros sobre capital próprio.

**Composição acionária** – A CPFL Paulista é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da CPFL Paulista era de R\$ 1.413.222 mil, composto por 880.653.031 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

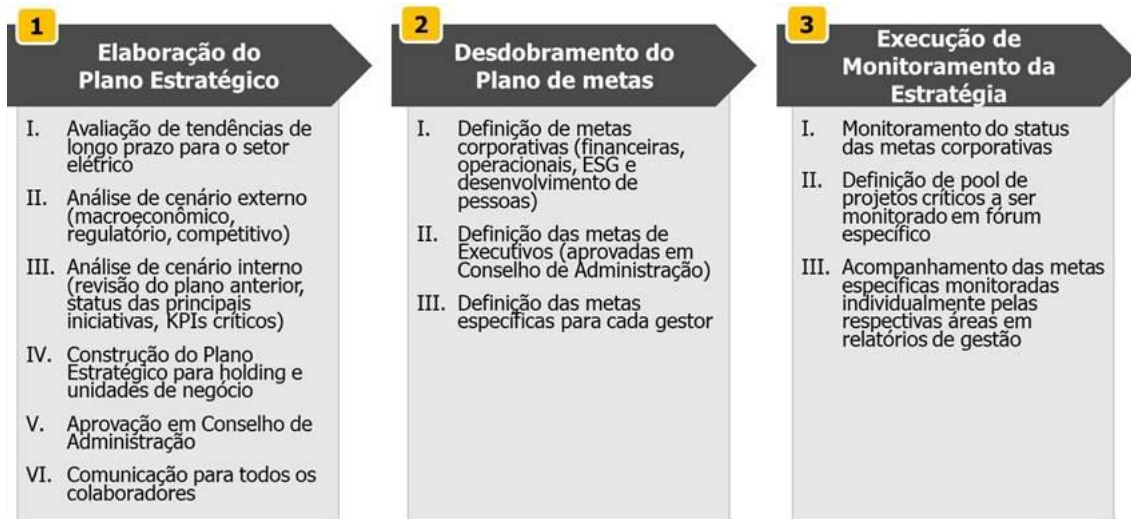
**Planejamento empresarial** – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico e para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i. Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos, integrado com o *Roadmap* Tecnológico da empresa;
- ii. Análise de cenário externo suportadas por especialistas externos em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; inteligência artificial; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii. Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento e projetos estratégicos;
- iv. Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

**Análises de Cenários Externo & Interno** - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio)
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em *M&A*);
- iv. Cenário Regulatório e Institucional (ex: temas regulatórios como Renovação das concessões, liberalização do mercado, reforma tributária);
- v. Mudanças climáticas (ex: aumento do número de eventos climáticos extremos no mundo e no Brasil, assim como seus impactos para o setor elétrico).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

**Elaboração da Estratégia** - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, nossas pessoas, qualidade no atendimento ao cliente, eficiência operacional, inovação e crescimento, digitalização, plano ESG, regulação e gestão de risco) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

**Desdobramento em Metas** - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

A partir da aprovação do Plano Estratégico, é iniciado o processo de desdobramento em metas, cujo objetivo é endereçar os responsáveis pelos desafios estabelecidos no ciclo de Planejamento Estratégico, Orçamentário e Plano ESG 2030. Essas metas devem ser aderentes à metodologia *SMART* (Específica, Mensurável, Atingível, Relevante e Orientada a tempo). Os indicadores estratégicos e mais críticos para o negócio, assim como os projetos estratégicos, ficam nos contratos de metas dos Vice-Presidentes, dos Diretores e Gerentes.

Para a definição dos *KPIs* críticos, é adotado um processo estruturado que envolve rodadas de alinhamento e validação com os Acionistas — State Grid (acionista majoritário), Conselheiros Independentes e Executivos. Esses indicadores, validados em nível corporativo, são então desdobrados para as Diretorias, Gerências, Coordenações e demais níveis da companhia, conforme o escopo de atuação de cada área responsável, além da incorporação das entregas dos demais projetos sob responsabilidade de cada colaborador.

**Divulgação Planejamento Estratégico** - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico;
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

**Implementação & Monitoramento da Estratégia** - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e monitoramento das metas dos Vice-Presidentes e Diretores), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

**Sistemas de Gestão e programas da qualidade** – Em 2025, as atividades compreenderam:

- Manutenção da certificação dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho). Adicionalmente, a CPFL Paulista participou do escopo de manutenção da CPFL Holding na norma ISO 27001 (Segurança da

Informação), manutenção da certificação da ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e certificação da ISO 56001 (Gestão da Inovação);

- O Programa Colaborativo, criado em 2017, tem como objetivo promover a melhoria contínua por meio de ações conjuntas que fortalecem Segurança, Padronização, Sustentabilidade e Qualidade, além de incentivar o compartilhamento de boas práticas. É fundamentado nas metodologias 5S e 10S e nos requisitos das normas ISO 9001, ISO 45001 e ISO 14001. Das 118 estações avançadas do grupo CPFL Paulista, 90 unidades participaram do programa Colaborativo, representando 76% de adesão ao programa. As EAs obtiveram resultado médio de 85,02% nas avaliações dos pilares referente aos temas de Organização, Padronização e Segurança, Meio Ambiente e Limpeza, Disciplina. Destas 90 localidades operacionais que participaram, 56 obtiveram avaliações superior à média que corresponde a mais de 62%;
- Prêmio ABRADÉE 2025: A CPFL Paulista foi reconhecida em primeiro lugar na categoria "Gestão da Inovação", em segundo lugar na categoria "Qualidade da Gestão" e em terceiro lugar nas categorias "ASG" e "Melhor Desempenho da Região Sudeste".
- Melhores em Gestão FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: A CPFL Paulista foi reconhecida na categoria "Prata".

**Recursos humanos** – Em 2025, a CPFL Paulista investiu cerca de R\$ 9 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

A **Universidade CPFL** é responsável por promover e fortalecer a **cultura do aprender** na companhia, integrando conteúdos educacionais, treinamentos e trilhas formativas que apoiam o desenvolvimento de todos os colaboradores.

Estruturamos um ecossistema de aprendizagem que combina **conteúdos, experiências práticas, troca entre pessoas e redes de conhecimento**, orientado pela metodologia **CEP + R (Conteúdos, Experiências, Pessoas e Redes)**. Nesse contexto, disponibilizamos cursos livres e trilhas específicas voltadas ao desenvolvimento de comportamentos e competências alinhados ao **Nosso Jeito de Ser**, incentivando o protagonismo dos colaboradores em suas jornadas de crescimento.

A Universidade CPFL exerce ainda um papel essencial ao sustentar os **programas estruturados de capacitação contínua e treinamentos recorrentes**. Essas iniciativas são fundamentais para garantir a atualização técnica das equipes, o atendimento aos requisitos regulatórios e a aplicação consistente das normas de segurança e dos procedimentos operacionais.

Entre as iniciativas de desenvolvimento, destacam-se programas voltados ao fortalecimento de competências em diferentes níveis, como o **Job Rotation, Programa de Mentoria, Programa de Protagonistas, Programa de Liderança, Coaching, Cultura do Inglês, Escola de Mandarim, Carreira 5.0** e oferecemos também o **Programa de Bolsa de Estudos**. Além de parcerias com **mais de 70 instituições de ensino**.

Além de apoiar o crescimento interno, a **Universidade CPFL** também reafirma seu compromisso com o desenvolvimento social ao oferecer **programas gratuitos de formação técnica**, como as Escolas de Eletricistas, Operadores e Projetistas. Essas iniciativas ampliam oportunidades para a comunidade e contribuem diretamente para a qualificação de profissionais que atuarão no setor elétrico.

Em um setor altamente regulado e com elevado nível de risco, manter o conhecimento sempre atualizado é um fator crítico para a **confiabilidade das operações e para a preservação da vida, contribuindo diretamente para o fortalecimento da cultura de segurança em toda a companhia**.



A partir disso, em 2025, tivemos **+ de 19 mil participações** em treinamentos, com **30,1 horas de treinamento** por colaborador neste período.

**Sustentabilidade** – A CPFL Paulista mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, que abrange todos os seus negócios, com foco em três pilares – Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Valor compartilhado com a sociedade. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 18 compromissos públicos em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em [www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual](http://www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual) e [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

**CPFL Paulista em números:**

<b>Atendimento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Número de consumidores	5.145.017	5.052.429	1,8%
Número de empregados <sup>1</sup>	307	305	0,7%
Número de consumidores por empregado	16.759	16.565	1,2%
Número de localidades atendidas	234	234	0,0%
Número de agências	17	17	0,0%
Número de postos de atendimento	221	221	0,0%

Nota: (1) Número de empregados = número de atendentes agência + 1 atendente por rede fácil.

<b>Operacionais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Número de subestações	295	295	0,0%
Linhas de transmissão (Km)	5.920	5.937	-0,3%
Linhas de distribuição (Km)	140.437	138.330	1,5%

<b>Mercado</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	90.485	90.485	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	6.258	6.441	-2,8%
Mercado atendido (GWh)	33.631	34.448	-2,4%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.300	2.442	-5,8%

**Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):**

Total (exceto curto prazo)	681,33	676,13	0,8%
<i>Residencial</i>	694,74	695,31	-0,1%
<i>Industrial</i>	711,39	701,85	1,4%
<i>Comercial</i>	717,99	668,23	7,4%
<i>Rural</i>	658,34	633,26	4,0%
<i>Outros</i>	583,47	586,99	-0,6%
DEC (horas)	4,71	4,78	-1,5%
FEC (número de interrupções)	2,83	3,01	-6,0%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	73,60	44,73	64,5%

<b>Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	22.597.172	21.030.355	7,5%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	13.484.858	12.878.351	4,7%
Resultado da atividade (R\$ mil)	2.686.418	2.297.103	16,9%
Margem operacional do serviço líquida (%)	19,9%	17,8%	11,7%
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	3.360.206	2.951.618	13,8%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.329.455	974.857	36,4%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	3.264.509	3.014.900	8,3%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	40,7%	32,3%	25,9%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	10.641.088	9.120.036	16,7%
Em moeda nacional (%)	56,5%	73,2%	-22,9%
Em moeda estrangeira (%)	43,5%	26,8%	62,4%

### **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Paulista. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Paulista.

Campinas, 24 de abril de 2026.

A Administração.

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em**  
**31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcila - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,1 milhões de consumidores.

### **1.1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidor livre é aquele que exerce a opção de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis. Desde 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A podem optar pela compra de energia elétrica de qualquer supridor no SIN, conforme Portaria Normativa MME nº 50/2022. Uma vez no ACL, o consumidor que desejar retornar ao atendimento regulado pela distribuidora deve formalizar essa decisão ao agente de distribuição local com antecedência mínima de cinco anos, prazo que pode ser reduzido a critério da distribuidora. Esse aviso prévio visa dar previsibilidade para o planejamento e a contratação de energia pela distribuidora, caso seja necessário recompor o atendimento ao consumidor que retornará ao ambiente regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **1.3 Capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.175.740 (R\$ 657.729 em 31 de dezembro de 2024), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

### **1.4 Renovação de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil**

Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou, nos termos do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) o requerimento para firmar novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, conforme minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517, de 27 de fevereiro de 2025, com efeitos imediatos das cláusulas contratuais, após assinatura do novo termo aditivo contratual, e efetivação da prorrogação da concessão por mais 30 (trinta) anos a partir de 20 de novembro de 2027. Em 6 de abril de 2026, o MME convocou a Companhia para a assinatura do referido termo aditivo no prazo de até 60 (sessenta) dias, conforme disposto no art. 10, § 4º, do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

### **1.4 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL**

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193

### **Iniciativas específicas:**

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

### **Gestão de crises**

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

## **2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (iii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário

seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 32, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 27 de abril de 2026.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)).

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Tributos diferidos: são reconhecidos considerando os prejuízos fiscais, quando aplicável, e as diferenças temporárias existentes entre os montantes contábeis utilizados nas demonstrações financeiras e os respectivos valores considerados para fins fiscais;

•

Outros ativos circulantes e não circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;

- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 15 – Benefícios Pós-Emprego: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 18 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, e
- Nota 29 – Instrumentos Financeiros: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 2.5 Segmento operacional:

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas demonstrações financeiras de 2025 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis materiais, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### 3.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### **3.2 Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

### **3.3 Intangível**

**Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear** e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### **3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão**

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, e do poder concedente União, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

### **3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória**

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (nota 32.3.1).

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada cinco anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações. Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de outubro de 2022, foi aprovada pela Resolução Homologatória 3.183/2023, demonstrado na Nota Técnica no 57/2023–SGT/ANEEL, de 31 de março de 2023.

## **4 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

### **- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

### **Valor reavaliado de um ativo:**

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

## 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos bancários	42.204	88.228
Aplicações financeiras	242.214	304.405
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	9.390	7.510
Títulos de crédito privado (b)	169.815	284.550
Fundos de investimento (c)	63.009	12.345
<b>Total</b>	<b><u>284.418</u></b>	<b><u>392.633</u></b>

- d) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração equivalente, na média de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 2025 e 2024.
- e) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (CDBs) no montante de R\$ 19.456 (R\$ 2.474 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 150.359 (R\$ 282.076 em 31 de dezembro de 2024), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,68% do CDI (100,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- f) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

## 6 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024	
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas				Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>1.627.035</b>	<b>530.271</b>	<b>57.077</b>	<b>14.947</b>	<b>77.123</b>	<b>(105.073)</b>	<b>32.163</b>	<b>137.329</b>	<b>21.626</b>	<b>33.973</b>	<b>(86.101)</b>	<b>2.340.370</b>	<b>2.309.615</b>	
Residencial	544.996	395.691	38.163	2.457	30.781	(71.016)	17.815	30.504	16.487	14.223	(61.557)	958.546	967.353	
Industrial	31.236	24.558	2.586	3.234	35.084	(18.215)	707	3.673	297	8.877	(7.101)	84.935	97.663	
Comercial	109.089	54.121	5.911	4.813	7.456	(13.085)	2.674	20.722	2.058	3.927	(9.811)	187.874	200.005	
Rural	34.020	15.280	3.152	364	1.565	(1.314)	623	1.607	692	991	(1.570)	55.410	58.302	
Poderes Públicos	50.959	11.861	1.111	237	413	(423)	7.955	45.079	831	1.635	(1.732)	117.925	116.776	
Iluminação Pública	56.433	4.164	190	9	1.081	(539)	9	6	3	106	(40)	61.421	70.586	
Serviço Público	37.933	18.782	2.404	3.825	647	(482)	2.380	35.739	1.258	4.214	(4.290)	102.411	117.441	
Serviço Taxado	2.440	5.814	3.560	8	97	-	-	-	-	-	-	11.918	2.216	
Fornecimento Não Faturado	764.880	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	764.880	684.284	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(4.951)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.951)	(5.011)	
Encargos Tarifários	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	
Outros consumidores	50.755	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.755	45.120	
<b>Consumidores</b>	<b>1.677.793</b>	<b>530.271</b>	<b>57.077</b>	<b>14.947</b>	<b>77.123</b>	<b>(105.073)</b>	<b>32.163</b>	<b>137.329</b>	<b>21.626</b>	<b>33.973</b>	<b>(86.101)</b>	<b>2.391.127</b>	<b>2.354.737</b>	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	1.495	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.495	4.848	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	265	-	
Energia Elétrica de Curto Prazo	53.621	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.621	25.421	
<b>Concessionárias e permissionárias</b>	<b>55.381</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>55.382</b>	<b>30.270</b>	
<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>1.733.173</b>	<b>530.271</b>	<b>57.077</b>	<b>14.947</b>	<b>77.123</b>	<b>(105.073)</b>	<b>32.163</b>	<b>137.329</b>	<b>21.626</b>	<b>33.973</b>	<b>(86.101)</b>	<b>2.446.509</b>	<b>2.385.007</b>	
												<b>Circulante</b>	<b>2.372.353</b>	<b>2.306.610</b>
												<b>Não Circulante</b>	<b>74.156</b>	<b>78.397</b>
												<b>2.446.509</b>	<b>2.385.007</b>	

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 29 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(183.175)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(292.051)
Recuperação de receita	97.433
Baixa de contas a receber provisionadas	172.761
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(205.032)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(255.724)
Recuperação de receita	129.212
Baixa de contas a receber provisionadas	140.370
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>(191.174)</b>

## 7 TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	251.408	464.728
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	14.859	21.586
ICMS a compensar	134.341	133.958
Programa de integração social - PIS	25.451	3.716
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.458	28.110
Outros	60	138
<b>Total</b>	<b><u>433.577</u></b>	<b><u>652.236</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	53.366	53.366
Imposto de renda a compensar - IRPJ	145.587	145.587
ICMS a compensar	171.668	167.270
Outros	78	58.323
<b>Total</b>	<b><u>370.700</u></b>	<b><u>424.546</u></b>

**Imposto de renda e Contribuição social a compensar** - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2022 e 2024.

**Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte no circulante:** - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

**ICMS a compensar** – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

**Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante:** refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. A Companhia aguarda a decisão da ação judicial para iniciar a utilização do crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar é de R\$ 198.953.

### 7.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	151.638	151.638
COFINS sobre ICMS	698.454	698.454
<b>Total circulante</b>	<b>850.092</b>	<b>850.092</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	169.408	287.955
COFINS sobre ICMS	780.303	1.326.338
<b>Total não circulante</b>	<b>949.711</b>	<b>1.614.292</b>
<b><u>Passivo</u></b>		
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	622.472	622.472
<b>Total circulante</b>	<b>622.472</b>	<b>622.472</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	963.701	1.688.921
<b>Total não circulante</b>	<b>963.701</b>	<b>1.688.921</b>

Tendo em vista **(i)** decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS **(ii)** decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e **(iii)** os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e **(iv)** a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de abril de 2022 e na RTE de 13 de julho de 2022, foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880, de igual maneira nos reajustes tarifários de abril de 2023, 2024 e 2025 houve repasse nos montantes de R\$ 1.007.900, R\$ 756.374 e R\$ 871.150 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo de R\$ 1.586.173 atualizado até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.311.393 em 31 de dezembro de 2024).

Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 1.001.007 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2025 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 3.401.753, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.799.803 (R\$ 2.464.384 em 31 de dezembro de 2024).

Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indêbitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito

às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF.

Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

## **8 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicação direta (a)	-	122.374
Através de fundos de investimentos (b)	68.160	158.260
Outros (c)	32.962	30.807
<b>Total</b>	<u><b>101.122</b></u>	<u><b>311.441</b></u>

- (c) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 102,43% do CDI em 31 de dezembro de 2024.
- (d) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 68.160 (R\$ 158.260 em 31 de dezembro de 2024), cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024)..
- (e) O saldo representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cujo a remuneração média era equivalente à 100% do CDI no montante de R\$ 32.962 (R\$ 30.807 em 31 de dezembro de 2024).

## 9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização monetária	Transferências	Saldo em 31/12/2025	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa (a)</b>	-	<b>978.498</b>	-	<b>34.173</b>	<b>(4.980)</b>	<b>1.007.691</b>	<b>1.007.691</b>	<b>737.872</b>	<b>269.819</b>
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	-	417.108	-	17.915	(3.564)	431.459	431.459	315.932	115.527
Custo de Energia Itaipu	-	77.651	-	459	(24.364)	53.746	53.746	39.355	14.391
Proinfa	-	1.731	-	172	28	1.931	1.931	1.414	517
Transporte de Rede Básica	-	117.933	-	3.535	1.605	123.074	123.074	90.119	32.954
Transporte de Energia - Itaipu	-	24.688	-	33	(5.979)	18.742	18.742	13.724	5.018
ESS/EER	-	(50.402)	-	(2.482)	(3.775)	(56.660)	(56.660)	(41.489)	(15.171)
CDE	-	389.789	-	14.541	31.069	435.399	435.399	318.817	116.582
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)</b>	-	<b>5.840</b>	<b>816</b>	<b>1.192</b>	<b>(110.450)</b>	<b>(102.602)</b>	<b>(102.601)</b>	<b>(75.129)</b>	<b>(27.473)</b>
Neutralidade da Parcela A	-	102.443	-	2.646	(33.344)	71.745	71.745	52.534	19.210
Sobrecontratação de Energia	-	12.150	-	11.566	38.176	61.892	61.892	45.320	16.572
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	-	(23.513)	816	(5.562)	(38.674)	(66.932)	(66.932)	(49.011)	(17.922)
Bandeira Faturada	-	(48.143)	-	-	(4)	(48.147)	(48.147)	(35.255)	(12.892)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	(33.974)	(33.974)	(33.974)	(33.974)	-
Outros	-	(37.097)	-	(7.458)	(42.630)	(87.185)	(87.185)	(54.743)	(32.441)
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>-</b>	<b>984.338</b>	<b>816</b>	<b>35.365</b>	<b>(115.430)</b>	<b>905.089</b>	<b>905.089</b>	<b>662.743</b>	<b>242.346</b>

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Devolução aos consumidores	Recebimento		Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
							CDE Eletrobrás ( c)	Transferências					
<b>CVA Passiva (a)</b>	<b>359.315</b>	<b>46.925</b>	<b>(311.991)</b>	<b>35.257</b>	<b>118</b>	-	<b>(14.068)</b>	<b>4.979</b>	<b>120.533</b>	<b>120.533</b>	-	<b>120.533</b>	-
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	136.666	33.322	(112.153)	14.405	(1.461)	-	-	3.564	74.342	74.342	-	74.342	-
Custo de Energia Itaipu	(27.347)	(44.424)	46.342	826	(314)	-	-	24.364	(553)	(553)	-	(553)	-
Proinfa	(3.386)	22.258	(13.516)	2.236	-	-	-	(28)	7.565	7.565	-	7.565	-
Transporte de Rede Básica	207.275	(1.580)	(179.063)	13.505	(8)	-	-	(1.605)	38.523	38.523	-	38.523	-
Transporte de Energia - Itaipu	16.365	(8.859)	(13.742)	(64)	-	-	-	5.979	(322)	(322)	-	(322)	-
ESS/EER	115.303	(24.784)	(82.515)	5.891	1.775	-	-	3.775	19.446	19.446	-	19.446	-
CDE	(85.561)	70.992	42.656	(1.542)	126	-	(14.068)	(31.070)	(18.468)	(18.468)	-	(18.468)	-
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)</b>	<b>(1.300.696)</b>	<b>(550.883)</b>	<b>1.814.260</b>	<b>(78.425)</b>	<b>(53)</b>	<b>(1.023.642)</b>	-	<b>110.450</b>	<b>(1.028.988)</b>	<b>(595.674)</b>	<b>(433.314)</b>	<b>(579.770)</b>	<b>(449.217)</b>
Neutralidade da Parcela A	(79.873)	(53.226)	85.140	(2.197)	-	-	-	33.344	(16.812)	(16.812)	-	(16.812)	-
Sobrecontratação de Energia	180.493	(28.639)	(116.868)	3.514	-	-	-	(38.176)	325	325	-	325	-
Devoluções Tarifárias	(309.444)	(156.287)	11.845	(46.575)	-	-	-	38.674	(461.786)	(28.472)	(433.314)	(12.569)	(449.217)
Bandeira Faturada	(16.620)	16.616	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-
Devolução crédito de PIS e COFINS	(539.293)	(127.076)	1.154.880	-	-	(871.150)	-	33.975	(348.665)	(348.665)	-	(348.665)	-
Geração distribuída	-	-	111.353	-	-	(152.492)	-	-	(41.139)	(41.139)	-	(41.139)	-
Outros	(535.959)	(202.272)	567.910	(33.167)	(53)	-	-	42.629	(160.911)	(160.911)	-	(160.911)	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(941.381)</b>	<b>(503.958)</b>	<b>1.502.268</b>	<b>(43.168)</b>	<b>65</b>	<b>(1.023.642)</b>	<b>(14.068)</b>	<b>115.430</b>	<b>(908.455)</b>	<b>(475.141)</b>	<b>(433.314)</b>	<b>(459.238)</b>	<b>(449.217)</b>

#### **a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 08 de abril de 2025 a 07 de abril de 2026, entre os valores apurados dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação CVA foi iniciada em 08 de abril de 2024, logo após o final da vigência da Reajuste Tarifário anual de abril de 2025 - RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

#### **b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

- **Neutralidade dos encargos setoriais da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.452 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 871.150, que estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2025 (nota 7.1);
- **Geração Distribuída:** Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia injetada pela MMGD,

com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo 13 da Lei nº 14.300 de 2022. Em 2025 foi considerado o montante de R\$ 152.492 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores.

- **Outros:** (i) Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos: valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão; (ii) CDE GD; (ii) CDE covid e escassez hídrica; (iii) bolha de diferimento, entre outros.

### c) Recebimento – CDE Eletrobrás

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio, cujo valor de R\$ 14.068 foi homologado por meio do Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

## 10 TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Benefício Fiscal do intangível incorporado</b>	<b>8.866</b>	<b>24.628</b>	<b>13.492</b>	<b>37.477</b>
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>	<b>83.345</b>	<b>231.513</b>	<b>93.252</b>	<b>259.034</b>
Provisões para litígios	30.825	85.625	30.003	83.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.553	54.315	19.495	54.152
Provisão energia livre	11.697	32.493	10.362	28.783
Programas de P&D e eficiência energética	8.996	24.989	7.315	20.318
Provisão relacionada a pessoal	3.933	10.926	3.756	10.434
Derivativos	16.456	45.712	(11.385)	(31.625)
Marcação a Mercado - Derivativos	(4.509)	(12.525)	(263)	(732)
Marcação a Mercado - Dívidas	(5.415)	(15.042)	(1.878)	(5.217)
Ativo Intangível da concessão (ICPC-01)	50	139	76	212
Outros	1.757	4.881	35.772	99.368
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>	<b>(251.468)</b>	<b>(698.525)</b>	<b>(271.077)</b>	<b>(752.992)</b>
Reavaliação regulatória compulsória	(251.468)	(698.525)	(271.077)	(752.992)
<b>Total</b>	<b>(159.257)</b>	<b>(442.384)</b>	<b>(164.332)</b>	<b>(456.482)</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

### 10.1 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

### 10.2 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante, (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes de diferenças temporariamente

indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

**Expectativa de recuperação**

2026	173.016
2027	103.076
2028	47.489
2029	11.982
2030	11.958
2031 a 2033	28.868
2034 a 2036	9.453
<b>Total</b>	<b>385.843</b>

**10.3 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.**

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>1.678.466</b>	<b>1.678.466</b>	<b>1.409.854</b>	<b>1.409.854</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Juros sobre o capital próprio	(308.905)	(308.905)	(138.500)	(138.500)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.055)	(5.055)	(1.995)	(3.190)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	118.429	118.429	120.941	120.941
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(437.083)	(463.399)	(87.707)	(118.049)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.045.852</b>	<b>1.019.536</b>	<b>1.302.593</b>	<b>1.271.055</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(94.127)</b>	<b>(254.884)</b>	<b>(117.233)</b>	<b>(317.764)</b>
Corrente	(99.202)	(268.982)	(151.916)	(414.107)
Diferido	5.075	14.098	34.683	96.343

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

**10.4 – O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas/ (ganhos) atuariais</b>	<b>175.442</b>	<b>175.442</b>	<b>(675.287)</b>	<b>(675.287)</b>
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	50.400	50.400	154.869	154.869
<b>Base de cálculo</b>	<b>225.842</b>	<b>225.842</b>	<b>(520.418)</b>	<b>(520.418)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(20.326)</b>	<b>(56.461)</b>	<b>46.838</b>	<b>130.105</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	20.326	56.461	31.520	87.555
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuarias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.357</b>	<b>217.660</b>
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>217.869</b>	<b>217.869</b>	<b>244.114</b>	<b>244.114</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação</b>	<b>(19.609)</b>	<b>(54.467)</b>	<b>(21.970)</b>	<b>(61.029)</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(19.609)</b>	<b>(54.467)</b>	<b>56.387</b>	<b>156.631</b>

## 11 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - fornecedores	12.984	5.251	-	-
Serviços prestados a terceiros	11.214	12.347	-	-
Contas a receber - CDE	351.236	281.817	-	-
Adiantamentos a funcionários	9.675	7.825	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	46.190	41.748	-	-
Faturas diversas	5.929	20.833	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.084)	(6.574)	-	-
Outros	24.645	22.871	6.257	6.099
<b>Total</b>	<b>440.789</b>	<b>386.118</b>	<b>6.257</b>	<b>6.099</b>

**Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 33.876 (R\$ 21.660 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 317.353 (R\$ 254.936 em 31 de dezembro de 2024); (iii) Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica a receber R\$ 7 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2024) e (iv) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 5.221 em 31 de dezembro de 2024 (nota 22.3).

**Outros:** refere-se, principalmente, aos contratos de direito de uso (arrendamento) da Companhia.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(8.582)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(210)
Baixa de contas a receber provisionadas	2.218
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(6.574)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(7.524)
Baixa de contas a receber provisionadas	(6.986)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>(21.084)</b>

## 12 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	3,88%	29.812.600	(15.239.676)	14.572.924	13.924.967
Custo Histórico		16.864.823	(5.696.491)	11.168.333	10.204.019
Reavaliação		12.947.777	(9.543.185)	3.404.592	3.720.948
<b>Administração</b>	6,96%	589.892	(425.618)	164.274	160.948
Custo Histórico		305.537	(194.800)	110.738	103.336
Reavaliação		284.355	(230.819)	53.536	57.613
<b>Subtotal</b>		<b>30.402.492</b>	<b>(15.665.294)</b>	<b>14.737.199</b>	<b>14.085.916</b>
<b>Em Curso</b>		<b>1.851.397</b>	-	<b>1.851.397</b>	<b>1.466.095</b>
Distribuição		1.628.234	-	1.628.234	1.285.122
Administração		223.163	-	223.163	180.973
<b>Subtotal</b>		<b>1.851.397</b>	-	<b>1.851.397</b>	<b>1.466.095</b>
<b>Total</b>		<b>32.253.889</b>	<b>(15.665.294)</b>	<b>16.588.596</b>	<b>15.552.011</b>

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	20,00%	599.538	(282.847)	316.691	318.337
Custo Histórico		264.084	(118.470)	145.614	147.000
Reavaliação		335.454	(164.377)	171.077	171.337
<b>Administração</b>	20,00%	854.830	(824.288)	30.542	39.142
Custo Histórico		498.512	(468.535)	29.977	37.891
Reavaliação		356.318	(355.754)	564	1.251
<b>Subtotal</b>		<b>1.454.368</b>	<b>(1.107.135)</b>	<b>347.233</b>	<b>357.479</b>
<b>Em Curso</b>		406.044	-	406.044	240.570
Distribuição		191.093	-	191.093	109.070
Administração		214.951	-	214.951	131.500
<b>Subtotal</b>		<b>406.044</b>	<b>-</b>	<b>406.044</b>	<b>240.570</b>
<b>Total</b>		<b>1.860.412</b>	<b>(1.107.135)</b>	<b>753.277</b>	<b>598.049</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
<b>Distribuição</b>	<b>28.695.313</b>	<b>1.101</b>	<b>(478.175)</b>	<b>1.594.848</b>	<b>(488)</b>	<b>29.812.600</b>	<b>1.117.775</b>	<b>(15.239.676)</b>	<b>14.572.924</b>	<b>13.924.967</b>
Terrenos	201.343	-	-	1.807	-	203.150	1.807	-	203.150	201.343
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	644.425	1.080	(4.696)	21.472	-	662.281	17.857	(380.835)	281.447	273.870
Máquinas e Equipamentos	27.692.738	21	(458.520)	1.552.010	(435)	28.785.814	1.093.511	(14.754.604)	14.031.210	13.396.754
Veículos	140.934	-	(14.959)	17.566	-	143.541	2.607	(94.014)	49.526	46.579
Móveis e Utensílios	15.874	-	-	1.993	(53)	17.814	1.993	(10.222)	7.591	6.422
<b>Administração</b>	<b>565.738</b>	<b>-</b>	<b>(1.456)</b>	<b>25.122</b>	<b>488</b>	<b>589.892</b>	<b>23.667</b>	<b>(425.618)</b>	<b>164.274</b>	<b>160.948</b>
Terrenos	22.759	-	-	-	-	22.759	-	-	22.759	22.759
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	240.506	-	-	-	-	240.506	-	(190.240)	50.266	54.303
Máquinas e Equipamentos	255.345	-	(1.022)	22.202	435	276.959	21.180	(206.290)	70.669	61.107
Veículos	25.724	-	(434)	1.835	-	27.125	1.401	(15.584)	11.540	13.752
Móveis e Utensílios	21.404	-	-	1.086	53	22.543	1.086	(13.503)	9.040	9.028
<b>Subtotal</b>	<b>29.261.051</b>	<b>1.101</b>	<b>(479.630)</b>	<b>1.619.970</b>	<b>-</b>	<b>30.402.492</b>	<b>1.141.442</b>	<b>(15.665.294)</b>	<b>14.737.199</b>	<b>14.085.916</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2024</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reclassif.</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2025</b>	<b>Adições Líquidas (A)+(B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2025</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2024</b>
<b>Distribuição</b>	<b>1.285.122</b>	<b>1.912.729</b>	<b>-</b>	<b>(1.569.617)</b>	<b>-</b>	<b>1.628.234</b>	<b>343.112</b>	<b>-</b>	<b>1.628.234</b>	<b>1.285.122</b>
Máquinas e Equipamentos	871.748	1.759.811	-	(1.486.979)	-	1.144.580	272.832	-	1.144.580	871.748
Outros	413.373	152.918	-	(82.638)	-	483.654	70.280	-	483.654	413.373
<b>Administração</b>	<b>180.973</b>	<b>93.028</b>	<b>-</b>	<b>(50.838)</b>	<b>-</b>	<b>223.163</b>	<b>42.190</b>	<b>-</b>	<b>223.163</b>	<b>180.973</b>
Máquinas e Equipamentos	54.845	31.681	-	(4.294)	-	82.233	27.387	-	82.233	54.845
Outros	126.128	61.347	-	(46.544)	-	140.931	14.803	-	140.931	126.128
<b>Subtotal</b>	<b>1.466.095</b>	<b>2.005.757</b>	<b>-</b>	<b>(1.620.455)</b>	<b>-</b>	<b>1.851.397</b>	<b>385.302</b>	<b>-</b>	<b>1.851.397</b>	<b>1.466.095</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>30.727.146</b>	<b>2.006.859</b>	<b>(479.630)</b>	<b>(485)</b>	<b>-</b>	<b>32.253.889</b>	<b>1.526.744</b>	<b>(15.665.294)</b>	<b>16.588.596</b>	<b>15.552.011</b>

O valor de R\$ 485 refere-se a transferência entre os grupos de imobilizado e intangível.

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2025	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>1.064.037</b>	<b>690.507</b>	<b>103.517</b>	<b>22.046</b>	<b>2.983</b>	<b>84.983</b>	<b>1.968.072</b>
Terrenos	-	668	-	605	-	6.169	7.442
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	156	32.977	-	-	-	5	33.137
Máquinas e Equipamentos	1.045.178	555.604	91.361	20.110	2.857	76.382	1.791.492
Veículos	20.357	9.944	-	-	-	3	30.305
Móveis e Utensílios	2.224	99	-	-	-	13	2.337
Pesquisa & Desenvolvimento	12	-	-	-	-	-	12
A Ratear	(3.891)	91.216	12.156	1.331	126	2.411	103.348
<b>Outros - Estoque</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.685</b>	<b>37.685</b>
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	1.767	1.767
Material em Depósito	-	-	-	-	-	32.027	32.027
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	710	710
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	3.181	3.181
<b>Total das Adições</b>	<b>1.064.037</b>	<b>690.507</b>	<b>103.517</b>	<b>22.046</b>	<b>2.983</b>	<b>122.668</b>	<b>2.005.757</b>

A movimentação da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>27.692.738</b>	<b>21</b>	<b>(458.520)</b>	<b>1.552.010</b>	<b>(435)</b>	<b>28.785.814</b>	<b>1.093.511</b>
Transformador de Distribuição	3.254.388	10	(85.830)	215.115	-	3.383.683	129.296
Medidor	1.807.842	-	(54.935)	68.497	-	1.821.403	13.561
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.953.162	4	(105.117)	442.926	(1.181)	4.289.793	337.812
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.906.399	7	(112.083)	471.158	(2.363)	8.263.119	359.082
Redes Alta Tensão (69 kV)	504.099	-	(8.423)	17.439	(93)	513.023	9.016
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	2.521.598	-	(9.831)	89.996	5.519	2.607.281	80.165
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	185.351	-	(4.659)	21.492	(517)	201.668	16.833
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	503.993	-	(8.948)	31.063	994	527.103	22.115
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	4.063.765	-	(41.621)	88.789	4.390	4.115.323	47.168
Demais Máquinas e Equipamentos	2.992.140	-	(27.072)	105.535	(7.185)	3.063.419	78.464
<b>Obrigações Especiais Em Serviço Bruto</b>	<b>(5.034.675)</b>	<b>(18.755)</b>	<b>-</b>	<b>(108.515)</b>	<b>-</b>	<b>(5.161.945)</b>	<b>(127.270)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(4.609.785)	(18.755)	-	(108.515)	-	(4.737.055)	(127.270)
Outros	(424.890)	-	-	-	-	(424.890)	-
Originadas da Receita	(424.890)	-	-	-	-	(424.890)	-
Ultrapassagem de demanda	(219.282)	-	-	-	-	(219.282)	-
Excedente de reativos	(205.608)	-	-	-	-	(205.608)	-

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Distribuição</b>	<b>675.836</b>	-	-	1.978	(78.276)	599.538	1.978	(282.847)	316.691	318.338
Serviços	321.409	-	-	1.169	-	322.579	1.169	(10.529)	312.050	310.880
Softwares	332.455	-	-	413	(78.276)	254.592	413	(252.693)	1.898	3.560
Outros	21.972	-	-	396	-	22.368	396	(19.624)	2.743	3.898
<b>Administração</b>	<b>766.118</b>	-	-	10.435	78.276	854.830	10.435	(824.288)	30.542	39.141
Softwares	761.327	-	-	10.435	78.276	850.039	10.435	(819.498)	30.542	39.140
Outros	4.791	-	-	-	-	4.791	-	(4.791)	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>1.441.954</b>	-	-	12.413	-	1.454.368	12.413	(1.107.135)	347.233	357.479
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Distribuição</b>	<b>109.070</b>	<b>84.674</b>	-	(2.650)	-	191.093	82.024	-	191.093	109.070
Serviços	98.821	83.389	-	(798)	-	181.412	82.591	-	181.412	98.821
Outros	10.249	1.284	-	(1.852)	-	9.681	(568)	-	9.681	10.249
<b>Administração</b>	<b>131.500</b>	<b>92.729</b>	-	(9.278)	-	214.951	83.451	-	214.951	131.500
Outros	131.500	92.729	-	(9.278)	-	214.951	83.451	-	214.951	131.500
<b>Subtotal</b>	<b>240.570</b>	<b>177.403</b>	-	(11.928)	-	406.044	165.474	-	406.044	240.570
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>1.682.524</b>	<b>177.403</b>	-	485	-	1.860.412	177.888	(1.107.135)	753.277	598.049

O valor de R\$ 485 refere-se a transferência entre os grupo de imobilizado e intangível.

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
<b>Distribuição</b>	
Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 13 FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de Uso da Rede Elétrica	237.248	253.374
Encargos de Conexão	6.115	5.426
Suprimento de Energia Elétrica	839.100	745.778
Materiais e serviços	461.498	477.777
Outros	203.860	178.317
<b>Total</b>	<b>1.747.820</b>	<b>1.660.673</b>

## 14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### 14.1 Abertura de Endividamento total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal * Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2027	2028	2029	2030	2031	2032*	Total	
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>6.392</b>	<b>952.646</b>	<b>804.954</b>	<b>1.763.992</b>												<b>353.118</b>	<b>163.273</b>	<b>140.149</b>	<b>117.024</b>	<b>31.389</b>	<b>-</b>	<b>804.954</b>	
Lei - New Development Bank (NDB)	822	-	560.595	561.217	Sim	jun-25	Aval/Fiança	Reminbi	0,88%	mar-26	Trimestral	set-27	mar-31	Amortização: 8 Parcelas - Set/27, Mar/28, Set/28, Mar/29, Set/29, Mar/30, Set/30, Mar/31	Outro, especif. no cronograma	93.199	163.273	140.149	117.024	46.950	-	560.595	
Lei 4131 - The Hongkong and Shanghai Banking Corp. Limited (HSBC)	1.572	-	265.487	267.059	Sim	fev-25	Aval/Fiança	lenc	1,44%	fev-26	Semestral	dez-27	dez-27	Amortização: Final	Outro, especif. no cronograma	265.487	-	-	-	-	-	-	265.487
Lei 4131 - The Hongkong and Shanghai Banking Corp. Limited (HSBC)	4.197	953.976	-	958.174	Sim	fev-23	Aval/Fiança	lenc	1,20%	jan-26	Semestral	jan-26	jan-26	Amortização: Final	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com captação de empréstimos	-	(1.476)	(2.318)	(3.794)	Sim	dez-25	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	mai-31	N.A.	Outros	(2.318)	-	-	-	-	-	-	(2.318)
Marcação a mercado	-	146	(18.810)	(18.665)	Sim	dez-25	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	mar-31	N.A.	Outros	(3.249)	-	-	-	(15.561)	-	-	(18.810)
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>100.418</b>	<b>555.861</b>	<b>7.026.827</b>	<b>7.683.105</b>												<b>1.684.239</b>	<b>296.331</b>	<b>2.366.268</b>	<b>477.989</b>	<b>71.528</b>	<b>2.130.471</b>	<b>7.026.827</b>	
17ª Emissão - PALFA7 - Série Única	8.866	-	573.163	582.029	Sim	out-25	Aval/Fiança	IPCA	6,90%	mar-26	Semestral	set-33	set-35	Amortização: 5 Parcelas - Nov/33, Mar/34, Nov/34, Mar/35 e Nov/35	Outro, especificar em obs.	-	-	-	-	-	-	573.163	573.163
16ª Emissão - PALFA6 - 2ª Série	23.436	-	816.837	840.273	Sim	mar-25	Aval/Fiança	IPCA	7,71%	fev-26	Semestral	fev-33	fev-35	Amortização: 5 Parcelas - Fev/33, Ago/33, Fev/34, Ago/34 e Fev/35	Outro, especificar em obs.	-	-	-	-	-	-	816.837	816.837
16ª Emissão - PALFA6 - 1ª Série	41.723	-	2.400.000	2.441.723	Sim	mar-25	Aval/Fiança	CDI	CDI + 0,59%	fev-26	Trimestral	fev-29	fev-30	Amortização: 5 Parcelas - Fev/29, Mai/29, Ago/29, Nov/29 e Fev/30	Outro, especificar em obs.	-	-	1.920.000	480.000	-	-	-	2.400.000
15ª Emissão - PALFA5	6.015	-	750.000	756.015	Sim	set-24	Aval/Fiança	CDI	CDI + 0,49%	mar-26	Trimestral	set-28	set-29	Amortização: 5 Parcelas - Set/28, Dez/28, Mar/29, Jun/29 e Set/29	Outro, especificar em obs.	-	-	300.000	450.000	-	-	-	750.000
14ª Emissão - PALFA4	4.982	290.857	218.143	513.982	Sim	mar-24	Aval/Fiança	CDI	CDI + 0,55%	mar-26	Trimestral	mar-26	set-27	Amortização: Trimestral	Outro, especificar em obs.	218.143	-	-	-	-	-	-	218.143
13ª Emissão - PALFA3 - 1ª Série	2.788	-	219.742	222.530	Sim	nov-23	Aval/Fiança	IPCA	6,18%	abr-26	Semestral	out-31	out-33	Amortização: 3 Parcelas - Out-31/Out-32 e Out-33	Outro, especificar em obs.	-	-	-	-	73.247	146.495	219.742	
13ª Emissão - PALFA3 - 2ª Série	7.688	-	606.198	613.886	Sim	nov-23	Aval/Fiança	IPCA	6,18%	abr-26	Semestral	out-33	out-35	Amortização: 3 Parcelas - Out-33/Out-34 e Out-35	Outro, especificar em obs.	-	-	-	-	-	-	606.198	606.198
BNDES Direto - 20/21 - Sub A	278	101.367	50.684	152.329	Sim	jun-20	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	jan-26	Mensal	jan-26	jun-27	Amortização: Mensal após 07/2023	Outro, especificar em obs.	50.684	-	-	-	-	-	-	50.684
BNDES Direto - 20/21 - Sub B	2.379	-	1.300.879	1.303.258	Sim	jun-20	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	mar-26	Trimestral	jul-27	jul-27	Amortização: Final	Outro, especificar em obs.	1.300.879	-	-	-	-	-	-	1.300.879
BNDES Direto - 18/19	318	99.216	57.876	157.410	Sim	dez-18	Aval/Fiança	IPCA	4,74%	jan-26	Mensal	jan-26	jul-27	Outro, especificar em obs.	Outro, especificar em obs.	57.876	-	-	-	-	-	-	57.876
8ª Emissão - PALF38	1.945	65.848	65.848	133.641	Sim	out-17	Aval/Fiança	IPCA	5,05%	mar-26	Semestral	set-26	set-27	Outro, especificar em obs.	Outro, especificar em obs.	65.848	-	-	-	-	-	-	65.848
Arrendamento Mercantil	-	723	630	1.352	Sim	dez-25	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	out-26	N.A.	Outro, especif. no cronograma	438	192	-	-	-	-	-	630
Gastos com emissão de Debêntures	-	(2.150)	(27.397)	(29.547)	Sim	dez-25	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	fev-30	N.A.	Outro, especif. no cronograma	(9.628)	(3.861)	(3.732)	(2.011)	(1.719)	(6.448)	(27.397)	
Marcação a mercado	-	-	(5.775)	(5.775)	Sim	dez-25	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	fev-30	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	(5.775)	(5.775)	
<b>Mútuos Passivos</b>	<b>6.299</b>	<b>-</b>	<b>1.049.170</b>	<b>1.055.469</b>												<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.049.170</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.049.170</b>	
SGEL x CPFL PAULISTA	6.299	-	1.090.672	1.096.971	Sim	set-25	Outro, especificar em obs.	Outro, especificar em obs.	2,33%	mar-26	Semestral	set-28	set-28	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	1.090.672	-	-	-	-	1.090.672
Marcação a mercado	-	-	(41.502)	(41.502)	Sim	set-25	Outro, especificar em obs.	lenc	2,33%	mar-26	Semestral	set-28	set-28	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	(41.502)	-	-	-	-	(41.502)
<b>Total por Dívida:</b>	<b>106.809</b>	<b>1.508.507</b>	<b>7.831.780</b>	<b>9.447.096</b>																			
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	6.392	952.646	804.954	1.763.992																			
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	100.418	555.861	7.026.827	7.683.105																			
Mútuos (Empresas Relacionadas)	6.299	-	1.049.170	1.055.469																			

## 14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>385.540</b>	<b>121.634</b>	<b>507.174</b>								
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>385.540</b>	<b>121.634</b>	<b>507.174</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	284.418	-	284.418								
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	101.122	-	101.122								
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Citibank	-	15.669	15.669	CDI	100% CDI - 0,37%	mar-26	Semestral	set-28	set-28	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Citibank	-	5.044	5.044	CDI	100% CDI - 0,14%	mar-26	Trimestral	mar-31	mar-31	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
SWAP VINCULADO À DÍVIDA String BTG Pactual	-	58.611	58.611	CDI	100% CDI - 0,02%	fev-35	Trimestral	fev-35	fev-35	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Itaú	-	6.163	6.163	CDI	100% CDI + 0,52%	out-35	Trimestral	out-35	out-35	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Santander	-	22.612	22.612	CDI	100% CDI + 0,49%	out-33	Semestral	out-35	out-35	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Santander	-	13.536	13.536	CDI	100% CDI + 0,43%	jan-26	Semestral	out-33	out-33	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)

## 14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
<b>TOTAL DERIVATIVOS</b>						<b>4.498.424</b>	<b>(138.522)</b>
Swap - Citibank	Citibank	set-25	set-28	CNH+ + 2,33%	CDI - 0,37%	1.036.000	15.669
Swap - Citibank	Citibank	jun-25	mar-31	SHIBOR + 0,98%	CDI - 0,14%	550.137	5.044
Swap - String BTG Pactual (**)	String BTG Pactual	mar-25	fev-35	IPCA + 7,70%	CDI - 0,02%	766.289	56.460
Swap - HSBC Brasil	HSBC Brasil	fev-25	dez-27	YEN + 1,44%	CDI + 0,64%	295.000	(49.400)
Swap - Itaú	Itaú	nov-23	out-35	IPCA + 6,17%	CDI + 0,52%	120.462	6.163
Swap - Santander	Santander	nov-23	out-35	IPCA + 6,17%	CDI + 0,49%	430.000	22.612
Swap - Santander	Santander	nov-23	out-33	IPCA + 6,17%	CDI + 0,43%	199.538	13.536
Swap - HSBC Brasil	HSBC Brasil	fev-23	jan-26	YEN + 1,2%	CDI + 1,40%	1.101.000	(208.605)

(\*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

(\*\*) O valor apresentado refere-se à posição líquida de instrumentos financeiros derivativos, composta por derivativo ativo de R\$ 58.611 e derivativo passivo de R\$ 2.151.

#### 14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2025	31/12/2024
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>113.108</b>	<b>1.768.663</b>	<b>8.880.951</b>	<b>10.762.722</b>	<b>9.475.882</b>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	6.392	952.646	804.954	1.763.992	1.769.394
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	100.418	555.861	7.026.827	7.683.105	7.387.466
Fundo de Pensão	-	-	-	-	190.114
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	6.299	-	1.049.170	1.055.469	-
Derivativos a pagar	-	260.156	-	260.156	128.907
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(385.540)</b>	<b>(121.634)</b>	<b>(507.174)</b>	<b>(869.806)</b>
Alta Liquidez	-	(284.418)	-	(284.418)	(392.633)
Demais Aplicações Financeiras	-	(101.122)	-	(101.122)	(311.441)
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Derivativos a receber	-	-	(121.634)	(121.634)	(165.731)
<b>(+) Dívida Líquida</b>	<b>113.108</b>	<b>1.383.123</b>	<b>8.759.316</b>	<b>10.255.547</b>	<b>8.606.076</b>

#### 14.5 Movimentações dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
IPCA	1.734.301	-	(197.229)	147.723	-	(71.800)	1.612.996
Gastos com captação	(6.190)	-	-	2.396	-	-	(3.794)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>1.728.111</b>	<b>-</b>	<b>(197.229)</b>	<b>150.119</b>	<b>-</b>	<b>(71.800)</b>	<b>1.609.202</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	723.881	-	(660.317)	9.552	(59.008)	(14.109)	-
Iene	1.072.573	295.000	-	15.278	(143.340)	(14.278)	1.225.233
Renminbi	-	550.136	-	7.599	10.460	(6.977)	561.217
Marcação a mercado	(20.869)	-	-	2.204	-	-	(18.665)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>1.775.585</b>	<b>845.136</b>	<b>(660.317)</b>	<b>34.633</b>	<b>(191.888)</b>	<b>(35.364)</b>	<b>1.767.786</b>
<b>Mútuo</b>	<b>-</b>	<b>1.036.000</b>	<b>-</b>	<b>19.469</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.055.469</b>
<b>Arrendamento</b>	<b>1.701</b>	<b>1.341</b>	<b>(1.758)</b>	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.353</b>
<b>Total</b>	<b>3.505.397</b>	<b>1.882.477</b>	<b>(859.304)</b>	<b>204.291</b>	<b>(191.888)</b>	<b>(107.163)</b>	<b>4.433.810</b>
<b>Circulante</b>	<b>919.112</b>						<b>1.169.618</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.586.284</b>						<b>3.264.192</b>

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
IPCA	1.837.490	-	(187.652)	161.382	-	(76.918)	1.734.301
CDI	799.669	-	(650.000)	33.803	-	(183.472)	-
Gastos com captação	(9.331)	-	-	3.140	-	-	(6.190)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>2.627.828</b>	<b>-</b>	<b>(837.652)</b>	<b>198.325</b>	<b>-</b>	<b>(260.390)</b>	<b>1.728.111</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	727.206	-	(165.049)	26.644	161.523	(26.443)	723.881
Iene	935.432	-	-	12.158	136.592	(11.610)	1.072.573
Marcação a mercado	(28.470)	-	-	7.600	-	-	(20.869)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>1.634.169</b>	<b>-</b>	<b>(165.049)</b>	<b>46.403</b>	<b>298.115</b>	<b>(38.053)</b>	<b>1.775.585</b>
<b>Arrendamento</b>	<b>1.908</b>	<b>1.560</b>	<b>(1.648)</b>	<b>(119)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.701</b>
<b>Total</b>	<b>4.263.906</b>	<b>1.560</b>	<b>(1.004.350)</b>	<b>244.609</b>	<b>298.115</b>	<b>(298.443)</b>	<b>3.505.397</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.151.226</b>						<b>919.112</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.112.680</b>						<b>2.586.284</b>

#### 14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societária. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

#### 14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	4.772.468	2.400.000	(3.482.857)	584.418	(562.310)	3.711.719
IPCA	184.669	570.000	(65.446)	36.084	(9.637)	715.670
Gastos com captação	(11.380)	(25.963)	-	7.796	-	(29.547)
<b>Total ao custo</b>	<b>4.945.757</b>	<b>2.944.037</b>	<b>(3.548.303)</b>	<b>628.298</b>	<b>(571.947)</b>	<b>4.397.842</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	798.310	792.000	-	162.988	(76.609)	1.676.689
Marcação a mercado	(92.604)	-	-	86.828	-	(5.775)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>705.707</b>	<b>792.000</b>	<b>-</b>	<b>249.816</b>	<b>(76.609)</b>	<b>1.670.914</b>
<b>Total</b>	<b>5.651.464</b>	<b>3.736.037</b>	<b>(3.548.303)</b>	<b>878.114</b>	<b>(648.556)</b>	<b>6.068.756</b>
<b>Circulante</b>	<b>392.430</b>					<b>451.997</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.259.034</b>					<b>5.616.759</b>

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	3.964.089	1.768.000	(968.143)	559.315	(550.794)	4.772.468
IPCA	433.449	-	(254.601)	26.622	(20.801)	184.669
Gastos com captação	(12.027)	(4.873)	-	5.520	-	(11.380)
<b>Total ao custo</b>	<b>4.385.511</b>	<b>1.763.127</b>	<b>(1.222.744)</b>	<b>591.458</b>	<b>(571.595)</b>	<b>4.945.757</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	760.175	-	-	82.075	(43.940)	798.310
Marcação a mercado	(14.952)	-	-	(77.651)	-	(92.604)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>745.223</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.423</b>	<b>(43.940)</b>	<b>705.707</b>
<b>Total</b>	<b>5.130.734</b>	<b>1.763.127</b>	<b>(1.222.744)</b>	<b>595.881</b>	<b>(615.534)</b>	<b>5.651.464</b>
<b>Circulante</b>	<b>279.250</b>					<b>392.430</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.851.484</b>					<b>5.259.034</b>

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

## **Pré pagamento**

No exercício de 2025 foram liquidadas antecipadamente R\$ 3.192.000 de debêntures da 12ª emissão, cujo vencimento original era até dezembro de 2026.

### **14.8 Condições restritivas das debêntures:**

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente, com base nas demonstrações financeiras societária, apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

### **Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária consolidadas da controladora CPFL Energia**

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## **15 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

### **15.1 – Características:**

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)

c) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

d) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

## 15.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.342.608	5.238.925
Valor justo dos ativos do plano	<u>(5.537.407)</u>	<u>(5.147.907)</u>
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>(194.798)</u></b>	<b><u>91.019</u></b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	225.771	156.833
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	<u>(30.973)</u>	<u>(57.738)</u>
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>190.114</u></b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023</b>	<b>5.988.342</b>	<b>(5.019.755)</b>
Custo do serviço corrente bruto	623	-
Rendimento esperado no exercício	-	(505.134)
Ganho/Perda decorrente de conversão voluntária de renda*	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	559.491	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	34.010
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Benefícios pagos no exercício	<u>(661.642)</u>	<u>661.642</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024</b>	<b>5.181.187</b>	<b>(5.147.907)</b>
Custo do serviço corrente bruto	259	-
Juros sobre obrigação atuarial	578.369	-
Rendimento esperado no exercício	-	(593.754)
Contribuições de patrocinadoras	-	(419.368)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	9.482
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demogr	(8.066)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	147.261	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	26.765	-
Benefícios pagos no exercício	<u>(614.140)</u>	<u>614.140</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2025</b>	<b><u>5.311.636</u></b>	<b><u>(5.537.407)</u></b>

## 15.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2024</b>	<b>190.114</b>	<b>968.587</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	3.412	56.944
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(419.368)	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(8.066)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	147.261	(647.888)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	9.482	34.010
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	26.765	(57.738)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	<u>50.400</u>	<u>154.869</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2025</b>	<b>-</b>	<b>190.114</b>
Conversão para dívida financeira	79.660	117.122
Outras contribuições	<u>6.768</u>	<u>6.782</u>
<b>Total passivo</b>	<b><u>86.428</u></b>	<b><u>314.018</u></b>
Circulante	43.454	231.469
Não circulante	42.974	82.549

## 15.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2026 estão apresentadas no montante de R\$ 387.407. Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2026	587.808
2027	597.777
2028	606.286
2029	613.578
2030 a 2034	3.738.991
<b>Total</b>	<b>6.144.440</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 6,8 anos.

### 15.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas reconhecidas em 2025 e 2024, são como segue:

	<b>2026</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Estimativas</b>	<b>Realizadas</b>	<b>Realizadas</b>
Custo do serviço	94	259	623
Juros sobre obrigações atuariais	576.537	578.369	559.491
Rendimento esperado dos ativos do plano	(624.734)	(593.754)	(505.134)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	25.941	18.538	1.964
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(22.162)</b>	<b>3.412</b>	<b>56.944</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,83% a.a.	4,49% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10) UP-84 Modificada suavizada em 60% Masculina	AT-2000 (-10) Mercer Disability, suavizada 50% Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	ExpR 2015 a 2024	ExpR 2013 a 2021
Taxa de rotatividade esperada:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

### 15.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2025	2024
<b>Renda fixa</b>	<b>89%</b>	<b>86%</b>
Títulos públicos federais	64%	34%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	21%	51%
<b>Renda variável</b>	<b>6%</b>	<b>8%</b>
Fundos de investimento em ações	6%	8%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>
Fundos imobiliários	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

<b>Meta 2026</b>	
Renda fixa	96,5%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,8%
Investimentos estruturados	0,3%
	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência do plano, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis o fluxo de recebimento os ativos investidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

### 15.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

· Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 90.767 (redução de R\$ 96.058).

· Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 128.468 (redução de R\$ 130.297).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade..

### 15.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na VIVEST, o “apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência de Riscos e Controle de Investimentos, área que responde ao Diretor Administrativo e de Benefícios da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e entre os ativos dos planos.

## 16 ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.723	1.536	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	35.691	11.767	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	24.921	7	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	64.603	42.374	-	30.459
Recurso a serem recolhidos à CDE - P&D	6.172	4.783	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	121.659	89.795	-	-
Recurso a serem recolhidos à CDE - PEE	3.611	3.040	-	-
EPE / FNDCT	(306)	2.951	-	-
<b>Total</b>	<b>258.075</b>	<b>156.253</b>	<b>-</b>	<b>30.459</b>

**Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D:** A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com

base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

## 17 TRIBUTOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	64.958	216.643
Programa de integração social - PIS	15.557	11.699
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	72.284	54.424
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	68.619	9.912
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	26.739	3.762
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	150.617	135.427
Outros	25.081	24.913
<b>Total</b>	<b><u>423.856</u></b>	<b><u>456.780</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	953.216	992.608
<b>Total</b>	<b><u>953.216</u></b>	<b><u>992.608</u></b>

### **Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada**

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (atual “Vivest”). A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.025.193.

Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional “PGFN” consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Na ocasião, o acordo firmado estabeleceu que o saldo mencionado seria quitado em 60 (sessenta) parcelas, no entanto, em 2024, foi celebrado um Termo de Aditamento, o qual alterou a condição original, ampliando o número de parcelas para 120 (cento e vinte) mantidos inalterados todos os demais termos e condições da transação. O saldo atualizado do parcelamento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.103.833 (R\$ 1.128.035 em 31 de dezembro de 2024).

Com relação às garantias financeiras (apólice de seguro), cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.116.384 (R\$ 1.139.224 em 31 de dezembro de 2024), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

## 18 PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
<b>Trabalhistas</b>	113.922	24.785	108.511	22.624
<b>Cíveis</b>	128.597	7.927	105.430	7.457
<b>Fiscais</b>	95.689	22.066	88.746	20.753
Imposto de renda	4.306	-	4.059	-
Contribuição social	8.858	-	8.350	-
Outras	82.526	22.066	76.338	20.753
<b>Regulatórios</b>	1.543	-	27.516	-
<b>Total</b>	<b>339.751</b>	<b>54.777</b>	<b>330.203</b>	<b>50.835</b>

A movimentação das provisões para litígios, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	108.511	10.881	(4.472)	(13.521)	12.523	113.922
Cíveis	105.430	57.304	(3.442)	(46.338)	15.643	128.597
Fiscais	88.746	6.255	(15)	(25.841)	26.543	95.689
Regulatórios	27.516	821	(20.528)	(9.061)	2.796	1.543
<b>Total</b>	<b>330.203</b>	<b>75.260</b>	<b>(28.457)</b>	<b>(94.761)</b>	<b>57.506</b>	<b>339.751</b>

As provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- e. **Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- f. **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- g. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e
- h. **Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

### Ações judiciais que impugnam as Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL

Em 2004, a CPFL Brasil empresa do Grupo CPFL Energia ajuizou ações visando anular os efeitos da aplicação retroativa dos critérios estabelecidos nas Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL e dos demais atos, para que os preços dos contratos de comercialização de energia elétrica anteriormente firmados permanecessem regidos pelas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") que regem o chamado "valor normativo" por ocasião da celebração dos contratos.

As ações movidas pela CPFL Brasil buscavam afastar a intervenção promovida pela ANEEL em Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado pela CPFL Brasil, vindo a ANEEL a exigir a redução do preço contratado nos termos das Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL.

Em 02 de julho de 2024, um dos processos judiciais da CPFL Brasil com decisão favorável a CPFL Brasil transitou em julgado. O contrato de energia referente a mencionada ação judicial, cujos efeitos foram restabelecidos pelo

Poder Judiciário, tinha como contraparte a Companhia. Por essa razão, o valor a ser recebido pela CPFL Brasil será pago pela Companhia por meio de reajuste tarifário.

Em agosto de 2024, teve início a execução de sentença promovida perante a primeira instância. Em paralelo, a CPFL Brasil busca, pela via administrativa perante a ANEEL, entendimentos para cumprimento da decisão judicial com base em critério adotado pela Advocacia-Geral da União – AGU, que calculou a condenação em R\$ 4.678.104 (atualizado até março de 2025).

Em 11 de abril de 2025, após CPFL Brasil postular em Juízo o prosseguimento da execução, foi concedido prazo à ANEEL para que se manifeste em Juízo com relação às tratativas em curso na esfera administrativa, notadamente com relação aos critérios e a forma pela qual o montante será incluído no processo tarifário da Companhia.

Em reunião de Diretoria da ANEEL, realizada em 29 de abril de 2025, a Agência deliberou por não inserir, neste momento, o valor referente à ação judicial na tarifa da Companhia e determinou que a Procuradoria Federal inicie processo em apartado para verificar a possibilidade de celebração de acordo.

A CPFL Brasil manifestou de forma administrativa seu interesse em prosseguir em tratativas para um acordo e estava aguardando posicionamento da ANEEL. Em outubro de 2025, o Juízo determinou a intimação das partes para informar acerca do andamento das tratativas na via administrativa. Como não houve avanço na composição, em Dezembro de 2025 a CPFL Brasil postulou o prosseguimento da execução em face da ANEEL e aguarda manifestação do juízo

### Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	119.796	86.729	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	738.757	695.626	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	225.959	206.593	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	826.587	775.048	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	17.833	56.314	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b><u>1.928.932</u></b>	<b><u>1.820.310</u></b>	

### Ação Civil Pública – Estação Ecológica de Jataí

Em 24 de abril de 2025, a Administração tomou conhecimento de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo com vistas a postular reparação por danos ambientais alegadamente causados à Estação Ecológica de Jataí e à Estação Experimental de Luiz Antônio em razão de incêndio ocorrido em 2020. A parte requer a reparação dos supostos danos ambientais por meio da avaliação e restauração de áreas com vegetação nativa danificadas pelo incêndio ou, alternativamente, caso não seja possível o cumprimento de obrigação de fazer, o pagamento de compensação ambiental no montante de R\$ 978.730. Ainda que se trate de pedido subsidiário, a Companhia atribui, como perda possível, o valor de R\$ 51.712 e como remota, a chance de desembolso do restante do valor atribuído, correspondente a R\$ 927.018.

Em defesa apresentada em maio de 2025, a Companhia defende que não foi a causadora do dano. Para fundamentar sua defesa, apresentou relatórios técnicos que demonstram que o incêndio não teve início em sua rede de distribuição. O processo está atualmente em fase de instrução e não possui decisão de mérito.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## 19 OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	453.267	318.473	-	-
Bônus Itaipu	-	86.135	-	-
Adiantamentos	7.170	5.723	8.980	1.019
Descontos tarifários - CDE	24.893	-	-	-
Convênios de arrecadação	70.854	70.412	-	-
Outros	31.622	36.232	17.784	16.444
<b>Total</b>	<b>587.806</b>	<b>516.976</b>	<b>26.763</b>	<b>17.464</b>

**Consumidores e concessionárias:** referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) de R\$ 345.684 (R\$ 235.389 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa via modicidade tarifária.

**Bônus Itaipu:** refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu.

**Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

**Descontos tarifários – CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

## 20 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
<b>Em serviço</b>	<b>5.034.675</b>	<b>18.755</b>	<b>108.515</b>	<b>-</b>	<b>5.161.945</b>	<b>127.270</b>	<b>(2.813.569)</b>	<b>2.348.376</b>	<b>2.428.498</b>
Participação da União, Estados e Municípios	8.636	-	-	-	8.636	-	(5.177)	3.459	3.812
Participação Financeira do Consumidor	2.855.006	21	34.325	-	2.889.352	34.346	(1.915.382)	973.970	1.056.128
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	1.543.411	-	74.190	-	1.617.601	74.190	(649.819)	967.781	956.050
Programa de Eficiência Energética - PEE	34.078	-	-	-	34.078	-	(24.955)	9.123	10.623
Pesquisa e Desenvolvimento	155.188	18.734	-	-	173.922	18.734	(87.552)	86.370	77.822
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	13.467	-	-	-	13.467	-	(5.954)	7.513	8.021
Outros	<b>424.890</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>424.890</b>	<b>-</b>	<b>(124.731)</b>	<b>300.159</b>	<b>316.043</b>
Ultrapassagem de demanda	163.934	-	-	-	163.934	-	(63.530)	100.405	107.759
Excedente de reativos	260.955	-	-	-	260.955	-	(61.201)	199.755	208.283
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>(2.606.177)</b>	<b>(207.392)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.813.569)</b>	<b>(207.392)</b>			
Participação da União, Estados e Municípios	(4.824)	(352)	-	-	(5.177)	(352)			
Participação Financeira do Consumidor	(1.798.878)	(116.504)	-	-	(1.915.382)	(116.504)			
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(587.361)	(62.458)	-	-	(649.819)	(62.458)			
Programa de Eficiência Energética - PEE	(23.454)	(1.500)	-	-	(24.955)	(1.500)			
Pesquisa e Desenvolvimento	(77.366)	(10.186)	-	-	(87.552)	(10.186)			
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(5.446)	(508)	-	-	(5.954)	(508)			
Outros	<b>(108.847)</b>	<b>(15.884)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(124.731)</b>	<b>(15.884)</b>			
Ultrapassagem de demanda	(56.175)	(7.355)	-	-	(63.530)	(7.355)			
Excedente de reativos	(52.672)	(8.529)	-	-	(61.201)	(8.529)			
<b>Em curso</b>	<b>89.351</b>	<b>92.570</b>	<b>(108.515)</b>	<b>-</b>	<b>73.406</b>	<b>(15.945)</b>	<b>-</b>	<b>73.406</b>	<b>89.351</b>
Participação Financeira do Consumidor	18.967	(275)	9.160	(2.830)	25.022	8.885	-	25.022	18.967
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	6.407	68.343	(74.190)	-	561	(5.846)	-	561	6.407
Valores Pendentes de Recebimento	63.977	24.502	(43.486)	2.830	47.823	(18.984)	-	47.823	63.977
<b>Total</b>	<b>2.517.850</b>	<b>(96.068)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.421.782</b>	<b>(96.068)</b>	<b>(2.813.569)</b>	<b>2.421.782</b>	<b>2.517.850</b>

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2025	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>3,90%</b>	<b>2.688.903</b>	<b>2.473.042</b>	<b>5.161.945</b>
Participação da União, Estados e Municípios		3.173	5.462	8.636
Participação Financeira do Consumidor		1.289.985	1.599.367	2.889.352
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		981.257	636.344	1.617.601
Programa de Eficiência Energética - PEE		8.808	25.270	34.078
Pesquisa e Desenvolvimento		106.595	67.327	173.922
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		9.188	4.279	13.467
<b>Outros</b>		<b>289.896</b>	<b>134.994</b>	<b>424.890</b>
Ultrapassagem de demanda		171.039	79.646	250.685
Excedente de reativos		118.857	55.347	174.205
<b>(-) Amortização Acumulada</b>		<b>(1.176.318)</b>	<b>(1.637.252)</b>	<b>(2.813.569)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(2.042)	(3.135)	(5.177)
Participação Financeira do Consumidor		(711.555)	(1.203.827)	(1.915.382)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(319.095)	(330.724)	(649.819)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(6.765)	(18.190)	(24.955)
Pesquisa e Desenvolvimento		(44.081)	(43.471)	(87.552)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(4.276)	(1.678)	(5.954)
<b>Outros</b>		<b>(88.504)</b>	<b>(36.227)</b>	<b>(124.731)</b>
Ultrapassagem de demanda		(45.676)	(18.696)	(64.372)
Excedente de reativos		(42.828)	(17.530)	(60.358)
<b>Total</b>		<b>1.512.585</b>	<b>835.791</b>	<b>2.348.376</b>

## 21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	880.653.030	100,00%	880.653.030	100,00%
Ações em tesouraria	1	-	1	-
<b>Total</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00%</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00%</b>

### 21.1 Gestão do Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,57 vezes o EBITDA em 2025 (2,54 vezes em 2024), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

## **21.2 – Aumento de capital**

Através da AGO/E de 22 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024, sem emissão de novas ações.

## **21.3 - Reserva de capital**

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 39.393.

## **21.4 – Outros resultado abrangente**

É composto por:

- reserva de reavaliação no montante de R\$ 1.844.104 (R\$ 1.987.897 em 31 de dezembro de 2024), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Nota Técnica nº 57/2023-STR/ANEEL, de 31 de março de 2023.
- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.356.868 (R\$ 1.131.026 em 31 de dezembro de 2023), líquido de imposto de renda e contribuição social, de acordo com o CPC 33 (R2).

## **21.5 - Reserva de lucros**

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.380.165 que compreende:

- reserva legal de R\$ 282.643;
- reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 1.660.616: Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 638.774 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro.
- reserva de lucros a realizar R\$ 1.436.905: parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar.

Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2026, mediante aprovação da Administração.

## **21.6 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)**

Na AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 237.004 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 388.791. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025:

- Juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 308.905 (R\$ 262.569 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, aprovados em AGE em (i) AGE de 28 de março de 2025 o montante de R\$ 74.600; (ii) AGE de 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 80.000; (iii) AGE de 30 de setembro de 2025 o montante de R\$ 84.305 e (iv) AGE de 30 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 70.000.
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 363.701 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 156.309, que serão deliberados na AGO de abril de 2026.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 700.000 referente a dividendos e Juros sobre capital próprio.

## **21.7 – Destinação do lucro líquido societário do exercício**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2025</u>
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>1.864.351</b>
Reserva legal	(3.495)
Reserva de lucros a realizar	(393.167)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(638.774)
Dividendos adicional proposto	(363.701)
Dividendo mínimo obrigatório	(156.309)
Juros sobre o capital próprio	(308.905)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 638.774 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 393.167. O montante remanescente de R\$ 3.495 foi destinado à constituição da reserva legal; R\$ 308.905 à Juros sobre o capital próprio e R\$ 363.701 como dividendo adicional, que adicionado ao dividendo mínimo obrigatório totalizou R\$ 520.010.

## 22 RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>5.145.017</b>	<b>5.052.429</b>	<b>17.552.997</b>	<b>19.830.591</b>	<b>7.109.397</b>	<b>8.135.158</b>
Residencial	4.758.978	4.660.241	10.944.719	11.379.646	4.443.438	4.703.119
Industrial	21.856	23.684	700.949	1.235.498	324.337	554.367
Comercial	247.820	251.977	2.585.284	3.357.642	1.134.414	1.477.596
Rural	69.487	70.674	834.166	1.059.889	293.693	369.409
Poder público	33.107	32.671	760.604	820.541	308.951	334.776
Iluminação pública	7.979	7.546	852.778	935.965	220.970	236.998
Serviço público	5.790	5.636	874.496	1.041.410	383.595	458.892
Consumo próprio	489	481	21.394	23.046	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			1.673.139	1.224.427	348.443	113.771
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					11.750.334	11.865.427
Consumidores Cativos					8.091.644	8.645.226
Consumidores Livres					3.658.689	3.220.201
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>65.904</b>	<b>(279.635)</b>
<b>Ativos e Passivos Financeiros Setoriais</b>					<b>1.983.529</b>	<b>123.898</b>
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					713.548	359.960
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(198.665)	(322.119)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					1.468.646	86.057
<b>Outras Receitas Vinculadas</b>					<b>1.339.565</b>	<b>1.071.736</b>
Serviços Cobráveis					44.938	17.518
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.294.627	1.054.218
<b>Total</b>	<b>5.145.506</b>	<b>5.052.910</b>	<b>19.247.531</b>	<b>21.078.065</b>	<b>22.597.172</b>	<b>21.030.355</b>

### 22.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

## 22.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em abril de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 08 de abril até 07 de abril do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 29 de abril de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.452, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em -2,19%, sendo 5,85% referentes ao reajuste tarifário econômico e -8,04% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -3,66%.

Como as tarifas de 2024 foram prorrogadas até 29 de abril de 2025, a diferença de receita auferida entre 8 e 29 de abril de 2025 será compensada no processo tarifário de 2026, através de um passivo financeiro setorial.

Em 02 de abril de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.314, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 3,91%, sendo 2,03% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,88% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,46%.

## 22.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R\$ 1.294.627 (R\$ 1.054.218 em 2024), sendo: (i) R\$ 168.001 (R\$ 120.969 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 871.973 (R\$ 761.174 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 29.231 (R\$ 58.522 em 2024) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 225.422 (R\$ 113.553 em 2024) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

## 22.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente a homologação da cota.

A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024.

## 23 CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	4.336.150	4.462.750	(978.464)	(1.023.741)
PROINFA	399.744	441.913	(228.624)	(180.683)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	17.975.831	19.824.198	(6.048.340)	(5.590.417)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	648.819	592.824
<b>Subtotal</b>	<b>22.711.726</b>	<b>24.728.861</b>	<b>(6.606.609)</b>	<b>(6.202.017)</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			(1.770.097)	(1.784.294)
Encargos de transporte de itaipu			(150.064)	(164.193)
Encargos de conexão			(53.163)	(46.896)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			54.008	(82.464)
Encargos de energia de reserva - EER			(466.866)	(454.151)
Crédito de PIS e COFINS			220.718	234.206
<b>Subtotal</b>			<b>(2.165.462)</b>	<b>(2.297.792)</b>
<b>Total</b>			<b>(8.772.071)</b>	<b>(8.499.809)</b>

(\*) Conta de Energia de Reserva

## 24 PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2025	2024
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	(304.196)	(276.763)
Encargos	(84.555)	(76.749)
Previdência privada - Corrente	(14.739)	(14.103)
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	(3.412)	(56.944)
Despesas rescisórias	(7.612)	(9.168)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(57.944)	(52.090)
Outros benefícios - Corrente	(105.424)	(102.763)
Estagiários e Programas de Iniciação ao Trabalho	(1.742)	(1.786)
Outros	(3.281)	(3.266)
<b>Subtotal</b>	<b>(582.906)</b>	<b>(593.632)</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(5.673)	(6.558)
Benefícios dos administradores	(4.358)	(3.729)
<b>Subtotal</b>	<b>(10.031)</b>	<b>(10.287)</b>
<b>Total</b>	<b>(592.937)</b>	<b>(603.919)</b>

## 25 RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	122.546	111.241
Acréscimos e multas moratórias	189.069	191.125
Atualização de créditos fiscais	233.177	251.284
Atualização de depósitos judiciais	3.524	5.957
Atualizações monetárias e cambiais	313.250	182.117
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	28.156	17.805
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	65.056	15.572
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(24.331)	(10.960)
Outros	21.353	18.316
<b>Total</b>	<b>951.800</b>	<b>782.457</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(852.047)	(798.070)
Atualizações monetárias e cambiais	(862.107)	(542.990)
(-) Juros capitalizados	24.900	19.430
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(72.859)	(72.534)
Exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 7.1)	(154.306)	(149.161)
Atualização de mútuo com partes relacionadas	(3.800)	-
Outros	(39.532)	(126.380)
<b>Total</b>	<b>(1.959.752)</b>	<b>(1.669.706)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.007.952)</b>	<b>(887.249)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,97% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 318.473 (ganhos R\$ 12.606 em 2024) (nota 29).

## 26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2025 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- d) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços** - refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- e) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.
- f) **Contrato de mútuo** - refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 15 – Benefício pós emprego.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 10.509 (R\$ 11.306 em 2024). Este valor é composto por R\$ 8.639 (R\$ 8.729 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 199 (R\$ 197 em 2024) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.671 (R\$ 2.380 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Outras Operações Financeiras referem-se principalmente à emissão de debêntures pela Companhia, adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A, CDI + 0,59% com vencimento a partir de fevereiro de 2029.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	6.403	5.978	4.196	3.596	-	-	(29.017)	(28.794)
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	155	-	-	-	4.265	3.748	-	-
<b>Contrato de mútuo</b>								
State Grid Europe Limited ("SGEL")	-	-	1.055.469	-	-	-	(19.469)	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia	-	-	418.878	311.209	-	-	-	-
<b>Ativo imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Entidades sob o controle comum	-	-	(359)	-	-	-	(576)	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	1.999	2.135	70.588	129.929	161	226	(416.534)	(359.324)
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	473	1.162	104.414	95.425	7.870	5.710	(879.800)	(839.985)
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	45.255	46.330	-	-	(510.500)	(527.880)
<b>Encargos - Rede básica</b>								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	(166.861)	(168.829)
<b>Outras operações financeiras</b>								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (**)	-	-	325.563	1.126.772	-	-	(72.351)	(132.804)
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	(2.366)	(2.223)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	198	32.184	28.654	87	553	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	(548)	-	-

(\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 26.664 no exercício (R\$ 39.567 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## 27 SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2025
Ativo imobilizado	Riscos operacionais e riscos de engenharia	417.698
Transporte	Transporte nacional	524.441
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	76.514
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	637.040
Garantia	Seguro Garantia	1.881.583
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	180.800
<b>Total</b>		<b>3.718.075</b>

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

## 28 GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

### Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

**Cabe ao Comitê de Auditoria:**

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

**Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:**

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

**À Diretoria Executiva cabe:**

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

**A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:**

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
  - d) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
  - e) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
  - f) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as

principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias..

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contido, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em

relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	284.418	284.418
Investimentos temporários	8	(a)	Nível 1	101.122	101.122
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	121.634	121.634
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	905.089	905.089
<b>Total</b>				<b>1.412.263</b>	<b>1.412.263</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	1.610.555	1.614.349
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.767.786	1.767.786
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	4.397.842	4.418.793
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.670.914	1.670.914
Mútuo com partes relacionadas (**)	14	(a)	Nível 2	1.055.469	1.055.469
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	260.156	260.156
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	908.455	908.455
<b>Total</b>				<b>11.671.177</b>	<b>11.695.922</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 89.003 em 2025 (um ganho R\$ 83.003 em 2024).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

### Legenda

#### Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) serviços prestados a terceiros e (iv) convênios de arrecadação.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) encargos setoriais; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) arrendamento.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

## b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos (*)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo							Valores justos, líquidos
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(258.005)	(258.005)	(252.225)	(5.780)	lenc + 1,20% a + 1,44% CNH + (Shibor 3 meses + 0,98%)	CDI + 0,64% a 1,40%	jan/26 a dez/27	1.396.000
Empréstimos bancários - NDB	5.044	-	5.044	7.800	(2.756)				
Mútuo com partes relacionadas	15.669	-	15.669	21.271	(5.603)	Renminbi + 2,33%	CDI - 0,14% CDI - 0,37%	mai/31 set/28	550.136 1.036.000
	<b>20.712</b>	<b>(258.005)</b>	<b>(237.293)</b>	<b>(223.154)</b>	<b>(14.139)</b>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	100.922	(2.151)	98.771	45.908	52.863	IPCA + 6,18% a 7,71%	CDI - 0,02% a +0,52%	out/31 a out/35	1.516.289
	<b>100.922</b>	<b>(2.151)</b>	<b>98.771</b>	<b>45.908</b>	<b>52.863</b>				
<b>Total</b>	<b>121.634</b>	<b>(260.156)</b>	<b>(138.522)</b>	<b>(177.246)</b>	<b>38.724</b>				
Circulante	-	(210.127)							
Não circulante	121.634	(50.029)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide nota 14.

(\*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 31/12/2025
			Liquidação	
Para dívidas designadas a valor justo	126.501	(446.873)	143.127	(177.246)
Marcação a mercado	(89.676)	128.400	-	38.724
<b>Total</b>	<b>36.825</b>	<b>(318.473)</b>	<b>143.127</b>	<b>(138.522)</b>
<b>Ativo circulante</b>	165.731			-
<b>Ativo não circulante</b>	-			121.634
<b>Passivo circulante</b>	-			(210.127)
<b>Passivo não circulante</b>	(128.907)			(50.029)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

<b>Risco protegido / operação</b>	<b>Ganho (Perda) no resultado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Variação de taxas de juros	(16.220)	(1.016)
Marcação a mercado	111.949	(136.583)
Variação cambial	(430.653)	147.954
Marcação a mercado	16.451	2.250
<b>Total</b>	<b>(318.473)</b>	<b>12.606</b>

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Iene, renminbi, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(1.222.129)		(136.448)	203.196	542.841
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.225.712		136.848	(203.792)	(544.432)
	3.583	baixa iene	400	(596)	(1.591)
Instrumentos financeiros passivos	(1.601.126)		(164.671)	276.779	718.228
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.640.052		168.674	(283.508)	(735.689)
	38.926	baixa renminbi	4.003	(6.729)	(17.461)
<b>Total</b>	<b>42.509</b>		<b>4.403</b>	<b>(7.325)</b>	<b>(19.052)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>			<b>4.403</b>	<b>(7.325)</b>	<b>(19.052)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 0,04 para o iene e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 0,04 e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 11,16% e 10,28%, do iene e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

## d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	343.336				46.865	58.582	29.291
Instrumentos financeiros passivos	(3.711.719)				(506.650)	(633.312)	(316.656)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(4.751.784)				(648.619)	(810.773)	(405.387)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(3.365)				(459)	(574)	(287)
	<b>(8.123.532)</b>	alta CDI/SELIC	14,90%	13,65%	<b>(1.108.863)</b>	<b>(1.386.077)</b>	<b>(693.039)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(3.999.580)				(385.160)	(481.449)	(577.739)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.747.498				168.284	210.355	252.426
	<b>(2.252.082)</b>	alta IPCA	4,26%	9,63%	<b>(216.876)</b>	<b>(271.094)</b>	<b>(325.313)</b>
<b>Total</b>	<b>(10.375.614)</b>				<b>(1.325.739)</b>	<b>(1.657.171)</b>	<b>(1.018.352)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>					<b>(1.325.739)</b>	<b>(1.657.171)</b>	<b>(1.018.352)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

## e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6.

### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de

Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

#### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

#### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

#### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 29 b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

#### f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	1.699.834	47.986	-	-	-	-	1.747.820
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	1.043.543	75.587	285.498	2.098.348	296.785	33.281	3.833.042
Derivativos	29	208.605	621	902	50.029	-	-	260.156
Debêntures - principal e encargos	14	-	301.914	822.823	1.739.317	3.419.631	2.856.474	9.140.158
Encargos Setoriais	16	62.335	-	-	-	-	-	62.335
Consumidores e concessionárias	19	32.407	420.860	-	-	-	-	453.267
EPE / FNDCT / PROCEL	16	-	-	35.096	-	-	-	35.096
Convênio de arrecadação	19	-	70.854	-	-	-	-	70.854
<b>Total</b>		<b>3.046.725</b>	<b>917.822</b>	<b>1.144.319</b>	<b>3.887.693</b>	<b>3.716.416</b>	<b>2.889.755</b>	<b>15.602.730</b>

### 30 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	270.796	(129.998)	455.144	(65.574)
Compra estimada (*)	11.621	(3.117)	-	-
<b>Total</b>	<b>282.417</b>	<b>(133.115)</b>	<b>455.144</b>	<b>(65.574)</b>

	2025		2024	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	1.430.634	279.434	789.061	59.433
Venda estimada (*)	225.428	63.049	363.833	29.397
<b>Total</b>	<b>1.656.062</b>	<b>342.483</b>	<b>1.152.894</b>	<b>88.830</b>

(\*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1 de novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (período de 1 de novembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024).

2024), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

## **31 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO**

### **31.1. Revisão Tarifária Periódica**

Entre 14 de dezembro de 2022 e 17 de fevereiro de 2023, a ANEEL submeteu à Consulta Pública nº 056/2023 a proposta referente à Quinta Revisão Tarifária Periódica da CPFL Paulista, a vigorar a partir de 08 de abril de 2023, bem como definição dos correspondentes limites dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), para o período de 2024 a 2028.

Em 06 de abril de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.183/2023, o resultado da Quinta Revisão Tarifária Periódica – RTP CPFL Paulista, onde foram, em média, reajustadas em 4,89% as tarifas, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Após a homologação do resultado, a CPFL Paulista vislumbrou a necessidade de interpor pedido de reconsideração à ANEEL, tratando do cálculo do financeiro de neutralidade de PIS/COFINS, das metodologias de perdas não técnicas, perdas técnicas, receitas irrecuperáveis, dentre outras, aplicadas por parte da ANEEL. O pedido de reconsideração foi analisado e julgado pela Agência na 6ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, no dia 05 de março de 2024, o qual houve a emissão do Despacho nº 645, de 5 de março de 2024, e da Resolução Homologatória nº 3.308/2024.

No mérito, a ANEEL concedeu provimento parcial dos pedidos, no sentido de: (ii.a) corrigir o cálculo do financeiro de neutralidade de PIS/COFINS, em função da alteração que considera pró-rata die, de modo a reconhecer um financeiro de R\$ 8.036.652,22, ref: 06/2023, a ser atualizado pela Taxa Selic e considerado no próximo processo tarifário; e (ii.b) corrigir o cálculo de perdas não técnicas relativas à energia de inversão, de modo a reconhecer um financeiro de R\$ 696.630,72, ref: 04/2023, que deve ser atualizado pela Taxa Selic, bem como a retificação da Tabela 10 da Resolução Homologatória nº 3.183/2023. Ademais, um outro pedido do Recurso Administrativo será discutido em Consulta Pública a ser aberta pela Agência em breve, que trata da adequação da base de apuração das perdas não técnicas para mitigar os efeitos da Geração Distribuída.

### **31.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória**

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Revisão Tarifária Periódica, observando-se as seguintes diretrizes:

- a) Base Blindada - é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) Base Incremental - Corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- c) Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- e) A base de remuneração é atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir, resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, conforme Nota Técnica nº 57/2023-STR/ANEEL, de 31 de março de 2023:

Descrição	Total
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.256.145
(2) Índice de Aproveitamento Integral	5.490
(3) Obrigações Especiais Bruta	4.248.188
(4) Bens Totalmente Depreciados	6.387.709
<b>(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>15.614.758</b>
(6) Depreciação Acumulada	13.575.199
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	12.680.946
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	2.497
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	12.678.449
(10) Almoxarifado em Operação	10.466
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.521.530
(13) Terrenos e Servidões	483.566
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>10.650.950</b>
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	10.650.950
(16) WACC	11,25%
<b>(17) Remuneração Ativos Concessionária</b>	<b>1.198.264</b>
(18) Base Obrigações Especiais	4.248.188
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	1,78%
<b>(20) Remuneração de Obrigações Especiais</b>	<b>75.464</b>
<b>(21) Remuneração do Capital = (17)+(20)</b>	<b>1.273.728</b>
(22) Taxa de Depreciação	3,87%
<b>(23) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (22)</b>	<b>603.854</b>

### 31.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

A remuneração dos ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) é determinada a partir de uma relação do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir, resume os valores relativos ao CAIMI, conforme Nota Técnica nº 57/2023-STR/ANEEL, de 31 de março de 2023:

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.407.444
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BAR <sub>I</sub> )	633.350
(3) Base de Anuidade - Veículos (BAR <sub>V</sub> )	168.893
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	605.201
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	(68.106)
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	33.628
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	148.232
<b>(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)</b>	<b>249.967</b>

### 31.4. Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão. Assim, o Fator de

Ajuste de Mercado calculado para aplicação a partir da quinta revisão tarifária conforme Nota Técnica nº 122/2023-STR/ANEEL.

<b>Componentes</b>	<b>Valor</b>
Componente Pd do Fator X	0,47%
Componente T do Fator X	2,01%

Para o índice de ajuste do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET. Tal índice foi especificado de acordo com a variação dos indicadores apurados DEC e FEC, já expurgadas as causas externas à distribuidora, levando-se em consideração o desempenho da distribuidora com relação à qualidade do serviço prestado.

### **31.5. Reajuste Tarifário Anual**

Em 29 de abril de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.452, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em -2,19%, sendo 5,85% referentes ao reajuste tarifário econômico e -8,04% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -3,66%.

## **32 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.



A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2025 e 2024:

## Reclassificações e ajustes de 2025:

	Reclassificações								Ajustes				Societário	
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Bens não vinculados	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Mútuo (g)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)		Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)
<b>Ativo</b>														
<b>Ativo Circulante</b>														
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.372.353	-	-	-	-	(4.213)	-	-	-	-	-	-	-	2.368.140
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	32.962	-	-	-	-	-	-	32.962
Investimentos Temporários	101.122	-	-	-	-	-	(32.962)	-	-	-	-	-	-	68.160
Ativos de operações descontinuadas e bens destinados a alienação	282	(282)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo Não Circulante</b>														
Ativo Financeiro da Concessão	-	10.271.701	-	(1.313.937)	-	-	-	-	-	-	3.659.473	-	-	12.617.237
Outros Ativos Não Circulantes	6.257	282	-	-	-	-	-	1.279	-	(118)	-	-	-	7.700
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	49	-	-	-	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	16.588.596	(10.271.701)	(2.857.487)	-	-	-	-	(1.279)	-	(3.458.129)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	2.257.441	(58.718)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.198.723
Intangível	753.277	-	600.046	(213.336)	-	49	-	-	-	(171.642)	-	5.995	-	974.389
<b>Passivo</b>														
<b>Passivo Circulante</b>														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.621.615	-	-	-	-	-	-	(723)	(6.299)	-	-	-	-	1.614.593
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	6.299	-	-	-	-	6.299
Outros Passivos Circulantes	587.806	-	-	-	-	(4.213)	-	723	-	-	-	-	-	584.316
<b>Passivo Não Circulante</b>														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	8.880.951	-	-	-	-	-	-	(630)	(1.049.170)	-	-	-	-	7.831.151
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.049.170	-	-	-	-	1.049.170
Tributos	953.216	-	-	-	13.164	-	-	-	-	-	-	-	-	966.380
Provisão para Litígios	339.751	-	-	-	(13.164)	-	-	-	-	-	-	-	-	326.587
Tributos diferidos	601.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296.266	897.907
Outros Passivos Não Circulantes	26.763	-	-	-	-	-	-	630	-	-	-	-	-	27.393
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.421.782	-	-	(1.585.991)	-	-	-	-	-	(835.790)	-	-	-	-

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Intangível, Ativo financeiro da concessão e Ativo contratual.
- (c) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário.
- (d) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular n° 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes ao mútuo foram apresentados como Mútuo com partes relacionadas no Passivos Circulante e não Circulante.

## Reclassificações e ajustes de 2024:

	Reclassificações							Ajustes					Societário	
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Bens não vinculados	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Outros Ativos Circulantes (g)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)		Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)
<b>Ativo</b>														
<b>Ativo Circulante</b>														
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.306.610	-	-	-	-	-	(4.360)	-	-	-	-	-	-	2.302.250
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.807
Investimentos Temporários	311.441	-	-	-	-	-	-	30.807	-	-	-	-	-	280.634
Outros Ativos Circulantes	386.118	-	-	-	-	-	-	(30.807)	-	-	-	-	-	386.112
Ativos de operações descontinuadas e bens destinados a alienação	282	(282)	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-
<b>Ativo Não Circulante</b>														
Ativo Financeiro da Concessão	-	8.857.094	-	(1.232.160)	-	-	-	-	-	-	-	3.063.766	-	10.688.700
Outros Ativos Não Circulantes	6.099	282	-	-	-	-	-	1.572	-	(118)	-	-	-	7.835
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	75	-	-	-	-	(75)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	15.552.011	(8.857.094)	(2.914.785)	-	-	-	-	(1.572)	-	(3.778.561)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	1.708.664	(67.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.639.665
Intangível	598.049	-	1.208.120	(279.383)	-	75	-	-	-	(172.588)	-	9.123	-	1.363.396
<b>Passivo</b>														
<b>Passivo Circulante</b>														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.311.542	-	-	-	-	-	-	(1.119)	-	-	-	-	-	1.310.424
Outros Passivos Circulantes	516.976	-	-	-	-	-	(4.360)	1.119	-	-	-	-	-	513.734
<b>Passivo Não Circulante</b>														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	7.845.318	-	-	-	-	-	-	(582)	-	-	-	-	-	7.844.736
Tributos	992.608	-	-	-	12.408	-	-	-	-	-	-	-	-	1.005.016
Provisão para Litígios	330.203	-	-	-	(12.408)	-	-	-	-	-	-	-	-	317.795
Tributos diferidos	620.814	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.714	641.528
Outros Passivos Não Circulantes	17.464	-	-	-	-	-	-	582	-	-	-	-	-	18.046
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.517.850	-	-	(1.578.543)	-	-	-	-	-	(939.307)	-	-	-	-

- a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Intangível, Ativo financeiro da concessão e Ativo contratual;
- e) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário.
- f) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular n° 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- h) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.
- i) Encerramento de ODA de venda de veículos não executada.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Total do ativo conforme contabilidade societária</b>	<b>22.954.592</b>	<b>21.128.975</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	13.924.022	14.220.120
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(10.294.133)	(10.268.853)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(3.659.473)	(3.063.766)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(5.995)	(9.123)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	-	6
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (a)	1.585.991	1.578.543
Redução Incentivada de Consumo (b)	4.213	4.360
<b>Total do ativo regulatório</b>	<b><u>24.509.216</u></b>	<b><u>23.590.262</u></b>

(a) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível, ativo financeiro da concessão e ativo contratual e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

(b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Patrimônio líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>3.839.613</b>	<b>3.055.109</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	11.450.980	11.747.078
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(8.656.881)	(8.735.118)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(3.659.473)	(3.063.766)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(5.995)	(9.123)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	-	6
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.4)	296.266	20.714
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b><u>3.264.509</u></b>	<b><u>3.014.900</u></b>

## 32.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita</b>	<b>22.597.172</b>	<b>2.908.184</b>	<b>25.505.356</b>	<b>21.030.355</b>	<b>2.629.353</b>	<b>23.659.709</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	7.175.301	-	7.175.301	7.855.523	-	7.855.523
Suprimento de Energia Elétrica	5.960	-	5.960	24.941	-	24.941
Energia Elétrica de Curto Prazo	342.483	-	342.483	88.830	-	88.830
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	11.750.334	(42.133)	11.708.201	11.865.427	(42.921)	11.822.506
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.983.529	-	1.983.529	123.898	-	123.898
Serviços Cobráveis	44.938	-	44.938	17.518	-	17.518
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	1.294.627	-	1.294.627	1.054.218	-	1.054.218
Outras Receitas	-	2.950.317	2.950.317	-	2.672.275	2.672.275
<b>Tributos</b>	<b>(5.035.691)</b>	<b>(1.969)</b>	<b>(5.037.660)</b>	<b>(4.970.028)</b>	<b>(242)</b>	<b>(4.970.270)</b>
ICMS	(3.257.682)	-	(3.257.682)	(3.341.486)	4	(3.341.483)
PIS-PASEP	(317.106)	-	(317.106)	(290.502)	-	(290.502)
COFINS	(1.460.610)	(1.971)	(1.462.581)	(1.338.068)	-	(1.338.068)
ISS	(293)	2	(291)	27	(246)	(218)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(4.076.624)</b>	<b>-</b>	<b>(4.076.624)</b>	<b>(3.181.976)</b>	<b>-</b>	<b>(3.181.976)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(69.258)	-	(69.258)	(66.011)	-	(66.011)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(69.258)	-	(69.258)	(66.011)	-	(66.011)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.598.432)	-	(3.598.432)	(2.797.907)	-	(2.797.907)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(20.116)	-	(20.116)	(18.280)	-	(18.280)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(182.779)	-	(182.779)	(145.488)	-	(145.488)
Outros Encargos	(136.781)	-	(136.781)	(88.279)	-	(88.279)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>13.484.858</b>	<b>2.906.213</b>	<b>16.391.071</b>	<b>12.878.351</b>	<b>2.629.112</b>	<b>15.507.463</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(8.772.071)</b>	<b>-</b>	<b>(8.772.071)</b>	<b>(8.499.809)</b>	<b>-</b>	<b>(8.499.809)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.377.985)	-	(6.377.985)	(6.021.335)	-	(6.021.335)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(228.624)	-	(228.624)	(180.682)	-	(180.682)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(2.165.462)	-	(2.165.462)	(2.297.792)	-	(2.297.792)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>4.712.787</b>	<b>2.906.213</b>	<b>7.619.000</b>	<b>4.378.541</b>	<b>2.629.114</b>	<b>7.007.653</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(2.026.369)</b>	<b>(2.095.764)</b>	<b>(4.122.133)</b>	<b>(2.081.439)</b>	<b>(1.951.743)</b>	<b>(4.033.183)</b>
Pessoal e Administradores	(589.525)	-	(589.525)	(546.975)	145	(546.830)
Entidade de previdência privada	(3.412)	-	(3.412)	(56.944)	-	(56.944)
Material	(102.797)	-	(102.797)	(100.659)	-	(100.659)
Serviços de Terceiros	(595.618)	-	(595.618)	(555.863)	-	(555.863)
Arrendamento e Aluguéis	(2.702)	1.393	(1.309)	(3.649)	2.057	(1.593)
Seguros	(3.925)	-	(3.925)	(2.715)	-	(2.715)
Doações, Contribuições e Subvenções	(378)	-	(378)	(339)	-	(339)
Provisões	(53.045)	6.246	(46.799)	(68.309)	(256)	(68.566)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134.036)	-	(134.036)	(194.828)	-	(194.828)
(-) Recuperação de Despesas	25.326	-	25.326	31.716	-	31.716
Tributos	(15.317)	-	(15.317)	(13.815)	-	(13.815)
Depreciação e Amortização	(673.788)	173.091	(500.697)	(654.515)	194.998	(459.518)
Depreciação	(651.102)	651.102	-	(628.083)	628.083	-
Amortização	(22.686)	22.686	-	(26.431)	26.431	-
Gastos Diversos da atividade vinculada	(158.693)	42.136	(116.557)	(163.711)	50.878	(112.833)
Outras Receitas Operacionais	380.724	(380.724)	-	347.115	(347.115)	-
Outras Despesas Operacionais	(99.183)	(1.937.906)	(2.037.089)	(97.947)	(1.852.450)	(1.950.397)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>2.686.418</b>	<b>810.448</b>	<b>3.496.866</b>	<b>2.297.101</b>	<b>677.370</b>	<b>2.974.470</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.007.952)</b>	<b>-</b>	<b>(1.007.952)</b>	<b>(887.249)</b>	<b>746</b>	<b>(886.502)</b>
Receitas Financeiras	951.800	(272.720)	679.080	782.457	(146.938)	635.518
Despesas Financeiras	(1.959.752)	272.720	(1.687.032)	(1.669.706)	147.685	(1.522.021)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>1.678.466</b>	<b>810.448</b>	<b>2.488.914</b>	<b>1.409.854</b>	<b>678.114</b>	<b>2.087.968</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(349.011)	(275.552)	(624.563)	(434.997)	(230.559)	(665.556)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1.329.455</b>	<b>534.896</b>	<b>1.864.351</b>	<b>974.857</b>	<b>447.555</b>	<b>1.422.412</b>

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, nos exercícios de 2025 e 2024:

### Reclassificações e ajustes de 2025:

	Reclassificações							Ajustes				Societário	
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Varição monetária, cambial e marcação a mercado (e)	Provisões para litígios fiscais (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)		IR e CS Diferidos (32.3.4)
<b>Receita</b>													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	11.750.334	-	(42.133)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.708.201
Outras receitas	-	1.993.358	(4.285)	365.537	-	-	-	-	-	595.707	-	-	2.950.317
<b>Tributos</b>													
COFINS	(1.460.610)	-	-	-	-	(1.971)	-	-	-	-	-	-	(1.462.581)
ISS	(293)	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	(291)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>													
Arrendamento e Aluguéis	(2.702)	-	-	-	-	-	1.393	-	-	-	-	-	(1.309)
Provisões	(53.045)	-	-	-	-	6.246	-	-	-	-	-	-	(46.799)
Depreciação e Amortização	(673.788)	-	-	-	-	-	(1.393)	177.611	-	(3.127)	-	-	(500.697)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(158.693)	-	46.419	-	-	(4.283)	-	-	-	-	-	-	(116.557)
Outras receitas operacionais	380.724	-	-	(365.537)	(15.086)	-	-	(102)	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(99.183)	(1.993.358)	-	-	15.086	6	-	40.359	-	-	-	-	(2.037.089)
<b>Resultado Financeiro</b>													
Receitas Financeiras	951.800	-	-	-	(272.720)	-	-	-	-	-	-	-	679.080
Despesas Financeiras	(1.959.752)	-	-	-	272.720	-	-	-	-	-	-	-	(1.687.032)
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>													
	(349.011)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(275.552)	-	(624.563)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>													
	1.329.455	-	-	-	-	-	-	217.868	595.707	(3.127)	(275.552)	-	1.864.351

- Para as demonstrações financeiras societárias a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a Companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- Nas demonstrações financeiras societárias a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos o ganho e a perda pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação monetária, cambial e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis.

### Reclassificações e ajustes de 2024:

	Regulatório	Reclassificações						Ajustes				Societário	
		Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Variação monetária e marcação a mercado (e)	Provisões para litígios fiscais (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)		IR e CS Diferidos (32.3.4)
<b>Receita</b>													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	11.865.427	-	(42.921)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.822.506
Outras receitas	-	1.911.367	(8.176)	331.956	-	-	-	-	437.128	-	-	-	2.672.275
<b>Tributos</b>													
ICMS	(3.341.486)	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	(3.341.483)
ISS	27	-	-	-	-	(246)	-	-	-	-	-	-	(218)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>													
Pessoal e Administradores	(546.975)	-	-	-	-	145	-	-	-	-	-	-	(546.830)
Arrendamento e Aluguéis	(3.649)	-	-	-	-	-	2.057	-	-	-	-	-	(1.593)
Provisões	(68.309)	-	-	-	-	(256)	-	-	-	-	-	-	(68.566)
Depreciação e Amortização	(654.515)	-	-	-	-	-	(2.057)	200.181	-	(3.128)	-	-	(459.518)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(163.711)	-	51.097	-	-	(220)	-	-	-	-	-	-	(112.833)
Outras receitas operacionais	347.115	-	-	(331.956)	(15.130)	-	-	(28)	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(97.947)	(1.911.367)	-	-	15.130	(174)	-	43.960	-	-	-	-	(1.950.397)
<b>Resultado Financeiro</b>													
Receitas Financeiras	782.457	-	-	-	(146.938)	-	-	-	-	-	-	-	635.518
Despesas Financeiras	(1.669.706)	-	-	-	146.938	746	-	-	-	-	-	-	(1.522.021)
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>													
	(434.997)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.559)	-	(665.556)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>													
	974.857	-	-	-	-	-	-	244.114	437.128	(3.128)	(230.559)	-	1.422.412

- a) Para Para as demonstrações financeiras societárias a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a Companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- c) Nas demonstrações financeiras societárias a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- d) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos o ganho e a perda pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE;
- f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.
- g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis.

## Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
<b>Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária</b>	<b>1.864.351</b>	<b>1.422.412</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(40.257)	(43.933)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(177.611)	(200.181)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(595.707)	(437.128)
Ajustes do ativo intangível da concessão (32.3.3)	3.127	3.128
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.4)	275.552	230.559
<b>Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória</b>	<b>1.329.455</b>	<b>974.857</b>

### 32.3. Composição dos ajustes

#### 32.3.1. Reavaliação Regulatória compulsória

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível, bens destinados a alienação e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas explicativas nº 10, 12 e 20 deste relatório, estão assim apresentados:

#### Saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	13.232.132	(9.774.003)	3.458.129	13.528.230	(9.749.670)	3.778.560
Ativo intangível	691.772	(520.130)	171.642	691.772	(519.184)	172.588
Bens destinados a alienação	118	-	118	118	-	118
Obrigações especiais	(2.473.042)	1.637.252	(835.790)	(2.473.042)	1.533.735	(939.307)
<b>Total</b>	<b>11.450.980</b>	<b>(8.656.881)</b>	<b>2.794.099</b>	<b>11.747.078</b>	<b>(8.735.119)</b>	<b>3.011.960</b>
Efeito IR e CSLL	(3.893.333)	2.943.340	(949.993)	(3.994.007)	2.969.940	(1.024.069)
<b>Efeito líquido</b>	<b>7.557.647</b>	<b>(5.713.541)</b>	<b>1.844.106</b>	<b>7.753.071</b>	<b>(5.765.179)</b>	<b>1.987.890</b>

#### 32.3.2. Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

#### 32.3.3. Ativo Intangível da Concessão (ICPC-01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

#### 32.3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

### 33 COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 2 anos	5.969.355	5.124.270	-	11.093.625
Compra de energia de Itaipu	Até 2 anos	955.042	870.286	-	1.825.328
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 2 anos	2.921.821	2.813.392	-	5.735.213
Projetos de construção de Subestação	Até 4 anos	295.535	220.493	964	516.992
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	853.410	965.850	107.165	1.926.424
<b>Total</b>		<b>10.995.162</b>	<b>9.994.291</b>	<b>108.129</b>	<b>21.097.581</b>

### 34 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025, um valor de R\$ 24.900 (R\$ 19.430 em 2024) referente a juros capitalizados no ativo imobilizado (nota 25).

Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

### 35 EVENTO SUBSEQUENTE

#### 35.1 Debêntures – Emissão

Em 9 de janeiro de 2026 foi emitido o montante de R\$ 1.700.000 das debêntures convencionais que foram aprovadas em 19 de dezembro de 2025, com pagamento de juros e amortização em parcela única no dia 19 de dezembro de 2026 e taxa CDI+0,30%. O recurso será destinado para reforço de capital de giro. As condições restritivas são: dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado maior ou igual a 2,25 (índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia).

#### 35.2 Reajuste Tarifário Anual – RTA

O processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA da CPFL Paulista foi incluído na pauta da 7ª Reunião Pública Ordinária da diretoria de 2026 da Aneel, mas foi retirado em função do pedido de postergação da Distribuidora, até que haja uma solução setorial para mitigação do significativo reajuste tarifário deste ano. As tarifas resultantes do RTA de 2026 teriam vigência a partir de 8 de abril e, durante o período de postergação, serão mantidas as tarifas definidas no RTA de 2025, sendo a diferença de receita do período compensada no processo tarifário de 2027.

#### 35.3 Renovação da concessão

Conforme mencionado na nota 1.3 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil, em 6 de abril de 2026, houve a convocação da Companhia para a assinatura do referido termo aditivo no prazo de até 60 (sessenta) dias, conforme disposto no art. 10, § 4º, do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**MINGYAN LIU**  
Conselheira

**TAYON FERNANDO MOURA BRAATZ SANTOS RODRIGUES**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Presidente

**KEDI WANG**  
Diretora Financeira e  
de Relações com Investidores

**GUSTAVO KODAMA UEMURA**  
Diretor Comercial

**ROLANDS SARETTA MENEZES**  
Diretor de Operações

**JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor de Administrativo

**MINGYAN LIU**  
Diretor Executivo

---

**CONTABILIDADE**

---

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6



# Companhia Paulista de Força e Luz

**Demonstrações contábeis regulatórias em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Paulista de Força e Luz

### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de Demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

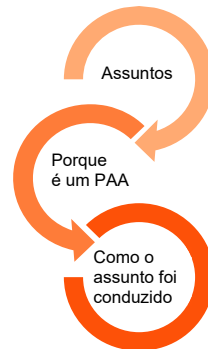
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Paulista de Força e Luz a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Companhia Paulista de Força e Luz

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Nota 6)</b></p> <p>A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura.</p> <p>Conseqüentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de fornecimento não faturado estimado somava R\$ 764.880 mil.</p> <p>O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria..</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.</p> <p>Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas Demonstrações contábeis regulatórias. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas</p>



Companhia Paulista de Força e Luz

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
	<p>adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.</p>

### **Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias**

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em de 4 de março de 2026, sem ressalvas.

### **Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Companhia Paulista de Força e Luz

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas Demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Paulista de Força e Luz

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de abril de 2026

*PricewaterhouseCoopers*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027613/F-1

DocuSigned by  
**Lia Fonseca**  
Assinado por: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA 23243418836  
CPF: 23243418836  
Data/Hora da Assinatura: 27 de abril de 2026 | 19:45 BRT  
© ECP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SERASA RFB v5  
ID: 80078C21A981878A

**Lia Marcela Rusinque Fonseca**  
Contadora CRC 1SP291166/O-4

**TERMO DE RESPONSABILIDADE****Referente Demonstrações Contábeis Regulatória**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 27 de abril de 2026.

Concessionária: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

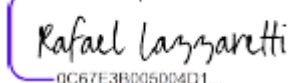
**TERM OF RESPONSIBILITY****Concerning Regulatory Financial Statements**

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 27, 2026.

Concessionaire: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Assinado por:

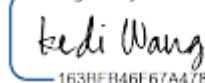


0067E3B00500401...

Rafael Lazzaretti

Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 312.219.028-14

Signed by:



163BFB46F67A47B...

Kedi Wang

Diretora Financeira e de Relações com  
Investidores  
Financial and Investor Relations executive  
Officer  
CPF: 050.180.008-56

DocuSigned by:



9AB50212BD6E4BC

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
Accounting Manager of Distributors  
CT CRC 1SP217200/O-6  
CPF: 171.567.218-60

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---

Rubrica

RL

Initial

EW

DS

APPDP